

# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

## *Povo e Democracia*

Jader Silveira (Org.)

v. 2 | 2023



Editora  
REALCONHECER





# CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

## *Povo e Democracia*

Jader Silveira (Org.)

v. 2 | 2023



© 2023 – Editora Real Conhecer

[editora.realconhecer.com.br](http://editora.realconhecer.com.br)

realconhecer@gmail.com

**Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Real Conhecer

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF  
Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB  
Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC  
Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB  
Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS  
Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP  
Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL  
Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB  
Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB  
Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional  
Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF  
Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c	Silveira, Jader Luís da Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia - Volume 2 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 123 p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-84525-71-9 DOI: 10.5281/zenodo.8155296
	1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Participação Popular. 4. Democracia. 5. Demandas Sociais. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 362 CDU: 36

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[editora.realconhecer.com.br](http://editora.realconhecer.com.br)  
[realconhecer@gmail.com](mailto:realconhecer@gmail.com)  
Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://editora.realconhecer.com.br/2023/07/ciencias-sociais-e-politicas-povo-e.html>



**AUTORES**

**BRUNA GABRIELLA SANTIAGO SILVA  
CLAUDIONOR RENATO DA SILVA  
FELIPE BEN MACHADO  
FRANCISCA SCARLET O'HARA ALVES SOBRINHO  
FRANCISCO MESQUITA DE OLIVEIRA  
GESICA MAYARA SOUZA SOBRAL  
HANNA APARECIDA SILVA FEITOSA  
HELANTE AMORIM NOGUEIRA  
LUCYANA OLIVEIRA BARBOSA  
MARCELLA DA COSTA MOREIRA DE PAIVA  
MARLI CLEMENTINO GONÇALVES  
NATALIA PIRES COELHO  
RODOLFO DOMINGOS RIBEIRO DE JESUS  
SABRINA KLOSE NADALON  
SIMONE BRILHANTE DE MATTOS  
THIAGO NOVAES  
WALDENILSON TEIXEIRA RAMOS**

## APRESENTAÇÃO

O livro "Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma leitura obrigatória para todos que desejam compreender a complexidade das sociedades e dos sistemas políticos em que vivemos. A obra traz uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores das Ciências Sociais e Políticas, que exploram temas como participação popular, representatividade, democracia, direitos humanos, desigualdade social, entre outros.


Os autores utilizam diversas abordagens teóricas e metodológicas, proporcionando ao leitor uma visão ampla e diversa sobre as questões sociais e políticas contemporâneas. Além disso, a obra apresenta estudos de caso e análises comparativas de diferentes sistemas políticos ao redor do mundo, tornando-o uma fonte valiosa de informação para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados na área.

A obra também aborda a importância da participação popular na construção de sociedades mais justas e democráticas. Através de exemplos concretos, os autores mostram como a participação popular pode influenciar as políticas públicas e transformar a realidade social.

"Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma obra essencial para quem busca compreender as complexidades do mundo em que vivemos e a importância da democracia e da participação popular na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ideal para todos que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre as ciências sociais e políticas.

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1</b> <b>POR UMA SOCIEDADE OUTRA: REFORMA PSIQUIÁTRICA E A LUTA</b> <b>ANTIMANICOMIAL NO BRASIL – MANICÔMIO NUNCA MAIS.....</b>	<b>8</b>
<i>Waldenilson Teixeira Ramos</i>	
<b>Capítulo 2</b> <b>EMPOWERMENT DE MENINAS E JOVENS MULHERES NEGRAS</b> <b>BRASILEIRAS: UM BREVE ESTADO DA ARTE E CONTRIBUIÇÕES AO</b> <b>CURRÍCULO E À IDENTIDADE ÉTNICORRACIAL.....</b>	<b>24</b>
<i>Claudionor Renato da Silva; Hanna Aparecida Silva Feitosa</i>	
<b>Capítulo 3</b> <b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO BALUARTE PARA UMA EDUCAÇÃO DE</b> <b>APRISIONAMENTO DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA LEI 13.415/2017.....</b>	<b>40</b>
<i>Helante Amorim Nogueira; Gesica Mayara Souza Sobral; Marli Clementino</i> <i>Gonçalves</i>	
<b>Capítulo 4</b> <b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ALGUNS ASPECTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> <b>DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO NO BRASIL.....</b>	<b>53</b>
<i>Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho; Lucyana Oliveira Barbosa;</i> <i>Francisco Mesquita de Oliveira</i>	
<b>Capítulo 5</b> <b>CLAUDIA JONES E ANGELA DAVIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA</b> <b>REVOLUCIONÁRIA.....</b>	<b>68</b>
<i>Bruna Gabriella Santiago Silva</i>	
<b>Capítulo 6</b> <b>OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: TEORIA E PRÁTICA DAS RÁDIOS</b> <b>LIVRES NA AMÉRICA LATINA E EUROPA.....</b>	<b>78</b>
<i>Thiago Novaes</i>	
<b>Capítulo 7</b> <b>PARA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL NA ESFERA VIRTUAL.....</b>	<b>94</b>
<i>Simone Brilhante de Mattos; Marcella da Costa Moreira de Paiva; Rodolfo</i> <i>Domingos Ribeiro de Jesus</i>	
<b>Capítulo 8</b> <b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR /</b> <b>AGROINDÚSTRIA E O DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>107</b>
<i>Felipe Ben Machado; Natalia Pires Coelho; Sabrina Klose Nadalon</i>	
<b>AUTORES.....</b>	<b>119</b>



**Capítulo 1**  
**POR UMA SOCIEDADE OUTRA: REFORMA**  
**PSIQUIÁTRICA E A LUTA ANTIMANICOMIAL**  
**NO BRASIL – MANICÔMIO NUNCA MAIS**  
**Waldenilson Teixeira Ramos**



# POR UMA SOCIEDADE OUTRA: REFORMA PSIQUIÁTRICA E A LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL – MANICÔMIO NUNCA MAIS

**Waldenilson Teixeira Ramos**

*Psicólogo, atuante em política pública: Projeto Escola da Família em Niterói (FINATEC) – Tutor, extensionista na UFF e UFRJ, pesquisador no Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) e integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), Graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, [waldenilsonramos@id.uff.br](mailto:waldenilsonramos@id.uff.br).*

## RESUMO

Este trabalho visa tecer reflexões de cunho ético-político, relacionando alguns pontos-chaves da Reforma Psiquiátrica e seu contexto histórico-político que se efetivou no território brasileiro. O grande ponto nodal desejado neste trabalho é realizar provocações que ajudem a pensar as práticas de cuidado dentro do campo psi e como a reforma psiquiátrica pode informar sobre as concepções vigentes de sociedade e suas engrenagens de produção de sofrimento, bem como o aniquilamento da diferença. A proposta deste trabalho é reafirmar um compromisso político e humanitário tão importante nas atuações de atenção psicossocial no território brasileiro, para tanto, fazem-se necessárias discussões que se direcionam às produções de olhares atentos e sensíveis ao campo do humano e as novas modalidades de produção de sofrimento. Portanto, o objetivo central deste trabalho não é uma descrição indiferente da história da reforma psiquiátrica, mas tecer certa análise com o objetivo de um exercício crítico e ético para com a alteridade, reforçando, a partir dessa reflexão, as necessidades urgentes de pensar o compromisso ético e os desdobramentos estéticos, clínicos e políticos da psicologia. Por fim, também interessa considerar como o campo da arte e da literatura podem instrumentalizar as práticas de cuidado mais humanizadas, assim como tornam-se ferramentas de integralização dos direitos cívicos dos corpos ditos loucos.

**Palavras-chave:** Política; Luta antimanicomial; Sociedade; Ética; Psicologia.

## ABSTRACT

This work aims to weave reflections of an ethical-political nature, relating some key points of the Psychiatric Reform and its historical-political context that took place in the Brazilian territory.

The great nodal point desired in this work is to carry out provocations that help to think about care practices within the psi field and how the psychiatric reform can inform about the current conceptions of society and its gears of production of suffering, as well as the annihilation of difference. The purpose of this work is to reaffirm a political and humanitarian commitment that is so important in psychosocial care actions in the Brazilian territory. of suffering. Therefore, the central object of this work is not an indifferent description of the history of the psychiatric reform, but to weave a certain analysis with the objective of a critical and ethical exercise towards otherness, reinforcing, from this reflection, the urgent needs to think about the commitment ethics and the aesthetic, clinical and political developments of psychology. Finally, it is also interesting to consider how the field of art and literature can instrumentalize more humanized care practices, as well as become tools for the internalization of the civic rights of bodies said to be insane.

**Keywords:** Policy; Anti-asylum; Society; Ethic; Psychology.

## INTRODUÇÃO

Este capítulo, a partir de um pequeno apanhado histórico sobre a reforma sanitária e psiquiátrica, busca discutir as políticas de saúde mental, bem como apresentar importantes questões colocadas à luta antimanicomial. Tendo como primado que não há um gesto natural ao trato da loucura, mas fundamentações a respeito das práticas de cuidado, da mesma maneira que a organização social vigente no ocidente, ao longo do tempo muito se modulou sobre a percepção do que é a loucura. Constatando que, no debate sobre saúde mental, as políticas públicas em saúde são primordiais na atual conjuntura sócio-política; este trabalho tem como pauta central as disputas políticas dos movimentos sociais que buscam uma sociedade outra e os seus desafios frente às forças políticas reacionárias que desejam voltar a um passado que mancha à sangue a história do território do Brasil.

O caráter de luta por uma sociedade sem manicômio se dá, primordialmente, porque ainda é possível imaginar e desejar uma outra sociedade. É preciso, antes de mais nada, compreender que o mundo não está pronto e que não é naturalmente ou essencialmente dado, todavia, se encontra a todo momento sendo constituído. Por esse motivo, pode-se acreditar que a mesma sociedade que olha para os corpos ditos loucos cheia de desejo aniquilador de diferença — e, por isso, sempre cria novas tecnologias de segregação — também é capaz de construir novos compromissos

éticos e mais humanos para com a diferença. Tomar a loucura como invenção sócio-histórica não é, de forma alguma, expressar que não há condições mentais e subjetivas distintas no mundo, é, no entanto, denunciar o paradigma instaurado na contemporaneidade. Colocar a concepção de loucura neste esboço é o que move práxis psi às condições de devir — força de abertura. As práxis — unidade dialética de teoria e prática — no campo Psicossocial, informam em que mundo as atuações estão inseridas e, assim, que transformações são possíveis de se pleitear. Por isso, nenhum olhar sobre a prática do psicólogo pode deixar de ser vista junto ao mundo histórico e político onde a mesma atua, na mesma medida que necessita, constantemente, ser revisitada e pensada. Concomitantemente, o olhar da psicologia atravessa a visão de mundo de sua sociedade e o olhar da sociedade aos corpos ditos loucos se esquadrinha nas lógicas das políticas em disputa.

Todo o olhar que hoje se direciona à loucura é, certamente, um produto e efeito das construções históricas que a sociedade, aqui no ocidente, constituiu. Foucault (2019), em seu gesto genealógico, buscou evidenciar as camadas históricas que dizem respeito ao olhar e a relação para com a loucura. Dom Quixote é uma figura muito emblemática que notifica toda a vida romântica de um louco peregrinante, um olhar de um louco digno à expressão romântica, artística e de deslumbre. Em outra camada segmentar da história, a loucura é vista como condição de um homem ao acesso à verdade, um líder messiânico. Doravante, superada a idade clássica, a loucura emerge como objeto de segregação, a loucura aparece, nas literaturas modernas, como um ser que deve ser inserido a todo um bloco homogêneo que deveria ser excluído e afastado do funcionamento daquela sociedade vigente. O parâmetro de divisão era absolutamente moral, com isso, havia prostitutas, travestis, pederastas, desempregados e todo aquele que não se insere de forma adequada aos regimes de trabalho e subjugação da época — os anormais. Os leprosários e as Santas Casas de Misericórdias se apresentam como únicos destinos possíveis a todos os desvios morais do início da era moderna. Contrários ao postulado de estado natural de loucura, as dimensões terapêuticas, de cuidado ou de cura não existiam nesse momento. Apenas com a chegada/invenção da psiquiatria, marcada pela figura do Philippe Pinel, alguma perspectiva de compreensão e estudo da loucura se apresenta. É curioso evidenciar que a marcação da loucura como direção de uma condição não imoral, em um primeiro momento, se deu pelas outras pessoas que eram enquadradas dentro desse mesmo bloco homogêneo inseriram os loucos; estas pessoas

denunciaram, no primeiro momento, que a prostituta e o louco, por exemplo, não compartilhavam de uma mesma condição. As modulações do olhar à loucura nunca deixaram de se apresentar na história da humanidade no ocidente (Idem, 2019).

A psiquiatria de Pinel estabeleceu para si a tarefa de dobrar esse olhar à loucura, categorizando, separando e enfatizando a vigia como principal metodologia de estudo. A racionalidade biomédica surge em todo o seu arcabouço teórico, como certa tentativa de compreender o louco em seus desvios e quais caminhos deveriam ser trilhados para uma normalização do corpo e da mente. A invenção da saúde mental se apresenta como mecanismo realinhador/terapêutico a esses corpos.

Interessa, neste primeiro momento, analisar sobre o olhar à loucura, constatando que tal gesto não é uma condição a priori, todavia, constitutiva e modular à história. Os rastros históricos dissertados por Michel Foucault (2019), na obra “História da Loucura”, contribuem nas constatações da visão e dos atravessamentos sobre loucura enquanto: marcação das dimensões do espetáculo e do romance — tão presente na literatura de Dom Quixote; corpos se se endereçou a segregação se baseando em preceitos morais de cunho judaico-cristão; e como objeto de estudo e de tratamento. Tais dados evidenciam condições circunstanciais às emergências de enunciados em cada segmentação epistêmica, em cada a priori histórico, sendo assim, torna-se possível colocar que as concepções de loucura são impregnadas de história. Ficam evidentes, portanto, as necessidades urgentes de se continuar modulando o olhar e as práticas, a fim de realizar uma integralização mais completa às pessoas ditas loucas dos direitos humanos tão primordiais à vida digna.

## **A REFORMA: O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO E OS RETROCESSOS**

A própria concepção de psiquiatria nasce atravessada por uma tentativa de mudança de paradigma, uma aposta de virada de pensamento e das práticas. Pedro Gabriel Delgado (1992) expõe que, no século XX, uma emergência se apresentava: as críticas aos asilos que denunciavam um dispositivo de segregação que, por vias morais, recolhiam marginalizados e loucos; efeito de uma herança de uma episteme do século anterior, uma luta ganhava mais força política. Fernando Tenório (2002) afirma que o nascimento da psiquiatria é concomitante a um gesto revolucionário, argumentando que, durante o século XIX, a psiquiatria marca um desígnio na representação da pessoa de Philippe Pinel. Tenório (2002) afirma:



Pinel teve a tarefa de humanizar e dar um sentido terapêutico aos hospitais gerais [...]. O gesto pineliano de desacorrentar os loucos para implementar meios completamente diferentes, mito de origem da psiquiatria, é o signo de que, desde a sua fundação, a ciência psiquiátrica nasceu como reforma (p. 26 - 27).

A atualidade marca um avanço a essa geminação revolucionária já implicada nos dois séculos anteriores, colocando na cena pública outras possibilidades de humanização que não eram possíveis nos asilos, principalmente, criticando os efeitos de normalização e controle dos corpos loucos. Doravante, a atualização manifesta dessa virada revolucionária dá ênfase à pessoa humana de direitos cívicos, assim, o quadro de cidadão tutelado começou a se desvanecer. Se torna forte, então, no momento político atual, o debate acerca do desmonte de uma prática tuteladora endereçada aos sujeitos loucos: “Embora trazendo exigências políticas, administrativas, técnicas também teóricas bastante novas, a reforma insiste num argumento originário: os direitos do doente mental, sua cidadania.” (DELGADO, 1992, p. 29). No Brasil, como expressão desse movimento pelos direitos cívicos dos chamados loucos, há o Manifesto Bauru, a Carta Bauru de 1987 é não só um documento histórico, mas também é um grande manifesto dos profissionais psi que estavam comprometidos com uma sociedade outra. Expressamente, o manifesto declarou:

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos.

[...]

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.

[...]

Bauru, dezembro de 1987 - II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental (CFP, 2017).

O momento histórico-político é marcado por algumas forças reativas ao passado das práticas em saúde mental, esta resposta se atualiza na mesma medida que o passado insiste em não passar. As lutas contra um passado presente se disputam nos campos materiais e políticos, onde se inter cruzam as forças

revolucionárias, conservadoras e reacionárias. Manifestações, como a de Bauru em 1987, são gestos disruptivos às práticas e às lógicas manicomiais que, profundamente, se endereçam à diferença; uma manifestação que encontrou força entre os trabalhadores do campo da saúde mental que tomam para si um compromisso ético de construir uma sociedade diferente da vigente.

Estamos transformando um depósito num hospital e ao mesmo tempo desmontando-o. Quando estas linhas estiverem publicadas já estará funcionando o primeiro centro psicossocial, na zona noroeste de Santos, a de maior concentração operária (LANCETTI, 1989, p. 60).

\*\*\*

Uma forte virada às práticas psi se inaugura, o desmonte de uma série de violências às pessoas de direitos, os ditos loucos. Desde a década de 1970, a Psicologia tem participado ativamente dos movimentos de Reforma Sanitária e de Reforma Psiquiátrica, da criação do SUS e da implantação de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Trinta anos após a primeira carta Bauru, em 2017, um novo manifesto é expresso, um dos caracteres foi marcado pela trajetória da luta até aquele momento. A carta Bauru de 2017 louva a força da militância, na mesma medida em que se reafirma enquanto compromisso ético-sócio-político:

Cientes de que a nossa causa era justa, fomos incansáveis ao lutar por ela. Construímos o projeto de lei antimanicomial, e trabalhamos por sua aprovação no Congresso Nacional. No desafio da implementação do SUS, construímos passo a passo, com efetiva participação social, expressas em quatro Conferências Nacionais, uma nova Política Nacional de Saúde Mental. Realizamos marchas, manifestações, passeatas, ofertando à sociedade brasileira o alegre sabor da liberdade ainda que tam tam.

Desconstruindo o modelo asilar, reduzimos significativamente os leitos em hospitais psiquiátricos, exercendo no território o cuidado em liberdade. Inventamos novos serviços e redes, arranjos e experiências, que gritam com voz forte a potência deste cuidado. Combatemos a cada dia o manicômio em suas várias formas, do hospital psiquiátrico à comunidade terapêutica, incluindo o manicômio judiciário; e a lógica manicomial que disputa o funcionamento de todos os espaços do viver. Gravamos, em corpos e mentes, a certeza de que toda a vida vale a pena, a ser vivida em sua pluralidade, diversidade e plenitude. Temos orgulho das conquistas que garantiram a transformação da atenção pública em saúde mental em todos os quadrantes de nosso país: milhares de CAPS, ações na atenção básica, o Programa de Volta Pra Casa, novos modos de trabalhar e produzir, múltiplos projetos de arte, cultura, economia solidária, geração de trabalho e renda e protagonismo. Assumimos o desafio de

construir uma política de cuidado às pessoas em uso de álcool e outras drogas, como uma política para as pessoas, antiproibicionista e pela legalização do uso, na perspectiva da redução de danos, produzindo uma atenção intrinsecamente conectada com a defesa de seus direitos (CFP, 2017, p. 1).

Na mesma medida em que os profissionais psi, comprometidos com a luta antimanicomial, se alegram com a força da luta, com toda força tam tam, nunca se perdeu de vista que a disputa estava colocada e que as lutas ainda não tinham chegado ao fim. A luta antimanicomial, cada vez mais, se direcionou ao objetivo de uma sociedade sem manicômios; isso não se implica apenas na derrocada dos estabelecimentos, mas em uma luta que se endereça e se compromete com a transformação de toda uma sociedade. Sendo assim, o campo em disputa se apresenta em um espaço onde as práticas, as visões de mundo e os mecanismos de opressão estão em jogo, o manicômio não é apenas o estabelecimento, porém, um estilo organizacional e de vida em sociedade. Nesse plano onde ocorre as lutas, o campo político é central neste objetivo de transformação de uma sociedade, todavia, os desafios ainda estão colocados e, na carta Bauru de 2017, essa disputa não se perdeu de perspectiva:

Nestes 30 anos, entretanto, o mundo viveu a globalização e a hegemonia da ideologia neoliberal, produzindo uma gritante desigualdade: 1% da população mundial tem mais riquezas que os outros 99%. Isto conduziu a uma ruptura do pacto civilizatório contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos: quando os interesses do capital tudo dominam, não há direito que se respeite nem vida que tenha valor. No Brasil, um processo de redução das desigualdades sociais, iniciado nos anos 2000, foi brutalmente interrompido pelo golpe de 2016; golpe que resultou, dentre tantos outros efeitos deletérios, na ampliação do processo vigente de privatização e na redução de recursos para as políticas públicas sociais, como moradia, transporte, previdência, educação, trabalho e renda e saúde. Vivemos um violento ataque ao SUS, com a diminuição do financiamento e a desfiguração de seus princípios de universalidade, equidade e integralidade. Nossa democracia, ferida, vive hoje sob constante e forte ameaça. Precisamos fortalecer a luta por um processo de educação permanente, por nenhum serviço a menos, nenhum trabalhador a menos e nenhum direito a menos.

Não podemos deixar de frisar o avanço do conservadorismo e da criminalização dos movimentos sociais, defendemos a diversidade sexual e de gênero, as pautas feministas, a igualdade racial (CFP, 2017, p. 2).

Ainda em 2017, as forças políticas reacionárias e conservadoras, totalmente aversas ao horizonte vislumbrado pelo movimento antimanicomial, estavam

colocadas. Um risco à espreita do movimento social. Todavia, ao se reposicionar, uma máxima já estava colocada: Manicômio nunca mais!

A conjuntura presente, que intensifica o risco das conquistas duramente obtidas, exige um posicionamento que reafirme e radicalize nossos horizontes. É preciso sustentar que uma sociedade sem manicômios reconhece a legitimidade incondicional do outro como o fundamento da liberdade para todos e cada um; que a vida é o valor fundamental; que a sociedade sem manicômios é uma sociedade democrática, socialista e anticapitalista.

**NENHUM PASSO ATRÁS: MANICÔMIO NUNCA MAIS!**

**POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS!**  
Bauru, dezembro de 2017(CFP, 2017, p. 3).

A luta antimanicomial, no Brasil, atua nesse cenário político se afirmando enquanto um processo amplo que articula diversos atores sociais. Em contraposição ao manicômio, que se origina dos mecanismos estatais de produção da loucura e violência que incidem sobre a classe trabalhadora, com seus atravessamentos de raça e gênero. A luta antimanicomial se compromete não apenas com a reforma de serviços, mas com a construção de uma nova sociedade. Assim, afirma-se a luta antimanicomial não apenas como um elemento de combate às quatro paredes do hospício, contudo a uma lógica que visa construir novas concepções de cuidado, de saúde e de vida.

A psicologia defende categoricamente um cuidado que seja humanizado, que garanta a autonomia, a liberdade e o exercício da cidadania. Ou seja, se defendemos um cuidado na psicologia, que seja um cuidado em liberdade, não que aprisiona. Desconstrói o paradigma manicomial, que é voltado para a segregação, para o afastamento do convívio social, destacou a conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Tahiná Khan Lima Vianey (CONSELHO..., 2020, p. 1).

\*\*

Em uma análise de conjuntura do projeto de política em vigor no Brasil, ficam evidentes os graves retrocessos nas conquistas e garantias da Reforma Psiquiátrica. Um dos grandes expoentes desse retrocesso é o documento emitido pelo Ministério da Saúde em novembro de 2020, que propôs a revogação de 99 portarias, que destruiriam a RAPS para usuários de álcool e outras drogas e encerrariam as equipes de consultório na rua, dentre outras medidas que estão colocando em risco conquistas históricas, deixando a situação mais preocupante. Dentre outros retrocessos, também



se encontra o fim do programa De Volta para Casa, que atua pela reinserção social de pessoas egressas de longos períodos de internação psiquiátrica. Os impactos atingem a Rede de Atenção Psicossocial, com o incentivo à internação psiquiátrica e à separação da política sobre álcool e outras drogas, que passou a ter ênfase no financiamento de comunidades terapêuticas e uma abordagem proibicionista e punitivista. Defronte as lutas dentro e fora das políticas públicas de saúde mental, apresenta-se o retorno de uma política centrada nas práticas manicomiais, reafirmando o hospital psiquiátrico como o território principal de tratamento, pautado na exclusão e violação de direitos humanos, reforçando os saberes médico-centrados, que fragilizam o cuidado integral, em rede, produzido com a participação ativa de pessoas em sofrimento mental e seus familiares.

Esse retorno ao passado tem uma imagem muito bem assentada, nome, local e data: Hospital Colônia, em Barbacena/Minas Gerais, fundado em 12 de outubro de 1903. O ocorrido no hospital psiquiátrico de Barbacena, também conhecido como Holocausto brasileiro, ainda é um dos grandes horrores da história do território brasileiro. Com mais de 60 mil pessoas mortas (ARBEX, 2019), hoje é representado como o passado que jamais se deseja repetir.

**Imagem 1:** Pátio do Hospital Colônia de Barbacena



**Fonte:** (WIKIPEDIA [SITE], 2022)

Conhecido como Colônia, o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, localizado em Minas Gerais, funcionou de 1903 a 1996. Por conta do descaso do Estado, dos médicos e da sociedade, deixou o saldo de mais de 60 mil mortos e

inúmeras vidas marcadas para sempre. Durante muitos anos, a Colônia foi o local para onde eram enviados aqueles que por algum motivo eram considerados “indesejáveis”. Por isso, muitos dos pacientes eram mulheres vítimas de abuso que engravidaram, deficientes abandonados por suas famílias, homossexuais, esposas adúlteras, filhos rebeldes e etc... Ao chegar no hospital, os pacientes eram levados para uma triagem onde eram separados por gênero, idade e características físicas. Entregavam seus pertences, passavam por um banho coletivo e os homens tinham os cabelos raspados, como era feito com prisioneiros de guerra (ARBEX, 2019).

O hospital psiquiátrico de Barbacena, assim como os diversos mecanismos de opressão da sociedade ocidental aos corpos minoritários, emerge na organização social como um sintoma de um tempo tão marcado pelo repúdio e ódio à diferença. Decerto, a máquina política, em muitas das suas engrenagens de Poder, é matriz produtora de desejo de aniquilamento da diferença. Então, a vida política e cotidiana é colocada sobre um plano imanente carcerário e manicomial. Essa imagem do passado que insiste em permanecer diz sobre as lutas atuais e das necessidades urgentes de disputar por uma sociedade longe das forças reacionárias e mais humanizada a toda e qualquer diferença humana; a luta é radicalmente política e urgentemente ética.

## **LITERATURA E CLÍNICA: UM ENCONTRO PARA PRÁTICAS NÃO MANICOMIAIS E REINTEGRAÇÃO DE DIREITOS CÍVICOS**

Defronte a iminente luta em torno das políticas de cuidado dentro e fora do campo psi, fazem-se perceptíveis as tensões e confrontos ético-políticos das práticas de cuidado e, com isso, a constatação de que a noção do que é cuidado e do que é saúde não está dado, mas em disputa. Desse modo, cabe investigar outros modos além da racionalidade biomédica. Segundo os princípios e diretrizes do SUS, saúde não é meramente a falta de doenças e nem apenas ações curativas medicamentosas. Assim, encontra-se em Foucault (2014) e em Deleuze e Guattari (2014) ferramentas, como a escrita e a literatura, que amparam para uma luta que se dá no campo do cuidado — *Escrita de si e a Literatura Menor*. O gesto genealógico do pensador Michel Foucault (2014), em suas pesquisas a respeito das práticas meditativas gregas, coloca sobre escopo de análise o discurso vencedor no ocidente, *conhece a ti mesmo*, e evidencia a perda dimensional do cuidado de si.

O que está colocado nas investigação do Foucault (2014), neste momento, é uma certa denúncia de toda uma forma de olhar para si, não como prática sobre si, todavia, de encontro de verdade em si, interiorizado — o filósofo chamará isso de *vontade de verdade*. As suas reflexões apontam para a ocidentalidade assentada na concepção da carne, a filosofia vencedora, bem como a base que informa as concepções de ciência são informadas por este éthos — a verdade é tomada como algo a se confessar e se encontrar. Ao longo das suas reflexões e inflexões ao modo de saber da ocidentalidade, Foucault tomará tal dimensão existencial como efeito de verdade (2020). Em contraposição, o pensador seguirá suas investigações e, neste movimento, ele se deterá a explorar o que é encontrado como cuidado de si (FOUCAULT, 2010). Essa mesma operação reitera as veredas do cuidado enquanto práticas, certos exercícios estéticos de tomada da vida — essa noção já se difere do posto pela modernidade, um efeito de verdade do sujeito que o cristaliza e reduz suas vias inventivas e autônomas. O cuidado de si é, em última instância, um convite para que se tome o viver enquanto processo estético da existência — a vida enquanto uma obra de arte, um tornar-se protagonista no próprio tónus da vida.

Doravante, em Deleuze (2011), no texto “A literatura e a vida”, presente no livro *Crítica e Clínica*, a saúde se apresenta enquanto certa potência expressiva da vida e, indo para além dos objetivos já colocados da leitura e escrita, localizar-se certo plano de afetação do ser no mundo — plano sensível. Por isso, o autor irá defender que o escritor é médico de si e do mundo — co-afetação de si e do outro. São esses entrelaces, então, da potência da vida enquanto uma obra de arte e a literatura como ferramenta expressiva ontológica, que vislumbra a saúde, onde “escreve-se sempre para dar a vida, para libertar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga”, assim afirma Deleuze (2017). Analogamente, Proust (2017), na obra “*Em Busca do Tempo Perdido*”, evidencia bem essa operação ao dissertar que o trabalho do escritor é simplesmente uma espécie de instrumento óptico oferecido ao leitor para lhe permitir distinguir o que, sem o livro, ele talvez nunca fosse vivenciar em si mesmo. Em seu estudo sobre a obra de Proust, Botton (2011) tece o seguinte comentário:

Na verdade, todo leitor, enquanto está lendo, é o leitor do seu próprio eu. O trabalho do escritor é simplesmente uma espécie de instrumento óptico oferecido ao leitor para lhe permitir distinguir o que, sem o livro, ele talvez nunca fosse vivenciar em si mesmo. É o reconhecimento em si próprio, por parte do leitor, daquilo que o livro diz é a prova da sua veracidade (p. 25).

Conceição Evaristo (2020), em uma de suas entrevistas a respeito da noção de *escrevivência*, afirma:

O exercício da literatura é, para mim, a minha maneira de não adoecer. Quando eu falo disso, estou falando mesmo desse adoecimento emocional. Porque a arte é uma válvula de escape e a literatura é essa criação, é a possibilidade que eu tenho de sair de mim mesma e de indagar o mundo, de inventar um outro mundo, de apresentar a minha discordância com este mundo. [...] Escrever para mim é a possibilidade de fundamentar um diálogo. Por mais que a minha escrita nasça mais do campo da oralidade, que é o seu fundamento, eu consigo expressar muito mais do meus sentimentos se eu escrever. O movimento da escrita, acho também que até o movimento da própria vida, é um movimento que você faz para vencer a dor, para vencer a morte. [O gesto da escrita] é o espírito de sobrevivência. Esse desejo de você agarrar se a vida de alguma forma. [Assim] a literatura é essa oportunidade que você tem de se agarrar à vida. [Através dela] você registra a vida, você inventa a vida, você discorda da vida.

[...]

Escrever é uma forma de sangrar. Porque a vida é uma sangria desatada, né?

Tal perspectiva demonstra os agenciamentos da saúde e a escrita literária, modo artístico de agarrar-se à vida, um gesto não tutelar do cuidado, porém, de protagonização do viver e um determinado exercício de cuidado de si. Aqui, nessa concepção, a escrita é uma tentativa de produzir saúde, um recurso terapêutico. A *escrevivência* é, então, esse procedimento criativo das mazelas do mundo, onde quem escreve encontra os recursos para vencer a vida, ainda que para isso se tenha que sangrar. Conceição Evaristo (2020) apresenta, dessa forma, certa transversalidades da arte e da saúde, evidenciando que as práticas de cuidado podem estar presentes para além das unidades e redes de saúde — no próprio cotidiano — em que o sujeito é convidado a ser ativo e responsável pela condução da sua saúde/vida, não assumindo uma posição de objeto. Aposta-se, portanto, em uma dimensão ética-política da saúde. Desse modo, apresenta-se como possibilidade a aposta na literatura e na escrita como possíveis práticas de cuidado de si, sendo ferramentas antimanicomiais também.

Diante dessas linhas inventivas e transversais, pode-se pensar o fazer psi na perspectiva da protagonização com o outro — uma afirmação da postura ético-estética do cuidado. Apesar dos inúmeros retrocessos e ataques constantes a modos não hegemônicos de cuidar, sempre se é possível criar outros mundos, linhas segmentares da vida e toda a diferença que com ela se apresenta. Está aí, então, um



método de fazer e legitimar o viver e a saúde humana. Isso, por fim, disputa uma sociedade sem os muros da loucura e sem a segregação de toda e qualquer diferença também, aqui estão instrumentos de confecção de si e de um mundo antimanicomial — uma luta que começa antes dos muros, uma luta que se apresenta na própria ética e no fazer psi. Todos esses movimentos têm como meta a reintegração dos mínimos direitos da pessoa humana, uma aposta ética-estética-política da vida que tanto merece ser legitimada em todos os seus direitos, a vida e o vivível dos corpos loucos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defronte as camadas epistemológicas que marcam a história e o olhar direcionado à loucura, cabe pensar o que se deseja construir, enquanto prática psi que vislumbra toda e qualquer alteridade, que sociedade se quer e qual é o papel do profissional psi nas pautas políticas atuais. A reforma psiquiátrica é fundadora de um movimento integralista nas práticas de promoção e prevenção à saúde, buscando abandonar uma centralidade do discurso médico e realizar a proposta de uma prática em saúde multidisciplinar e transdisciplinar. A inserção dos usuários a uma rede de acolhimento multifatorial e que tem em seu núcleo compromissos de humanização e acolhimento do sofrimento do sujeito, certamente, coloca em jogo um gesto político de resistência de luta a um passado impregnado de práticas morais e mortíferas ao humano. Histórias como do Holocausto Brasileiro (2013) denunciam um fantasma que espreita e assombra a história do território brasileiro, que tinge o presente à sangue. Milhares de vidas tiradas, a partir de um discurso aparente de cura e tratamento, mas que foram efetivados por um viés mortífero e de tortura de toda e qualquer diferença humana. A psicologia marca, então, um compromisso ético e humano de rompimento com as práticas manicomiais e de aniquilamento da diferença, um desafio longo e difícil, todavia, fundamento para uma sociedade que deseja alcançar-se. A literatura e o gesto da escrita demonstram uma força maior do que o mero gesto de transmissão, comunicação e registro, mas podem ser utilizados como movimento de manifestação e da transmissibilidade do vivível, uma prática de vida. A literatura parece fornecer passos interessantes na luta da integralização dos direitos cívicos da pessoa dita louca, abre possibilidade inventiva sobre si, afastando-se das lógicas confessionais do vivível. A escrita enseja o tônus de uma vida de éthos-poesia — autopoiese. Está colocado, então, um novo olhar possível a esses corpos, mas ainda é necessário

seguir com a luta de transformação de vida e de uma sociedade outra, por uma sociedade sem manicômios. Portanto, é necessário seguir sonhando com um dia em que se possa construir novos olhares a loucura, não como espetáculo, nem moral, nem de reajuste a um padrão de um sistema... luta-se para que um dia seja possível construir uma sociedade de olhar afetivo e acolhedor à diferença, por hora, a classe psi segue construindo e lutando por uma e em uma resistência.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2019.

**CARTA DE BAURU – 30 ANOS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP) [site], 2017. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>> Último acesso em 25 de set de 2022.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

\_\_\_\_\_. **Crítica e clínica**. 2ª ed. São Paulo: Editora Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, F. **Kafka: Por uma literatura menor**. 1ª ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2014.

DELGADO, P. G. **As razões da tutela: psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil**. Rio de Janeiro: Te-Corá, 1992.

EVARISTO, C. (2020, 6 de fevereiro). **CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrevivência [Vídeo]**. YouTube. <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da loucura**. 11ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: A vontade do saber (Vol. 1): A vontade de saber**. 11ª ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2020.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: O uso dos prazeres (Vol. 2)**. 5ª ed. São paulo: Editora Paz & Terra, 2014.

GABEIRA, F. (31 de out. de 2013). **Holocausto Brasileiro Manicômio de Barbacena**. [Vídeo]. YouTube. <<https://www.youtube.com/watch?v=1xBQr5zFAHs>>

**HOSPITAL Colônia de Barbacena.** In: Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hospital\\_Col%C3%B4nia\\_de\\_Barbacena](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hospital_Col%C3%B4nia_de_Barbacena). Acesso em: 25 set. 2022.


LANCETTI, A. **Quem Manda na Loucura? Teoria e Debate.** Revista trimestral do Partido dos Trabalhadores, nº 8, 1989. Disponível em: <<https://x.gd/ISIH9>>. Último acesso em 14 de junho de 2023.

**MANIFESTO de Bauru.** Conselho Federal de Psicologia (CFP) [site], 2017. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>>. Último acesso em 04 de maio de 2022.

**SAÚDE Mental: possibilidade de “revogação” coloca em risco conquistas históricas do país, alertam especialistas.** Conselho Nacional De Saúde — Ministério da saúde [SITE], 2020. Disponível em: <<https://x.gd/D0tao>>. Último acesso em: 25 de set de 2022.

TENÓRIO, F. **A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos.** *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2002, v. 9, n. 1 [Acessado 11 Abril 2022] , pp. 25-59. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100003>>. Epub 06 Jan 2004. ISSN 1678-4758.

TENÓRIO, F. **Saúde Mental e Psicanálise - Prof. Dr. Fernando Tenório (Doutor em teoria Psicanalítica pela UFRJ).** [Vídeo]. Canal Parresiano. YouTube. <<https://www.youtube.com/watch?v=74jijq6Xvgk>>.



**Capítulo 2**  
**EMPOWERMENT DE MENINAS E JOVENS**  
**MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: UM**  
**BREVE ESTADO DA ARTE E**  
**CONTRIBUIÇÕES AO CURRÍCULO E À**  
**IDENTIDADE ÉTNICORRACIAL**  
***Claudionor Renato da Silva***  
***Hanna Aparecida Silva Feitosa***

# **EMPOWERMENT DE MENINAS E JOVENS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: UM BREVE ESTADO DA ARTE E CONTRIBUIÇÕES AO CURRÍCULO E À IDENTIDADE ÉTNICORRACIAL**

***Claudionor Renato da Silva***

*Docente e pesquisador na UFJ dos cursos de Pedagogia e Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE).*

***Hanna Aparecida Silva Feitosa***

*Pedagoga e mestranda do PPGE/UFJ.*

## **RESUMO**

*Empowerment* de meninas e mulheres negras, traduzido para o português como empoderamento é o tema da presente pesquisa. A questão é: qual o estado da arte da produção nacional sobre o *empowerment* de meninas e jovens mulheres negras brasileiras que possa contribuir para o currículo e a identidade negra? Objetiva-se, de modo geral, conceituar *empowerment* – escolha conceitual – e adequá-la à questão de gênero, para meninas e mulheres negras. A metodologia para a busca de resposta(s) para a questão proposta é o Estado da Arte. Os resultados indicam uma tendência de produções que destacam um *empowerment* que demonstra um espaço social cada vez mais amplo para meninas e mulheres negras, contudo, há muitas aproximações e muitos distanciamentos entre as dimensões políticas e educacional-sociais que necessitam de uma problematização ao entorno do complexo conceito de *empowerment* de meninas e mulheres negras.

**Palavras-chave:** *Empowerment*. Meninas e mulheres negras. Identidade etnicorracial.

## **ABSTRACT**

Empowerment of black girls and women, translated into Portuguese as empowerment, is the subject of this research. The question is: what is the state of the art of national production on the empowerment of black Brazilian girls and young women that can contribute to the curriculum and black identity? The aim is, in general, to conceptualize empowerment – a conceptual choice – and adapt it to the gender issue, for black girls and women. The methodology for seeking the answer(s) to the proposed question is the State of the Art. The results indicate a trend of productions



that highlight an empowerment that demonstrates an increasingly broader social space for black girls and women, however, there are many approaches and many distances between the political and educational-social dimensions that need to be problematized around the complex concept of empowerment of black girls and women.

**Keywords:** *Empowerment*. Girls and young black. Ethnicracial identity.

## INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa sobre o *empowerment* de meninas e jovens mulheres negras brasileiras está atrelado, atualmente, ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da ONU (ODS) mas, esta é apenas uma dimensão que não pode anular as lutas do movimento negro no Brasil e nas Américas; compreende um lugar, um sentimento e uma ação de voz e vez, com destaques cultural, estético, artístico, social, econômico e político e outros entes que possuem em comum um contributo de configuração da identidade da mulher negra (criança, jovem e adulta), que no âmbito da educação são potencializadas pela Lei 10.639/03.

O ODS 5 é um indicativo ou “obrigação” para que os países de todo o mundo construam políticas antidiscriminatórias e “antifeminicidas” favorecendo liberdades e identidades “*empowermentadas*” para meninas, e jovens mulheres. Nesse documento aparece o termo “*empowerment*” (palavra em inglês) que, em português, é traduzido por “empoderamento”.

Sobre o aspecto das lutas, para além da ONU, no Brasil, e pode-se dizer também, nas Américas, o movimento negro feminista ocupa lugar significativo na geração de políticas que, no caso brasileiro, produziu a Lei 10.639/03 favorecendo as identidades negras como propostas curriculares, na valorização da história do povo negro na África e na diáspora escravagista, bem como na liberdade e organização deste povo, em cada nação em que foram levados e seus ascendentes se multiplicaram, sob a pressão racista e subjugadora da raça, mesmo sem a escravidão, deixados à margem dos direitos sociais e políticos, sobretudo econômicos e de direito à educação e saúde, obrigações do Estado. E nisso, sem falar das meninas e mulheres indígenas que, antes das negras escravizadas sofreram historicamente toda opressão e violência; no contexto do currículo da educação básica brasileira, é na Lei

11.645/2008 que a história e a cultura indígena nacional é contemplada e no seu bojo, as identidades.

Diante dessas realidades das meninas e mulheres das Américas, tanto as indígenas quanto as negras, a problemática que se instaura é perguntar: qual o estado da arte da produção nacional sobre o *empowerment* de meninas e jovens mulheres negras brasileiras que possa contribuir para o currículo e a identidade negra? Deixaremos o tema das meninas e mulheres indígenas para outro trabalho.

O objetivo dessa pesquisa, tendo essa problemática como vetor de pensamento e reflexão, mas também, de investigação bibliográfica, é proporcionar à área das relações étnico raciais, na educação, em especial, sobre a potencialidade do *empowerment*, numa concepção que vai além de simples “empoderamento”, como nos indica Berth (2009). *Empowerment* como vontade e ação em direção aos direitos, em direção a ocupação de espaços, de formação, conhecimentos das instâncias políticas que atendem às suas demandas, buscando respostas às suas dúvidas e recebendo orientações corretas sobre o papel do Estado, seus direitos e a fundamentação para ações afirmativas na educação, sobretudo.

Especificamente, o objetivo avança para o currículo e à identidade da menina e da mulher negra no espaço escolar, diante da Lei 10.639/03. Entende-se que o *empowerment* é muito mais que um processo de assumir-se negra, é parte de um ensino-aprendizagem contínuo que revela o racismo, mas, ao mesmo tempo, torna-o inativo, numa postura “positiva” (Seligman, 2004) de identidade negra, a partir, por exemplo, do estudo da História da África ou da Filosofia Africana; a imagem de personalidades negras, na cultura, no cinema, enfim. Esse processo contínuo é o *empowerment* e que apresenta como suposição que o *empowerment* se constitui como política e prática antirracista na sociedade brasileira, o que inclui a escola; uma ação antirracista feminista negra, para ser mais completa, do ponto de vista dos objetivos desse estudo.

A metodologia aplicada para atender a pergunta da pesquisa e os objetivos é o Estado da Arte que não pode ser confundido com pesquisa bibliográfica, muito menos com análise documental. Estado da Arte, segundo, Ferreira (2002) são,

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio **de mapear e de discutir** uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e

privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de **caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica** sobre o tema que busca investigar, **à luz de categorias e facetas** que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (p.258. grifos nossos).

Logo, permanece o caráter de inventário de produções e o caráter descritivo. Essa foi a busca dessa pesquisa e será apresentada após a seção seguinte que discorre, muito brevemente, sobre um referencial sobre o *empowerment* feminino.

## **EMPOWERMENT DE MENINAS E JOVENS NEGRAS: BREVÍSSIMO REFERENCIAL TEÓRICO**

Empoderamento é um neologismo em Língua Portuguesa, uma tradução de *empowerment*, palavra inglesa, como já se afirmou. Tem como raiz duas palavras “*power*” e “*empower*”. *Power* significa poder, que traduz a ideia de habilidade, permissão para fazer algo. Traduz-se, também, como aponta Berth (2019), autoridade, força. *Empower* surge na língua inglesa, em 1651 e significa dar poder ou habilidade a alguém. São, portanto, palavras muito próximas em sentido. Collins (2016) traz muitas contribuições para compreensão do *empowerment*.

*Empowerment* surge como termo, em 1977, na obra de Julian Rappaport (Rappaport, 1981, 1987) com o sentido que já foi apontado: dar poder, capacitar, ganhar algo, controlar o que acontece consigo. Rute Baquero associa *empowerment* à “obtenção, alargamento ou reforço do poder (BERTH, 2019, p.30)”.

A problemática do uso do termo em português “empoderamento”, apresentada por Berth (2019), sugere que empoderamento pode estar afastado do seu sentido original, em língua inglesa, mesmo que esteja a traduzir uma categorial social e política, portanto, de luta e resistência. E acusa que o uso do termo tem sido utilizado de “[...] maneira esvaziada [...] e que foge completamente das raízes da teoria proposta [...]. (BERTH, 2019, p.30)”.

Nelly Stromquist citada na obra de Berth (2019) apresenta quatro dimensões do *empowerment*: 1) dimensão cognitiva ou crítica da realidade ou como as meninas

e mulheres negras se veem a si mesmas nos espaços sociais, tanto familiares quanto mais amplos, como o escolar; 2) dimensão psicológica ou de autoestima que está muito atrelado à maneira como as meninas e mulheres interagem entre si, com as outras mulheres não negras e, sobretudo, em relação aos meninos e homens; 3) a dimensão política que desvela as desigualdades de poder e evidencia/potencializa movimentos sociais de *empowerment* como por exemplo engajamento em movimentos sociais e organizações em comunidade contra o racismo estrutural e a violência contra a menina e a mulher negra; 4) dimensão econômica, tanto o fim das desigualdades de salários por gênero e, especialmente, a independência financeira e o empreendedorismo de mulheres negras na sociedade brasileira afastadas do que a literatura chama de *empowerment light* aquelas ações do “politicamente correto” ou o falso impulso visando a igualdade de gênero.

Sobre o empoderamento de jovens mulheres negras, para um contexto brasileiro, apontam-se, para aprofundamentos e que embasam esse trabalho, os(as) seguintes autores(as) são chamados para a reflexão: Sólon (1977), Batliwala (1994); Perkins; Zimmerman (1995), Stromquist (1997); León (1997), Parpart; Rai; Staudt (2002), Baquero et al. (2012), Santos; Barbieri (2016), Connel (2016), Collins (2016) e Cornwall (2018).

Barbara Bryant Solomon (Solomon, 1976), intelectual negra norte-americana, em *Black Empowerment*, numa perspectiva do Serviço Social analisa como as famílias negras norte-americanas enfrentam as dificuldades do dia a dia e como essas dificuldades tornam-se obstáculos ao trabalho social e, conseqüentemente ao empowerment de pessoas negras marcadas pelo racismo estrutural da sociedade norte-americana.

Empowerment enquanto conceito tem suas origens nessa obra de Barbara Solomon sobretudo no sentido de que um sistema racista barra qualquer possibilidade de mobilização da comunidade, pois estas, se sentem desprovidas de tomarem decisões ainda que vejam que isso lhes trará felicidade e mudança.

Um outro sentido de empoderamento negro para Barbara Solomon: produzir melhorias coletivas. Empoderamento é ocupar lugares não negros, mas representar os negros, a coletividade e não transformar esse espaço de conquista negro como um lugar de não negro, historicamente construído e que se perpetua. A questão central para Barbara é: esse sistema capitalista serve apenas a quem chega lá e, portanto, é parte do jogo opressor x oprimido ou esse apoderamento capital faz sentido aos que

ainda não chegaram lá e, talvez nunca chegarão, reproduzindo o histórico do oprimido? No mesmo raciocínio, de que vale os movimentos sociais negros (as) de empoderamento se não for para o coletivo? Isso porque o capitalismo é individualista. Empowerment, desde seus primórdios possui uma reflexão no sistema econômico capitalista. E isto é tão forte que ainda se discute a diferença salarial entre mulheres e homens.

Douglas Perkins, psicólogo comunitário, e Marc Zimmerman (Perkins; Zimmerman, 1995), ambos, homens brancos, compreendem *empowerment*, como teoria, dentro do campo da Psicologia (*empowerment* psicológico), como pertencente a uma estrutura complexa indivíduo-sociedade: indivíduos empoderados geram sociedades empoderadas. Não faz sentido, sujeitos empoderados numa sociedade que os tolhe, que os desempoderam. Comunidades empoderadas são comunidades coletivas em que os indivíduos tomaram ciência de seu poder decisório coletivo, bem como sua força e potência de mudança da realidade outrora opressora.

Ao desenvolverem uma perspectiva psicológica para o empoderamento, ainda que não diretamente, às pessoas negras, delineiam o fortalecimento das comunidades; abordam que o empowerment depende das pessoas, do contexto, é e sempre será uma relação psicológica do ser humano com o ambiente direto (influências ecológicas e culturais).

Os estudos de Perkins agrupam-se no interior dos estudos do *empowerment* comunitário, assim como já previa Barbara Solomon (1976).

Rute Vivian Angelo Baquero (Baquero et al., 2012) nos apresenta a multiplicidade de aplicações e sentidos do *empowerment* enquanto categoria social e, sobretudo apresenta-nos as duas dimensões básicas e essenciais de seu estudo: a educativa e o política.

Assim como Berth (2018) Baquero afirma que o termo empoderamento não existe em Língua Portuguesa, o que leva, ora a extremos, ora a insuficientes formas de seu uso como categoria social para as discussões do feminismo ou dos estudos sobre meninas e mulheres.

Rute Baquero faz um histórico muito anterior ao uso explícito do termo *empowerment* na teoria, realizado por Barbara Solomon, citando, por exemplo, a Reforma Protestante, no século XVI, para concluir o seguinte: *empowerment* é muito mais do que um aspecto psicológico, tem a ver com espaços de poder na sociedade. E, neste sentido, as dimensões educativa e política são decisivas e envolvem o



individual no coletivo como propunha Solomon (1976) e como estabelece Paulo Freire sobre a relação dialógica na educação política ou a educação e a política como dialética e conscientização.

Andrea Cornwall (Cornwall, 2018), mulher branca, antropóloga inglesa, tratando do "empoderamento *light*" discute o mercado com o protagonismo das mulheres e os altos investimentos capitais no uso "quase" indevido de *empowerment*. Na análise de Andrea Cornwall as meninas e mulheres acabaram por se tornar "servas" do capital e do desenvolvimento econômico. Na crítica, Cornwall defende que no capitalismo não há igualdade, mas a reprodução das desigualdades. Logo, nesse movimento do empreendedorismo *empowerment light* por exemplo só se está aumentando as desigualdades e não a igualdade. Em linhas gerais o empoderamento *light* é o discurso vazio da integração de mulheres nas empresas e grandes corporações, sem que se mude as estruturas sociais rígidas, mas manter-se as amostras falsas dessa transformação.

Empoderamento *light* (Cornwall, 2018), de modo geral, pode ser definido como macro discursos hegemônicos heteronormativos no ambiente de trabalho - definição de Jaime; Bandeira; Brunstein (2023).

Cornwall vai no mesmo sentido da análise de Solomon e de outras autoras que rebateram a questão do capitalismo e o lugar do *empowerment* feminino. As pesquisas levantaram isso mesmo, um elevado identificar-se da mulher negra que levou a pesquisa a trazer o conceito de psicologia positiva, mas, óbvio, sem deixar de lado essas reflexões dos mecanismos do capitalismo e do *modus* do politicamente correto e naquilo em que "valores econômicos" são mais interessantes do que discussões éticas, políticas, raciais.

## **O ESTADO DA ARTE: apresentação e discussão**

A metodologia do Estado da Arte (Ferreira, 2002) é muito simples: apresenta o estado, ou seja, procura apresentar como o tema está configurado hoje, agora, neste momento, ou como tendência, tendência no sentido de explicar e apresentar como o tema está sendo tratado na literatura da área ou das áreas por onde o tema circula. Por isso, geralmente, os pesquisadores(as) que utilizam essa metodologia estudam o tema, não mais do que os últimos quatro anos.

O critério de inclusão dos dados: periódicos brasileiros, no período de 2018 a 2021 que trazem como descritor “jovens mulheres negras; empoderamento”. Subcritérios: artigos com citação e sem patente; artigos escritos em Língua Portuguesa do Brasil. Outra inclusão, com relação aos periódicos: incluir também Revistas que publicaram sobre o tema no português de Portugal.

Uma vez selecionados os artigos, até chegar nas 15 primeiras “*paginas-link*” do *Google Acadêmico*, esses artigos foram lidos na íntegra e novamente selecionados a partir da problemática da pesquisa, identificando a presença da palavras-chave “empoderamento” e a palavra-chave composta “jovens mulheres negras”. O presente texto traz apenas uma parte dos dados extraídos do estado da arte, de um total de 14.000 resultados (0,07s); extraídos em agosto de 2022. A seleção é muito minuciosa e cuidadosa, para “fechar”, apenas nos artigos publicados em periódicos. O volume de trabalhos é muito grande e, por isso, apenas um breve recorte para continuidade da pesquisa.

**Quadro 1:** estado da arte dos estudos sobre jovens mulheres negras

FRAGMENTO DO TEXTO	REFERÊNCIA	COMENTÁRIO
Ser mulher negra jovem aparece em suas narrativas como sendo algo que ‘é pesado, eu estava no caminho, no ponto de ônibus, pensando em uma frase que eu acho que se encaixa bastante, que é: ‘a minha pele tem sido o manto da minha resistência’, porque ser jovem negra não é fácil’. (p.8).	Silva, A.C.R.F; Mesquita, M.R. A política e os afetos nas práticas de pesquisas feministas e o encontro com “mulheres negras jovens”. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(4), out.dez., 2020.	As dificuldades de ser negra numa sociedade racista não é omitido, contudo, essa dificuldade torna-se potencialmente positiva, na afirmação da identidade dessas jovens. Algo que será recorrente em outros fragmentos. Daí a construção da categoria: “espaços de falar sobre negritude, mulher e juventude”. É trazido também o referencial da “psicologia positiva” de Seligman (Seligman, 2004).
A maioria das mulheres desejam ter cabelos atraentes, pois eles simbolizam feminilidades, sensualidade e beleza. [...] uma mulher negra com cabelos crespos e volumosos enfrenta muita discriminação e hostilidade. [...] os cabelos crespos, que um dia foram enaltecidos no oeste africano, tornaram-se um símbolo de inferioridade quando os	Rodrigues, T.R.B. O cabelo da mulher negra como signo ideológico - reflexos racistas versus refrações empoderadas. Identidade!, São Leopoldo, v. 24, n.2, p. 159-177, jul./dez., 2019.	É possível abrir aqui uma nova categoria: “identidade, consumo, beleza (estética)”. São muitos trabalhos, nessa direção. A valorização e o bem consigo mesmo, no tocante, à naturalidade do cabelo crespo, apesar da discriminação e preconceito. Mas é uma afirmação de negritude.

<p>africanos chegaram às Américas escravizados. (p.164).</p>		
<p>3.1 [...] não se tratava de reproduzir, com corpos negros, um concurso de beleza tradicional em que pessoas altas, esguias e artificialmente sorridentes desfilam para obter notas altas junto aos jurados. Estava em questão a liberdade no seio da coletividade, [...] “A beleza pode ser entendida como uma categoria estética e construção social, como uma maneira de nos relacionarmos com o mundo” (p.136).</p>	<p>Tommaselli, G.C.G.; Miceno, A.M.; Salles, T.H.B. Resistência e empoderamento: os concursos de beleza negra do IFMS/IFSP. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE, Ano 2, v. 2, n.º 7, set./dez., 2019.</p>	<p>Mais um trabalho representativo da importância da valorização da beleza da mulher negra, entre negros(as). Encaixa-se na categoria “identidade, consumo, beleza (estética)”. Tem, obviamente, muita relação com a proposta da Lei 10.639/03.</p>
<p>[...] foi o contato com as obras de escritores africanos que a salvaram de ter uma história única. Assim, como ela, muitas crianças, brancas e negras, estiveram e ainda estão em contato com apenas um tipo de literatura e acabem reproduzindo aquilo que lhes é ensinado [...]. (p.59),</p>	<p>Carbonieri, D. et al. Entre laços, cachos e tranças: o empoderamento das meninas negras através da literatura. Polifonia, Cuiabá-MT, v.25, n.39.1, p. 54-75, set./dez., 2018.</p>	<p>Esse “estado da arte” na literatura africana, permite a criação da seguinte categoria: “a presença da cultura e da religião africana na vida dessas mulheres”. Nesse “estado” são recorrentes a importância e o papel das religiões africanas, no fortalecimento das identidades negras, em meninas e jovens.</p>
<p>“Mulheres estadunidenses, mexicanas, europeias, brasileiras, dentre outras. Todas mulheres que carregam culturas diferentes e destas culturas, diferentes maneiras de entender o feminino. O ideário do feminino é uma construção social. E refletir sobre esta construção aqui no Brasil, pode evidenciar inúmeras mulheres e suas conquistas, bem como sua emancipação ao longo da história brasileira (p.92).</p>	<p>Sousa Filho, V.G. et al. A construção sócio-religiosa, política e cultural da mulher brasileira: do patriarcado colonial a contemporaneidade. Revista Eletrônica Correlatio, v.17, n.2, p.91-106, dez., 2018.</p>	<p>Esse fragmento representa um grande volume de trabalhos que se encaixam na última categoria criada nessa pesquisa: “sexualidades em feminilidades”. Nesse estudo, em específico, a sexualidade está envolvida com temas culturais e religiosos.</p>
<p>“Em vista disso, é fundamental entender que as mulheres negras, sendo a base da pirâmide social, estão diante de uma realidade desumana e precisam enfrentar,</p>	<p>Batista, L.M.; et al. A educação em favor da emancipação das mulheres negras. Revista Ciências Humanas – unitau – Taubaté, SP, v.13,</p>	<p>Emancipação é um referencial que apoia o “empowerment” e possui fortes elos com a temática categorial da sexualidade feminina (sexualidades, no plural).</p>

<p>cotidianamente, o racismo, o sexismo e a pobreza presentes em nossa sociedade, no caminho para sua emancipação. A emancipação das mulheres negras através do conhecimento”.</p>	<p>n.3, edição 28, p.29-36, set./dez, p.29-36, 2020.</p>	
<p>[...] espaços alternativos que reúnem mulheres negras para pautarem suas demandas são tidos como espaços de resistência, pois neles as mulheres podem pensar e discutir livremente, de forma segura.</p>	<p>Cardoso, S.A.; Figueiredo, A. Lute como uma mulher negra: do sindoméstico ao coletivo de mulheres Creuza Oliveira. Revista do PPGCS – UFRB, Novos Olhares Sociais, v.2, b.2, p.97-121, 2019.</p>	<p>Mais um trabalho que se configura na categoria: “espaços de falar sobre negritude, mulher e juventude”. Nesse conjunto de trabalhos estão presentes os movimentos sociais negros femininos e, em especial, o feminismo negro estadunidense e brasileiro, somados aos sindicatos, só de mulheres.</p>
<p>É objetivo do Feminismo Negro que as mulheres negras se apropriem desse conhecimento, entendendo o quanto isso poderia contribuir com a autodefinição de suas imagens, a partir da identificação das imagens controladoras impostas pelo racismo, pela discriminação de gênero e de classe, e organizem-se para a superação dessa opressão e por melhores condições de vida [...] (p. 114).</p>		
<p>[...] ao explicitar os encadeamentos entre as narrativas apresentadas no ateliê de moda e tais referências de mulheres negras, [...] mostro como a categoria empoderamento torna-se relevante para descrever tais processos subjetivos de mudança. Constituindo uma experiência de enunciação que, para além do trânsito entre o léxico acadêmico e a militância [...]</p>	<p>Silva, G.M. Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras. Horizontes Antropologia, Porto Alegre, ano 25, n.54, p.173-201, maio/ago., 2019.</p>	<p>A estética negra tem contribuído muito para a afirmação das identidades negras, seja no currículo, seja na sociedade, com segmentos de produtos, por exemplo, só para mulheres negras.</p>
<p>[...] a mentalidade sexista resume o valor da mulher</p>	<p>Costa; Cantelle Revista Interciência IMES</p>	<p>Estudos na frente da sexualidade e relações de</p>

<p>negra nos prazeres sexuais e na fogueira atribuída a elas. Esta mentalidade sugere que os relacionamentos amorosos com as mulheres negras manifestem a negação da existência do racismo e do sexismo. A mídia manifesta a objetivação corporal da mulher negra. Nos filmes, novelas, minisséries, os relacionamentos com as mulheres negras acontecem desta maneira, ou seja, apenas a finalidade sexual [...]</p>	<p>Catanduva, v.1, n.1, p.48-54, dez. 2018.</p>	<p>gênero, transpostas para currículo em Educação Sexual, numa perspectiva do feminismo negro, são de fundamental importância para o empowerment. A continuidade da pesquisa se compromete em delimitar essa categoria e estudos nessa frente.</p>
<p>A indústria audiovisual ocidental, com efeito, parece ter entrado em uma nova fase, neste século XXI, finalmente, dando maior atenção aos papéis interseccionais de gênero, raça e etnia, LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais), e às questões do empoderamento feminino, dos preconceitos geracionais (idadismo) [...]</p>	<p>Machado, S.S. Estereótipos de gênero na indústria audiovisual: mulheres cineastas engendram novos papéis modelo. Faces de Eva. Estudos sobre a mulher. Número Extra, out., (2019).</p>	<p>Novamente, os estudos sob um olhar da estética negra, como propulsora de uma identidade negra, para meninas e mulheres.</p>
<p>Ser uma pessoa negra hoje em dia... é muito bom, eu acho que é o meu diferencial que também está na minha identidade, é o meu diferencial, é o meu... (pausa) Ser uma pessoa negra no Brasil é ser batalhadora, é passar por dificuldades, é ser resistente, porque carrega muita resistência só em ser negro no Brasil, e é assim. (p. 12).</p>	<p>OLIVEIRA, D.B.; COSTA, T.T. Autoafirmação racial de jovens negras no projeto Abaeté Criolo: caminhos para a equidade de gênero e de raça em contextos interseccionais a partir da Lei n. 19.539/03. Revista Direito GV, 18 (2), 2022.</p>	<p>O que as pesquisas demonstram, como tendência, é, justamente, esse “positivo” na identidade, ou seja, a consciência negra, para além de postura política e de luta, um bem estar pessoal, apesar de se reconhecer o fato das dificuldades enfrentadas por ser negra.</p>
<p>Hoje significa muito mais do que há dois anos atrás, por exemplo, quando eu me olhava no espelho e eu não me via como negra, e eu não gostava do meu nariz, e eu não gostava da minha boca, não gostava, principalmente, do meu cabelo. Hoje em dia eu, depois do projeto [Abaeté Criolo] principalmente, a</p>		<p>Uma das probabilidades do referencial da psicologia positiva de Seligman (2004) compor os estudos do feminismo negro e o empowerment é perceber como políticas públicas escolares e mais amplas, de alcance sociais e até econômicos, podem contribuir para uma</p>



<p>autodefinição... hoje eu me olho no espelho e eu gosto do que eu vejo, eu me identifico como negra e depois que eu me identifiquei como negra que eu vi mais beleza em mim, eu acho que a autodefinição, a autodescoberta né, foi o ponto principal no que eu sou hoje, foi assim... É libertador, é bom. (p. 13).</p>		<p>sociedade mais plural e no tocante ao espaço das mulheres, a evidência das mulheres negras. Os movimentos sociais são um aparato fundamental nesse propósito.</p>
---	--	--

Fonte: elaborado na pesquisa.

Categorias geradas no Estado da Arte: 1) identidade, consumo, beleza (estética); 2) a presença da cultura e da religião africana na vida dessas mulheres; 3) espaços de falar sobre negritude, mulher e juventude; 4) sexualidades em feminilidades. Essas categoriais deverão ser melhor exploradas e trabalhadas na perspectiva do estado da arte, possibilitando, novas pesquisas e contribuições no espaço escolar, pela Lei 10.639/03.

O estado da arte apresenta um aspecto positivo (perspectiva teórica da psicologia positiva) que eleva o *empowerment* de meninas e jovens mulheres negras ao patamar do autoconhecimento emancipatório, em seu mais amplo sentido (político) e mais ampla dimensão de ação efetiva, social, educativa, de saúde, social, econômica e, sobretudo de relações de gênero e sexualidade.

Sobre a psicologia positiva de Seligman (2004), que os espaços desse artigo não permitem aprofundar, mas que se projeta como uma ferramenta antirracista no espaço escolar sob a Lei 10.639/03 se constitui a partir dessa pesquisa como um referencial de *empowerment* na positividade da identidade da menina e da jovem mulher negra promovendo mudanças no currículo da educação básica, desde a educação infantil, no Projeto Político Pedagógico das escolas até o Livro Didático (LD) utilizado, permitindo relações interétnicas e intergêneros na escola da educação básica na eliminação do preconceito e do racismo entre meninas e jovens negras em relação às outras meninas e jovens não negras, como também, na eliminação da violência (as várias violências) em relação aos meninos e jovens homens negros e não negros. Em especial, na apresentação de mulheres negras, meninas, jovens e adultas fora dos espaços domésticos, com aventais cuidando das casas de brancos(as), imagens essas que não aparecem com frequência nos LD, mas ainda são comuns.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Empowerment* de jovens mulheres negras abrange o ser negra; supera o subalternismo e hierarquismo imposto pelo machismo; contraria e se opõe ao social “imperado” em que elas (as jovens mulheres negras) organizam um movimento que vai desde a estética, evidência e beleza negras com fortes contributos culturais e educacionais, como motores de uma consciência negra, jovem e feminina até posturas e ações coletivas e participativas de alcance de espaços outrora impossíveis, promovendo um ser e estar na pluralidade envolvida no “mulher, mulheres”, dando a si destaque, o destaque de ser jovem mulher negra, “empowermentada”.

A continuação da presente pesquisa está para a construção de materiais didáticos e paradidáticos na transformação dessas pesquisas em elementos formativos para professores(as) e elaboradores de conteúdos escolares que atuam sob a perspectiva da Lei 10.639/03 e que pensem esses materiais, bem como formações continuadas, tendo como parâmetro o *empowerment* e a positividade de ser menina, jovem, mulher negra. Nestas produções a preocupação com todas as complexidades envolvidas no conceito e na categoria *empowerment* deverão ser consideradas.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722> Acesso em 21 mar. 2023.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women’s empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita.; GERMAIN, Adrienne.; CHEN, Lincoln C.. (eds.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 1994, p. 127-138.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo; Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v.31, n. 1, p.99-127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081> Acesso 20 ago. 2022.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Versos, 2016.

CORNWALL, Andrea. Além do “empoderamento light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, 52, 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9zJqwjXHP4KbqfsLRCY7WpC/?format=pdf&lang=pt> Acesso 02 ago. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n.º 79, agosto, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em 20 ago., 2022.

JAIME, Pedro.; BANDEIRA, Mariana Lima.; BRUNSTEIN, Janette. In between light empowerment and corporate moderate feminism: gender equality and women’s emancipation in organizations. **Civitas**, v. 23, jan.-dez. 2023, p. 1-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/7hjpH9cWrkm8VBqFwYgNyHr/?format=pdf&lang=en> Acesso em 21 mar. 2023.

LEÓN, Magdalena. (org.). **Poder y empoderamento de las mujeres**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

PARPART, Jane L. ; RAI, Shirin M.; STAUDT, Kathleen A. **Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world**. London: Routledge, 2002.

PERKINS, Douglas D.; ZIMMERMAN, Marc A. Empowerment Theory, research, and application. **American Journal of Community Psychology**, 23, 569-579, 1995. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02506982> Acesso em 18 mar. 18 mar. 2023.

RAPPAPORT, Julian. In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. **American Journal of Community Psychology**, Fairhaven, v.9, n.1, fev. 1981. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1982-01824-001> Acesso 15 ago. 2022.

RAPPAPORT, Julian. Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. **American Journal of Community Psychology**, 15, 121–148, 1987. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3604997/> Acesso 15 ago. 2022.

SELIGMAN, Martin Elias Pete. **Felicidade autêntica: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues.; BARBIERI, Paola. **Por ser menina: percepções, expectativas, discriminações, barreiras, violências baseadas em gênero e habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil**. Plan International Brazil, 2014.

SOLOMON, Bárbara Bryant. **Black empowerment: social work in oppressed communities**. Columbia University Press, 1976.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamento: empoderamento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (org.). **Poder y**

**empoderamento de las mujeres.** Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997.



**Capítulo 3**  
**AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO**  
**BALUARTE PARA UMA EDUCAÇÃO DE**  
**APRISIONAMENTO DA SOCIEDADE: UMA**  
**ANÁLISE DA LEI 13.415/2017**  
*Helante Amorim Nogueira*  
*Gesica Mayara Souza Sobral*  
*Marli Clementino Gonçalves*



# **AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO BALUARTE PARA UMA EDUCAÇÃO DE APRISIONAMENTO DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DA LEI 13.415/2017**

***Helante Amorim Nogueira***

*Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade*

*Federal do Piauí, E-mail: hellante0711@gmail.com*

***Gesica Mayara Souza Sobral***

*Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal*

*do Piauí, E-mail: gesica.bastos@hotmail.com*

***Marli Clementino Gonçalves***

*Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade*

*Federal do Piauí, E-mail: marliclementino@ufpi.edu.br*

## **RESUMO**

Historicamente as bases legais brasileiras têm contribuído para a constituição de uma educação reprodutora do conhecimento com a finalidade de beneficiar uma classe dominante, que inculca nos indivíduos os produtos da sociedade excludente como sendo naturais, um exemplo disso é a pobreza. O objetivo deste artigo é refletir acerca de como as políticas públicas vêm fortalecendo uma educação acrítica e excludente como forma de consolidar as práticas de dominação. Tem sido muito comum ouvirmos discursos neoliberais sobre uma educação de qualidade que permeia em torno do acesso e permanência do aluno à escola, mas será que garantir esse acesso é a permanência do aluno é de fato garantir uma educação de qualidade? Será que as políticas públicas educacionais desenvolvidas no Brasil contribuem para uma educação libertadora, crítica e reflexiva ou este é somente mais um discurso de cunho político para manter o indivíduo conformado? Nossa hipótese é de que as políticas públicas que permeiam a Lei 13.415/2017 contribuem fervorosamente para uma educação de aprisionamento da sociedade, na medida em que substituem disciplinas que elevam o nível crítico do aluno por disciplinas que o tornam “técnicos”, ou seja, reprodutor do

conhecimento mecanizado que fará dele uma mão de obra alienada para o mercado capitalista de trabalho.

**Palavras-chave:** Educação. Políticas Públicas. Sociedade Excludente.

### **ABSTRACT**

Historically, Brazilian legal bases have contributed to the constitution of an education that reproduces knowledge in order to benefit a dominant class, which inculcates in individuals the products of an excluding society as being natural, an example of this is poverty. The purpose of this article is to reflect on how public policies have been strengthening an uncritical and excluding education as a way of consolidating domination practices. It has been very common to hear neoliberal discourses about a quality education that permeates around the access and permanence of the student in school, but does guaranteeing this access and the permanence of the student really guarantee a quality education? Do the educational public policies developed in Brazil contribute to a liberating, critical and reflective education or is this just another political discourse to keep the individual conformed? Our hypothesis is that the public policies that permeate Law 13.415/2017 fervently contribute to an education that imprisons society, as they replace disciplines that raise the critical level of the student with disciplines that make them “technical”, that is, reproducer of mechanized knowledge that will make him an alienated workforce for the capitalist labor market.

**Keywords:** Education. Public policy. Exclusion Society.

## **INTRODUÇÃO**

A escola tem como papel fundamental no desenvolvimento humano, pois se constitui em um espaço para o aprimoramento do conhecimento científico e de relações humanas. Isto significa dizer que o processo reflexivo deve ser uma constante, a fim de, se concretizar uma educação de qualidade (ARAÚJO, 2020), partindo da concepção de que para a educação ser de qualidade faz-se necessário o desenvolvimento crítico, social e científico do indivíduo.

A partir desta discursão este artigo tem como objetivo refletir acerca de como as políticas públicas vêm fortalecendo uma educação acrítica e excludente como forma de consolidar as práticas de dominação.

A trajetória metodológica deste estudo nos conduziu a uma abordagem qualitativa contemplando uma pesquisa bibliográfica, que nas palavras de Gil (2002, p. 46), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente

de livros e artigos científicos”, assim nos atentaremos aos estudos já produzidos para nos orientar nesta discursão.

Para o embasamento teórico deste estudo dialogamos com Freire (2008), Bourdieu (1998), Cruz (2017), Demo (2000), Mészáros (2006), Gamboa (1998), Saviani (2008), Constituição Federal (1989) entre outros.

Iniciaremos este estudo fazendo um levantamento histórico da educação ao longo das décadas e as bases legais que foram embasando-a e moldando-a conforme a realidade e interesses das respectivas épocas. Posteriormente traremos reflexões enfatizando a lei nº 13.415/2017, que possibilita a flexibilização do currículo do ensino médio, retirando do mesmo disciplinas como filosofia e sociologia. Finalizaremos este artigo trazendo questionamentos que nos permitam repensar nossas posições diante da aprovação de bases legais que distorcem o verdadeiro significado de educação.

Diante deste cenário faz-se necessário compreendermos que em um país com tamanhas disparidades políticas, educacionais e sociais não podemos nos manter na neutralidade, é preciso nos posicionarmos de forma consciente e crítica, pois conforme Santos (2019, pág.75) “A neutralidade é um dispositivo ideológico numa sociedade dividida em opressores e oprimidos. Numa sociedade assim, permanecer neutro equivale a estar do lado dos poderosos e dos opressores”.

Para alavancar as reflexões no decorrer deste estudo adotaremos a concepção de Freire (2008) de que toda educação é política e que não existe neutralidade no campo educacional, nos apropriaremos ainda de sua concepção de que aprender é um ato revolucionário.

## **OS PERCALÇOS DA EDUCAÇÃO AO LONGO DOS SÉCULOS XX E XXI**

A história educacional é marcada de acordo com Mészáros (2008) por reformas educacionais para remediar, o autor afirma que de forma consciente ou não, as mudanças no âmbito da educação estão apenas servindo de corretivo interesseiro do capital, com o objetivo de perpetuar a ordem social de dominação, assim podemos pensar a educação como instrumento para a manipulação das ações dos indivíduos.

O início do século XX por muitas discussões sobre os rumos educacionais no Brasil, a necessidade de se pensar a educação a partir de diferentes visões levou às primeiras décadas deste século a ser marcado por conferências, manifesto e até uma nova constituição, de uma lado tínhamos a luta pelo monopólio educacional e de outro

intelectuais que lutavam pela democratização do ensino, nesta disputa de ideais dois intelectuais se destacaram sendo eles Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Para Anísio a escola deveria ser democrática, única, capaz de servir com contrapeso aos males e desigualdades sociais provocados pelo sistema capitalista. Era a tese escolanovista de uma escola renovada, com intuito profissionalizante, regionalizada e controlada pela comunidade, aberta a todas as camadas e classes sociais no sentido de possibilitar a construção de uma nova sociedade. Para Fernando de Azevedo, contrário a Anísio, a escola deveria ter um papel de formadora de elites, sendo que a educação apenas rearranjar os indivíduos na sociedade de acordo com suas aptidões. Uns iriam para o trabalho manual e outros para a produção intelectual; a escola redistribuiria as pessoas de acordo com o talento. (ROLLEMBERG, 2012, p. 186)

Na década de 40 com a aprovação das leis orgânicas do ensino, Decreto Lei 4.244 de 09 de abril de 1942, que permitiram um ensino profissionalizante e deixou bem claro a intenção daquela época:

As Leis Orgânicas permitiram a persistência de um dualismo que infelizmente ainda não conseguimos resolver até hoje aqui no Brasil: aos pobres é destinado um ensino primário e profissionalizante, de maneira precária e acelerada, para o mercado de trabalho que necessita de mão de obra barata; aos ricos é oferecida a educação secundária e o ensino superior, permitindo-lhes uma melhor preparação para alçar cargos que necessitam de profissionais mais qualificados. (SHIROMA, 2011, p. 395)

As mudanças foram ocorrendo e na década de 60 com a aprovação do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, o presidente da época, João Goulart colocou em prática o método de alfabetização de Freire, porém não podemos esquecer que conforme Freire (2008, p. 34-35) "toda educação é um ato político", assim este decreto foi justificado pela imensa vontade de aumentar o número de eleitores, pois só os alfabetizados poderiam votar, com o golpe militar em 1964 este decreto foi extinto.

Entre os anos de 1964 e 1985, período em que o Brasil passou pelo regime militar, houve um retrocesso educacional com perdas que até o presente momento refletem no país, podemos resumir o cenário educacional da seguinte maneira:

Vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, que se efetivou na reforma universitária e especialmente no intento de implantação universal e compulsória do ensino profissionalizante; favorecimento à privatização do ensino, que ocorreu principalmente mediante as autorizações e reconhecimentos do Conselho Federal de Educação; estrutura de ensino decorrente da

implantação de mecanismos organizacionais que se encontram em plena vigência; um modelo bem sucedido de pós-graduação implantado a partir da estrutura organizacional americana e da experiência universitária europeia. (SAVIANI, 2008, p. 291)

Um aspecto que podemos associar ao que está ocorrendo no Brasil atualmente e que teve seu início na ditadura militar são as parcerias público-privadas que têm beneficiado os empresários com o intuito de reduzir ainda mais a qualidade do ensino, que deveria ser público e igualitário.

No artigo 168, §3º, inciso III da Carta de 1967, está escrito: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. Esse enunciado foi reforçado na Emenda de 1969: “o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” (artigo 176, §3º, inciso IV). (SAVIANI, 2008, p. 299)

Após o fim Regime Militar na segunda metade da década de 80 e com a aprovação da Constituição federal (1989) na qual em seu artigo 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Começaram assim algumas mudanças no âmbito da educação, a aprovação da LDBEN em 1996 foi uma grande mudança para a época, apesar do texto aprovado ser completamente diferente do original.

Durante toda a década de 90 muitas mudanças ocorreram em todo país devido às altas taxas de analfabetismo e evasão escolar, mas a preocupação maior era a procura por profissionais que suprissem a necessidade econômica de mercado desta época devido às relações exteriores o mercado exigia mão de obra mais qualificada como afirma Santos (2010, p.73)

A reforma educacional foi defendida e concretizada, portanto, não somente para atender as reivindicações da universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, mas também, ou talvez principalmente, para adequar ao cenário de mudanças das relações sociais, culturais e econômicas da nova conjuntura.

No século XXI a educação é marcada pelos avanços das universidades e escolas privadas, a educação privada passou a ser vista como “melhor” e a educação pública, que é um direito de todos como sendo inferior.

As bases legais e parcerias que vieram contribuir para este cenário pouco são questionadas, Pinto (2014) afirma que o Brasil não gasta pouco, gasta mal o dinheiro da educação, um total de 1% do PIB nacional que é destinado à educação está mantendo as parcerias com instituições privadas enriquecendo os empresários e enfraquecendo a instituição pública.

Cruz (2017) por sua vez traz reflexões sobre as PECs nº 241/2016 e 257/2016, que tratam do novo regime fiscal e de congelamento dos gastos públicos e que impossibilitam o cumprimento do PNE, ou seja, essas bases legais do governo Temer são mais um golpe contra a educação pública, que se mantém aprisionada por uma política de favorecimento da classe dominante para o controle da mão de obra barata, afinal por que dá ao indivíduo uma educação crítica e reflexiva se o objetivo é mantê-lo aprisionado? Frederick Douglass (1818-1895) em uma de suas frases emblemáticas vem nos dizer: “O conhecimento torna um homem incapaz de ser escravo”, seria por este motivo que é tão difícil que o conhecimento crítico reflexivo seja “permitido” nas escolas?

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LEI Nº 13.415/2017**

A educação desde seus primórdios jesuíticos atende uma classe de pessoas que a usa com um aparelho ideológico, acontece que o conhecimento nas suas mais variadas formas é uma alternativa valiosa para a liberdade de um povo, razão pela qual todas as políticas públicas direcionadas a regulamentação dessa esfera social, estão inundadas de objetivos implícitos.

A lei 13.415 é o resultado de reforma proposta pela Medida Provisória 746/2016 que objetivava transformar o ensino médio e integralizá-lo enquanto política de fomento, que de outro modo atenderia às necessidades emergentes do mercado de trabalho e do movimento neoliberal e neoconservador que se solidifica no país. Outro ponto que merece destaque é aquele que aduz que as mudanças realizadas também atendam às exigências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC; porém manter uma base comum em um país de realidades geográficas, econômicas e sociais tão distintas é asseverar o padrão de desigualdade que caracteriza os países capitalistas como o Brasil, nesse contexto o que se evidencia é mais um política educacional de aprisionamento.



Conforme se traduz do instrumento normativo no art. 3º, § 7º: “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”. É notória a tomada de termos advindos de movimentos críticos ao modelo de ensino vigente no Brasil, expressões como “a formação integral do aluno” carecem de sentido quanto considera-se a prática da política de fomento, a redução da carga horária de componentes de filosofia, sociologia em detrimento de aprimorar a técnica de redação, demonstram mais a retomada clara do modelo tecnicista e enciclopédico que a preocupação em tornar o aluno um ser crítico, pensante, questionador, porém ainda que paradoxal, se aumenta as horas para a elaboração daquilo que foi denominado por construção do projeto de vida, que ironicamente perpassa a exigência de estar preparado para as necessidades emergentes do mercado de trabalho.

É preciso analisar as entrelinhas da lei, aquilo que não é evidenciado no texto legal, e que espantosamente já vem sendo questionado desde o período socrático, onde a educação “deveria” ser para além da sedimentação de conteúdos inquestionáveis e verdades absolutas, ilusionadas como saberes exatos, conforme Marcos e Carvalho apud Jaeger (2016, p. 124):

Esclarece que Sócrates não estava sozinho no projeto de colocar a Filosofia a serviço da formação do ser humano. Pensadores sofistas, os educadores profissionais da época, igualmente se voltavam para a formação do homem, mas com um objetivo mais imediato: formar as elites dirigentes. Isso significava transmitir aos jovens não o valor e o método da investigação, mas um saber enciclopédico, além de desenvolver sua retórica, que era a principal habilidade esperada de um político.

O que se busca mais uma vez, após séculos de discussões é que se produza mão de obra para o trabalho, substituindo apenas as expressões, porém mantendo-se o objetivo, uma educação completa, embora ainda aprisionada a manutenção das estruturas dominantes para as elites, é uma capacitação técnica para aqueles que detém o poder de mudança, afim de mantê-los alienados no processo formativo do aprisionamento. Conforme assevera Bourdieu (1989) essa dominação invisível não pode ser assegurada sem a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Desse modo o processo democrático continua no campo do “dever ser”, e permite que essas estruturas se modifiquem e tenham a validade dos oprimidos por

ele, mantendo o único instrumento de emancipação, nas mãos dos poucos que dominam o sistema. O uso de termos como mundo do trabalho, formação integral, projeto de vida, preparam para o ideal central previsto no instrumento normativo: “§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional”. O destaque ao ensino técnico em detrimento do ensino crítico e emancipatório.

O conformismo lógico é esse poder de manter a realidade, que é de total exclusão, como única possibilidade, como capaz de atender as necessidades sociais do indivíduo, essa ideia positivista, que encontrou abrigo nas ideias neoliberais/neoconservadoras, são apresentadas como tábua de salvação nesse processo educacional que estava falido.

Eis a resposta social, a reforma da educação, ou do ensino médio, uma lei que vigora desde 2016, criada no governo Temer, que se opõe ao atual governo, ao menos é que a maioria apontaria, mais na verdade nada mais é uma continuação dessa dominação, que usa a educação como aparelho ideológico de controle. Conforme Gadotti (2007, p.56) “A desproblematização do futuro, numa compreensão mecanicista da história, de direita ou de esquerda, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança”, a lei em questão apresentava 5 anos para sua efetiva implantação, então 2022 era a data fatal para sua vigência.

A medida provisória 746/2016 aprovada pelo Senado foi convertida em projeto de lei (PLV) 34/2016 e posteriormente implementada como lei ordinária 13.415/2017, no entanto, não passou por um debate com profissionais da educação ou instituições que representem esse segmento social, o que no mínimo é intrigante. Doutro modo não apenas reformula o ensino médio como produz alterações em diversas normas que também são escopos do ordenamento jurídico no que concerne na organização educacional do Brasil, dentre os dispositivos alterados pela lei em comento estão: Decreto-Lei nº 5.452 de 01/05/1943; Decreto-Lei nº 236 de 28/02/1967; Lei nº 9.394 de 20/12/1996; Lei nº 11.161 de 05/08/2005; Lei nº 11.494 de 20/06/2007 e Medida Provisória nº 746 de 22/09/2016.

Todos os dispositivos acima foram alterados ou revogados para atender as ordenanças legais, porém, essa discussão não se trata predominantemente do processo normativo em que deu o instituto legal, mas a sua ideia central, e seu objetivo fim. Se analisadas aquelas mudanças que implicaram em acréscimo na LDB, 9394/96,

podemos considerá-las questionáveis do ponto de vista de qualidade educativa, considerando como referencial de qualidade, aquele que permite a formação integral do aluno.

Há um posicionamento sempre comparativo quando questionado a eficácia desse ensino profissionalizante comparando-a a outros países do mundo, Brasil sempre reproduzindo suas práticas e desconsiderando a sua realidade, a verdade é que as mudanças educacionais sempre são respostas a sistemas econômicos, eis aí um dos reflexos da nossa interação global.

Outro ponto que levantou bastantes discussões entre os profissionais da educação é a flexibilização para a qualificação de ministrar aulas, se as diversas áreas do conhecimento exigem cada vez mais que seus profissionais se capacitem para desempenhar as tarefas com total especificidades, o magistério parece andar na contra mão dessa circunstância, de acordo com o art. 61 da LDB: “IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;(Incluído pela lei nº 13.415, de 2017).”

Profissionais de áreas afins, com notório saber podem ministrar aulas, a desvalorização do magistério é mais uma tentativa de descredibilizar a educação, os cursos de licenciaturas não se preocupam apenas com conteúdo, ou pelo menos não deveriam, mas de possibilitar uma dinâmica no processo de construção do conhecimento, o modo como essa informação é apresentada, o método utilizado, todas as didáticas estudadas e toda condição de cientista da educação não merece destaque, uma vez que qualquer um pode assumir esse papel, ainda que não tenha sido preparado academicamente para isso, afinal o produto que a lei objetiva ter no final é um profissional preparado para desempenhar seu papel no mercado de trabalho, não um indivíduo capaz de pensar sua condição social e questioná-la.

Ante a incapacidade jurídica da lei 13.415/2017 atender toda as minúcias exigidas para a implementação do ensino médio, foi publicada a portaria Nº 150-R, em 11 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para as organizações curriculares na rede escolar pública estadual para o ano letivo de 2021. Nesta, todas as dualidades que marcam a sociedade são reafirmadas, aumento de carga horária, professores efetivos assoberbados e com a permanência de seus salários, já que o

piso tão sonhado não foi uma realidade de muitos estados, precarização do trabalho, tecnicismo em alta performance, disciplinas críticas sucumbidas e estruturadas para apenas auxiliar no processo argumentativo, dentre outras inúmeras divergências daquilo que preconiza os discursos de educação de qualidade. Gamboa (1998, p. 43), aduz que:

Não pode desprezar as produções educacionais realizadas dentro da academia, pois, objetivam ser usadas na prática educativa, As revistas especializadas em educação vem dedicando espaço cada vez maior à análise da investigação realizada na área. Há uma preocupação, entre outros aspectos, com o grau de eficácia da investigação em educação, sua utilidade, sua correspondência às necessidades reais, a conveniência ou não de determinar prioridades de estudo, a importância de se detectar se as investigações estão orientadas na direção da conservação do status quo ou em direção da mudança das atuais estruturas da sociedade.

Se a própria pesquisa em educação é um objeto de pesquisa, as políticas de fomento educacional não podem se eximir desse debate crítico, o fato é que mais uma vez prevaleceu a decisão da minoria, e se implementou uma reforma do ensino médio que por meio da lei 13.415/2017 trouxe mudanças nas diretrizes educacionais, preparando a “massa de modelagem” para atender exigências mercadológica de um sistema capitalista, neoconservador e neoliberalista, soterrando toda capacidade de promover uma educação crítica, de qualidade e de formação integral, assim, os discursos são apropriados para fingir uma mudança de paradigmas que se solidifica incólume entre os séculos agora associada a prefixos “neo” aprisionados.

## CONCLUSÕES

O pressuposto que orientou esta análise foi a compreensão de como as bases legais vêm contribuindo fervorosamente para o aprisionamento da sociedade por meio de uma educação manipuladora, com o objetivo de contribuir para a perpetuação das classes dominantes no poder, por meio da geração de mão de obra barata.

Por meio desta reflexão, foi possível concluir que o Brasil utiliza da política e da economia para definir os rumos da educação em cada década e que esta decisão não busca beneficiar a escola pública nem aqueles que precisam dela para adquirir conhecimentos formais.

Embasados pelas teorias dos intelectuais da educação percebemos como a educação tem servido de meio para manipulação dos indivíduos e como a lei garantida pela Constituição Federal do Brasil não tem sido respeitada.

Olhando para os rumos que a educação tem tomado é compreensível a perpetuação das desigualdades sociais, da fome, da corrupção pois sem uma educação crítica e reflexiva como podem os indivíduos compreender que estão sendo manipulados e escravizados pelo sistema capitalista?

Infelizmente a Lei 13.415/2017 é somente mais uma maneira da classe dominante por meio das políticas públicas (governo) conseguir manter-se no poder, provando todo nosso discurso de que as políticas públicas de fato são um baluarte para uma educação de aprisionamento da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Neuton Alves de; SOUZA, Flávia Dias de; SOUSA, Valdirene Gomes de (Org.). **Teoria Histórico-cultural e Educação Matemática: diálogos com a pesquisa em movimento**. Teresina: Edufpi, 2020. E-book. Link de acesso: <https://doi.org/10.29327/523653>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Editora Bertrand Brasil S. A, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CRUZ, R.E.; SILVA, S. O. (Orgs.). **Gestão da Política Nacional de Educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação**. Teresina: EDUFPI, 2017.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DE SOUSA ALENCAR MARQUES, E., & COSME DE CARVALHO, M. V.. (2016). **O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo**. *Linguagens, Educação E Sociedade*, (35), 122-143. Recuperado de <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1239>.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GAMBOA, Sánchez Silvio. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**, Campinas, Práxis. 1998.

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).

PAULO, Freire. **Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular**. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.

PINTO, J.M.; SOUZA, S.A. (Orgs.). **Para onde vai o dinheiro?** Caminhos e descaminhos do financiamento da educação. São Paulo: Xamã, 2014.

Revistas como Perspectivas da Unesco, Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Educação e Sociedade do CEDES, Educação e Realidade UFRGS, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do INEP, Ciência e Cultura SBPC, entre outras.

ROLLEMBERG, Brayan Lucas Oliveira. A educação do século XX no Brasil. **Cadernos de graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v 1, n 14, p.183-190, out,2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil**. 2010, 122p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar**. Cadernos CEDES [online]. 2008, v. 28, n. 76, p. 291-312.

SHIROMA, E.O.; MORAES, M.C.M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.





**Capítulo 4**  
**VIOÊNCIA DE GÊNERO: ALGUNS**  
**ASPECTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE**  
**ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO NO**  
**BRASIL**  
*Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho*  
*Lucyana Oliveira Barbosa*  
*Francisco Mesquita de Oliveira*

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ALGUNS ASPECTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO NO BRASIL**

### **Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho**

*Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública - NUPEGEP/CNPq. E-mail: ohara-scarlet@hotmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/5572716014938501>*

### **Lucyana Oliveira Barbosa**

*Mestre em Gestão Pública – UFPI (2022). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública - NUPEGEP/UFPI. Bacharela em Direito - UFPI (2009). Tecnóloga em Processamento de Dados - AESPI (1998). Pós Graduada em Direito Educacional (FIJ) e Direito Eleitoral (UFPI). Servidora efetiva Técnica Administrativa da Universidade Federal do Piauí (desde 2004). Exerceu a função de Diretora de Administração Acadêmica, da UFPI, de 2017 até 2020. Desenvolveu, ainda, atividades como Coordenadora de Desenvolvimento de Ensino da UFPI, de 2010 a 2017. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais. E-mail: [lucyana@ufpi.edu.br](mailto:lucyana@ufpi.edu.br).  
CV: <http://lattes.cnpq.br/0641843527199403>*

### **Francisco Mesquita de Oliveira**

*Doutor em Sociologia – UFPE (2010); Mestre em Ciência Política (2003); Licenciado em História - UNICAP (1997). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade Federal da Paraíba (2021 - 2022). Tem experiência em sociologia, com ênfase nos temas ações coletivas urbanas, ONG, terceiro setor e desigualdade social. Atua também na Ciência Política, nos estudos sobre relações entre Estado e sociedade civil, políticas públicas, democracia, participação política, cultura política e cidadania. Professor Associado III no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor permanente nos Programas de Pós-graduação em Sociologia (acadêmico) e Gestão Pública*

(profissional) da UFPI. Fundador e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea (NEPES/PPGS/UFPI - Certificado pelo CNPq). Coordenou o Programa de Sociologia entre maio de 2014 e maio de 2017; exerceu a subchefia do Departamento de Ciências Sociais de maio de 2010 a outubro de 2011; foi chefe desse departamento entre novembro de 2011 e abril de 2014 e; conselheiro do Conselho Departamental do CCHL no mesmo período.

Bolsista em dois editais da FAPEPI: convênios FAPEPI/CEPRO (2019) e FAPEI/CEPRO/SEPLAN (2021...) para pesquisa e produção de material técnico nas áreas de participação social, saúde e segurança pública no Estado do Piauí. E-mail: mesquita@ufpi.edu.br. Cv: <http://lattes.cnpq.br/7265838320213992>

## RESUMO

A violência de gênero tem se apresentando como uma temática de relevante preocupação nacional, bem como, uma questão social de impacto mundial, cuja discussão foi evidenciada durante o período de pandemia pelo Sars-COV2, em razão do necessário isolamento social, o que dificultou ainda mais o acesso dessas vítimas aos serviços de proteção. Os casos de violência contra a mulher são, muitas vezes, “invisíveis” à sociedade, acarretando episódios de agressão que se tornam cada vez mais repetitivos e mais graves. Nesse contexto, esta pesquisa apresenta como objetivo analisar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, no Brasil. Para tanto, utilizou-se a análise bibliográfica e documental, com aporte teórico de autores como Menezes *et al.* (2014) e Walker (2009). A pesquisa se caracteriza de natureza qualitativa e quantitativa, os dados foram apresentados por meio da análise de documentos secundários, com o recorte temporal compreendido entre os anos de 2017 até o primeiro semestre de 2020. A partir dos indicadores, constatou-se que os números de assassinatos de mulheres, pela simples condição de gênero, os denominados feminicídios, apresentam preocupante índices de crescimento, ano após ano, e, ainda, que as políticas públicas e demais ações de enfrentamento a esse problema, desenvolvidas e executadas pelo Estado, quase sempre se revelam falhas ou insuficientes, na proteção e amparo às vítimas.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Violência; Políticas públicas.

## ABSTRACT

Gender violence has been presented as a theme of relevant national concern, as well as a social issue of global impact, whose discussion was evidenced during the pandemic period by

Sars-COV2, due to the necessary social isolation, which made it even more difficult more access for these victims to protection services. Cases of violence against women are often “invisible” to society, leading to episodes of aggression that become increasingly repetitive and more serious. In this context, this research aims to analyze public policies to combat violence against women in Brazil. For this purpose, bibliographic and documental analysis was used, with theoretical support from authors such as Menezes et al. (2014) and Walker (2009). The research is characterized by a qualitative and quantitative nature, the data were presented through the analysis of secondary documents, with the time frame comprised between the years 2017 until the first half of 2020. From the indicators, it was found that the numbers of murders of women, due to the simple condition of gender, the so-called feminicides, show worrying growth rates, year after year, and, still, that public policies and other actions to face this problem, developed and executed by the State, almost always if they prove flawed or insufficient, in the protection and support of the victims.

**Keywords:** Femicide; Violence; Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma preocupação mundial que tem provocado danos à saúde das mulheres, vítimas das agressões, além de ser um tema que chama a atenção pelo seu prolongamento, persistência e transversalidade cultural (SANTORO *et al.*, 2018).

Porém, não é só isso, causa também impacto na morbimortalidade de toda a sociedade e exige prevenção e enfrentamento através de políticas e ações articuladas que busquem atender a mulher na sua totalidade (MENEZES *et al.*, 2014).

Os casos de violência contra a mulher são, geralmente, “invisíveis” à sociedade, levam os episódios de agressão a se tornarem repetitivos e cada vez mais graves, caso não haja interrupção, além de ocorrerem com uma frequência perturbadora. (BATISTA; CONNOR; GLICK; FISKE, 2017; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2018).

Quanto ao perfil da mulher vítima de violência, constatou-se na bibliografia analisada que não há um padrão em si, ou seja, a mulher, apenas por se enquadrar na categoria “mulher”, já está sujeita a sofrer violência. No entanto, levantamentos estatísticos demonstram que, no contexto brasileiro, há uma prevalência da violência

de gênero em mulheres na fase adulta, sendo que a maioria das vítimas que denuncia a violência são mulheres pardas e negras, com idade entre 18 e 37 anos, ensino médio completo, além de possuírem renda ou estarem empregadas com carteira assinada e solteiras (NASCIMENTO; SANTOS; SANTOS, 2017; TEIXEIRA; MIRANDA, 2017).

Desde o início da pandemia por SARS-COV-2 percebeu-se não só o aumento da infecção, nos diversos países do mundo, como também se observou o crescimento da ocorrência de violência doméstica, cujo agravamento decorre do contexto gerado pelo isolamento social, por meio do qual vítima e agressor passaram a conviver mais tempo em casa. No Brasil, registra-se o aumento desse crime e a diminuição dos registros de denúncias de violência doméstica (PIMENTEL; MARTINS, 2020).

Neste contexto, de acordo com estudos de Lenore Walker (2009), o ciclo de violência entre homens e mulheres em suas relações afetivas se identificam três fases: a acumulação da tensão, a explosão e a lua de mel.

Na primeira etapa do ciclo de violência, denominada “acumulação da tensão”, a mulher se coloca na condição de responsável pelo desapontamento e cólera do companheiro, inconscientemente, se culpa de toda a situação. Na segunda etapa, a “explosão”, a vítima sofre violência física, psicológica, sexual e xingamentos. E na terceira fase, conhecida por “lua de mel”, o agressor pede desculpas pela agressão e faz promessas de que não vai mais acontecer (LAZZARI; ARAÚJO, 2018). Diante dessas fases, desenvolvem-se os cenários de violência de gênero no país.

Tomando por base esse ambiente de violência doméstica, este artigo apresenta uma contextualização da violência contra a mulher brasileira destacando, notadamente, o feminicídio no Brasil e apresenta a pergunta norteadora a seguir: quais os números da violência contra a mulher brasileira, especificamente o feminicídio, na atualidade, e as políticas públicas de enfrentamento desse problema? Destaca-se como objetivo geral: analisar as políticas públicas de enfrentamento e os dados da violência contra a mulher, no Brasil.

A pesquisa é classificada como descritiva (GIL, 1994, 2010), tendo sido utilizado o método da pesquisa bibliográfica e documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) e abordagem qualitativa (GAGE, 1989; KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) e quantitativa (PEREIRA; ORTIGÃO, 2016). O recorte temporal está compreendido entre os anos de 2017 e o primeiro semestre do ano de 2020.

O artigo está estruturado em quatro partes: a primeira, esta introdução; a segunda trata sobre a cultura e as raízes da violência contra a mulher brasileira e as

políticas de enfrentamento ao crime; a terceira contempla os dados do feminicídio no Brasil entre os anos de 2017 e 2020 e, a última, as considerações finais.

## **2 A CULTURA E AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER BRASILEIRA: políticas de enfrentamento ao crime**

A expressão Feminicídio é um termo originalmente espanhol e vem ganhando visibilidade na mídia, na política e, principalmente, na sociedade. É definido por Marcela Lagarde de Los Ríos como um crime de assassinato brutal de mulheres pelo simples motivo de serem mulheres (BANDEIRA; MAGALHÃES, 2019).

As raízes da violência contra a mulher nos reportam ao sistema patriarcal que reitera o afloramento das desigualdades nas relações de gênero (ALBUQUERQUE *et al.*, 2021). Essas relações de gênero desiguais costumam ser complementares, hierarquicamente ordenadas em uma estrutura social e caracterizam-se enquanto peça da vasta divulgação e aceitação das convicções sexistas (CONNOR; GLICK; FISKE, 2017; SANTORO *et al.*, 2018).

O Brasil, apesar dos avanços em políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, contabilizados nas últimas décadas, ainda se apresenta como um país com uma sociedade predominantemente patriarcal e machista, culturalmente marcada pela dominação e violência masculina, que pode se configurar de diversas formas: física, moral, psicológica, sexual e patrimonial (BRASIL, 2006), em detrimento da população feminina que representa a maioria de brasileiros, 51,8% da população (IBGE, 2019).

Não há dúvidas de que a população feminina brasileira, a despeito da garantia constitucional de igualdade entre homens e mulheres (BRASIL, 1988), precisou e ainda precisa, de mecanismos diversos, amplos e integrados, nas mais variadas dimensões, inclusive instrumentos legais que possibilitem, de fato, o exercício de seus direitos individuais, sua dignidade e sua cidadania.

Somente na década de 70 o Brasil começou a perceber que a violência contra a mulher se caracterizava como um problema público (BRASIL, 2018), que exigiria compreensão e atuação do Estado, sendo necessário um olhar diferente para a conhecida realidade, tantas vezes retratada pela máxima: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher!”.



Na década seguinte, anos 80, o Estado inicia a formulação e a implementação de políticas públicas destinadas a enfrentar tal questão. No ano de 1985, registra-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, primeiro órgão federal formulado para lidar exclusivamente com o enfrentamento dessa demanda, o qual desempenhou salutar papel de representatividade feminina no período de elaboração da Constituição de 88, embora não contasse com competência de monitoramento e execução de políticas públicas. Nos anos de 1990 a 1992, o referido CNDM sofreu profunda desarticulação, retomando algum espaço nos governos seguintes (BRASIL, 2008), a partir do desenvolvimento de serviços públicos voltados para a proteção e prevenção da violência contra as mulheres, por exemplo: delegacias de defesa da mulher, casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais (SHRAIBER *et al.*, 2002).

Ainda no ano de 1985 foi inaugurada a 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), instalada na maior cidade do país, São Paulo - SP. Em 2015, portanto, decorridos 30 (trinta) anos daquela tão importante conquista, o Estado de São Paulo anunciava a inauguração da 131ª DDM, a qual registrava a impressionante marca de 80.331 atendimentos, apenas no primeiro semestre daquele ano (BRASIL, 2015a).

Atualmente, o Estado de São Paulo, o mais populoso da federação, com quase 22 milhões de habitantes (IBGE, 2020), conta com 133 Delegacias de Defesa da Mulher, distribuídas em diversos bairros e cidades que compõem a região metropolitana, bem como, no interior do Estado (MARINHO, 2020).

Nota-se que a retomada dessa agenda em nível nacional, deu-se somente em 2003, com a fundação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, institucionalizando a política nacional de enfrentamento à violência. Seu principal objetivo era a promoção da igualdade entre homens e mulheres, combatendo o preconceito e a discriminação através da valorização e inclusão feminina, visando o desenvolvimento integral a partir de uma visão multidimensional: social, política, econômica e cultural (BRASIL, 2019a).

Na esteira dessas ações, a realização de diagnóstico e o mapeamento de demandas culminou com a aprovação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, no ano de 2007, o qual estabeleceu ações de planejamento e consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, mediante a propositura de um acordo federativo nas três esferas:

federal, estadual e municipal, com vistas à implementação de políticas públicas integradas em todo o país (BRASIL, 2019b).

Somente na última década, a legislação brasileira estabeleceu a tipificação penal do feminicídio por meio da Lei Federal nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, a qual ganhou grande destaque e repercussão nacional, representando uma valiosa conquista das lutas feministas.

A Lei do Feminicídio alterou o Código Penal brasileiro de 1.940 e a Lei nº 8.072 de 1990, mais conhecida como a Lei de Crimes Hediondos, inserindo o feminicídio como circunstância qualificadora (previsão da pena aumentada) do crime de tipo penal existente, o homicídio e, ainda, incluindo-o no rol de crimes hediondos.

Ademais, o feminicídio se caracteriza pelo assassinato da mulher, em razão da condição biológica da vítima: ser do gênero feminino, envolvendo, ainda, a situação de violência doméstica ou familiar, o menosprezo, a humilhação e a discriminação da vítima, simplesmente por ser mulher.

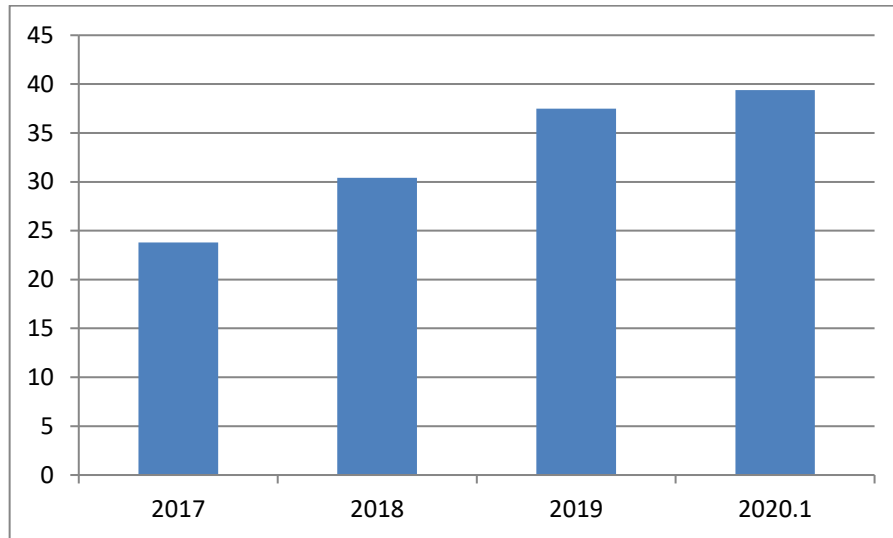
Apesar de todos os avanços alcançados através da legislação brasileira, ainda hoje as mulheres são associadas ao “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1967), ou “sexo frágil”, sendo equivocadamente relacionadas a cidadãs de segunda classe, reduzidas a um enquadramento da cultura patriarcal que lhes coloca limites em seu acesso à cidadania (CONNOR; GLICK; FISKE, 2017).

Também é possível reafirmar que o feminicídio é um grave problema social, afetando as mulheres de forma geral, pois, independe de *status* social, raça, idade, religião, dentre outros fatores. Assim, compreende-se que qualquer mulher pode ser vítima (GRIEBLER; BORGES, 2013).

### **3 ALGUNS DADOS SOBRE O FEMINICÍDIO NO BRASIL NOS ANOS DE 2017 A 2020**

Nesta seção foram explorados os dados relativos aos crimes de feminicídio ocorridos no território brasileiro, sendo estes disponíveis no Atlas da Violência publicado no ano de 2020, e compreendido em um recorte temporal que vai do ano de 2017 até o primeiro semestre de 2020, como poder-se-á observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Femicídio no Brasil durante os anos de 2017 a 2020



Fonte: BRASIL, 2020a; Brasil, 2020b.

No Gráfico 1, no ano de 2017, 23,8% das mulheres assassinadas no país foram vítimas de feminicídio, ou seja, foram assassinadas simplesmente pelo seu gênero, por serem mulheres. Em 2018, os números cresceram para 30,4% do total de mulheres assassinadas. No ano de 2019, os números demonstrados foram de 37,5% das mortes femininas e em 2020, apenas nos 6 primeiros meses do ano, houve um acréscimo nos números que alcançou 39,4% dos registros (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b).

No ano de 2018, o percentual de casos de homicídios de mulheres no Brasil, tipificados como feminicídio, correspondeu a 30,4%, demonstrando um crescimento de 6,6% quando comparado ao ano de 2017. No ano de 2019, foram registradas 1.326 vítimas de feminicídio no país, um crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior. Desse número alarmante, 66,6% eram mulheres negras, 56,2% tinham entre 20 e 39 anos de idade e 89,9% foram assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros de vida (BRASIL, 2020a).

Em números mais atuais, segundo o Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o ano de 2019 registrou um total de 1 milhão e 300 mil atendimentos telefônicos, pelo canal Ligue 180, que funciona todos os dias, o dia inteiro, sem interrupções. Desse total, mais de 84 mil denunciaram violações de direitos da mulher.

O referido canal de atendimento está disponível à toda a sociedade, gratuitamente, disponibilizando três opções de atendimento: registrar denúncia, orientar vítima de violência e informar (leis e campanhas) e garante a preservação do

anonimato do(a) denunciante, seja vizinho(a), parente, um(a) conhecido(a) ou a própria vítima, no intuito de prestar auxílio às mulheres que se encontram em situação de violência nas mais diversas partes do Brasil (BRASIL, 2020b).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 (BRASIL, 2020b), no primeiro semestre do ano, os números de feminicídios cresceram 1,9% em relação ao ano de 2019. Os registros de violência contra a mulher durante a pandemia da SARS-COV-2 identificaram que os números de registro nas delegacias caíram, contudo, aumentou o número de chamadas no 190, que contacta a Polícia Militar. Foram realizados, durante o primeiro semestre do ano de 2020, 147.379 chamados, portanto, um aumento de 3,8% no número de acionamentos da Polícia Militar relacionados a situações de violência doméstica (BRASIL, 2020b).

Observa-se que os números de assassinatos de mulheres por companheiros ou ex-companheiros, vem crescendo paulatinamente, mesmo com políticas de enfrentamento desenvolvidas em todo o país.

A violência contra a mulher brasileira acentuou-se devido à exigência de isolamento social, em razão da pandemia, mesmo assim, o registro de ocorrência desses crimes não acompanhou a tendência, pelo contrário, houve uma baixa. Neste contexto, percebe-se que a dificuldade enfrentada pelas mulheres para realização da denúncia não foi apenas de superar o medo ou receio, mas, principalmente, pela ausência de medidas de enfrentamento eficazes que as auxiliassem (PIMENTEL; MARTINS, 2020).

Segundo os recentes resultados divulgados em maio de 2021 pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Feminicídio, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que analisou 90 processos de feminicídios, tentados ou consumados, registrados entre os anos de 2016 e 2020, foram encontrados diversos deslizos do poder público com relação a proteção às mulheres e problemas na integração dos serviços, assim como a falta de estruturação dos trabalhos especializados (PATRIOLINO, 2021).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Além das formas de violências apontadas na Lei Maria da Penha, a rotina feminina exige que as mulheres superem, diariamente, outras tantas barreiras cristalizadas na estrutura social: jornada dupla ou tripla de trabalho (acumulando o trabalho formal, os afazeres domésticos e os cuidados da maternidade), menos

oportunidade de trabalho formal (ignorando o nível de escolaridade feminino superior ao masculino), salários desiguais (inferiores) pelo desempenho das mesmas atividades, dentre outros. Desconsiderando, assim, frontalmente, os princípios basilares, inerentes ao Estado Democrático de Direitos que se pretende.

A violência de gênero, aos poucos, tem se afastado dos bastidores da invisibilidade, ao passo que adquire holofotes de notoriedade, em âmbito nacional e até internacional, impulsionada pelos movimentos de defesa da mulher, conquistando espaço nos estudos acadêmicos, tornando-se assunto recorrente no debate público e político.

Faz-se mister deixar de ser silente e “invisível” para assumir o protagonismo, retomando “as rédeas” do próprio destino, viabilizando uma transformação social, de valores e comportamentos que possam garantir a liberdade, a dignidade, a cidadania e a igualdade de gênero.

Inquestionável que a Lei Maria da Penha representa um verdadeiro marco na sociedade brasileira e reforça a necessidade de otimização das redes de apoio e acolhimento, associadas à integração das políticas de enfrentamento à violência sofrida pela mulher, tantas vezes tolerada e até naturalizada, por toda a sociedade.

Todavia, percebe-se, ainda, uma necessária articulação entre os poderes federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade, a partir de medidas educativas de informação e conscientização, possibilitando à mulher as mesmas oportunidades, independentemente do gênero, superando a mesquinhez ideológica e culturalmente machista, enraizadas na cultura social brasileira, que ainda discrimina a mulher e silencia diante de abusos e violência explícitos.

Como contribuições, este artigo busca auxiliar na análise dos números e das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher brasileira, especificamente, do feminicídio. As limitações encontradas durante a pesquisa referem-se à disponibilização dos dados relativos aos casos de feminicídio no país. E como sugestão para pesquisas futuras no tema, pode-se propor estudos sobre as políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio ou outros tipos de violência contra a mulher nos estados ou regiões geográficas que compõem o território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. M.; TORRES, A. R. R.; ESTRAMIANA, J. L. A.; LUQUE, A. G.; RODRIGUES, D. M. P. Police Inquiries: Types of violence against women. **Revista de Pensamento e Investigacion Social**, v. 21, n. 1, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v21-1-albuquerque/2703-pdf-pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- BANDEIRA, L. M.; MAGALHÃES, M. J. A transversalidade dos crimes de feminicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, v. 1, n. 1, p. 26–56, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BATISTA, Karina Barros Calife; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00140017, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n8/e00140017/>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. A experiência vivida**. Nova Fronteira, 1967.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2020**. 2020a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- BRASIL. **Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. 2020b. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/04/anurio-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: mar. 2022.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as mulheres – SPM**. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. **Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher**. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- BRASIL. Observatório da Mulher Contra a Violência. **Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- BRASIL. Criação da 1ª delegacia de defesa da mulher do país completa 30 anos. **Do Portal do Governo**. São Paulo, 2015a. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>. Acesso em: 22 mar. 2022.



BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm). Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapeamento-das-delegacias-da-mulher-no-brasil>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm). Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 20 mar. 2022.

CONNOR, R. A.; GLICK, P.; FISKE, S. T. Ambivalent sexism in the twenty-first century. 2017. In: C. G. SIBLEY & F. K. BARLOW (Eds.). **The Cambridge handbook of the psychology of prejudice**. p. 295–320, 2017. Cambridge University Press. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2016-44850-013>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GAGE, N. L. The paradigm wars and their aftermath a “historical” sketch of research on teaching since 1989. **Educational researcher**, v. 18, n. 7, p. 4-10, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.3102/0013189x018007004>. Acesso em: 03 mar. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed, São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIEBLER, C. N.; BORGES, J. L. Violência contra a mulher: perfil dos envolvidos em boletins de ocorrência da Lei Maria da Penha. **Psico**, v. 44, n. 2, p. 7, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5631467>. Acesso em: 02 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020>. Acesso em: 21 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD 2019**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

KRIPKA, R; SCHELLER, M; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 13 mar. 2022.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/spsP4pVmDtSt7N5VGXWY5Wc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

LAZZARI, Kellen Cristina Varisco; ARAÚJO, Margarete Panerai. O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/14134>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MARINHO, C. Delegacia de defesa da mulher: 35 anos no atendimento a vítimas de violência doméstica e outros crimes contra mulheres. **Câmara Municipal de São Paulo**. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/delegacia-de-defesa-da-mulher-35-anos-no-atendimento-a-vitimas-de-violencia-domestica-e-outros-crimes-contra-mulheres/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo et al . Process of dealing with violence against women: intersectoral coordination and full attention. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786, setembro. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902014000300778&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000300778&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 mar. 2022.

NASCIMENTO, Flaviane R.; SANTOS, Ivanildo A.; SANTOS, Marco F. Perfil de mulheres vítimas de violência de gênero—Eunápolis-BA, 2013. **Museu Pedagógico**, 2017. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6873/6673>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PATRIOLINO, Luana. Em relatório, CPI do feminicídio aponta falhas no sistema de proteção. **Correio Brasiliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2021/05/4921806-em-relatorio-cpi-do-feminicidio-aponta-falhas-no-sistema-de-protecao.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.


PEREIRA, Guilherme; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. **Periferia**, v. 8, n. 1, p. 66-79, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5521/552157170005/552157170005.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

PIMENTEL, A.; MARTINS, J. O impacto da pandemia na violência de gênero no Brasil. In: **Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. 2020. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/04/anurio-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTORO, Chiara; Martínez-Ferrer, B.; Monreal Gimeno, C.; Musitu, G. New directions for preventing dating violence in adolescence: The study of gender models. **Frontiers in psychology**, v. 9, p. 946, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2018.00946/full>. Acesso em: 21 mar. 2022.

TEIXEIRA, S. R. A.; MIRANDA, A. T. P. de. Violência contra a mulher nos estados da Bahia e Pará: experiências e desafios contemporâneos numa perspectiva comparada. 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5495/1/capitulo8.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

WALKER, L. E. The Battered Woman Syndrome. **Springer Publishing Company**. 2009.



**Capítulo 5**  
**CLAUDIA JONES E ANGELA DAVIS:**  
**CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA**  
**REVOLUCIONÁRIA**  
***Bruna Gabriella Santiago Silva***

# CLAUDIA JONES E ANGELA DAVIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA REVOLUCIONÁRIA<sup>1</sup>

***Bruna Gabriella Santiago Silva***

*Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-823X>*

*Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3803923422902489>*

*E-mail: [leituraspretas@gmail.com](mailto:leituraspretas@gmail.com)*

*O que eu achei interessante então, e o que pode nos ajudar a entender a racialização contemporânea do medo, é a forma como as pessoas fundiram de maneira tão arrogante minha negritude e meu comunismo. (Angela Davis)*

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo os Estados Unidos venderam uma imagem de uma nação democrática por natureza. Esse argumento justifica invasão, exploração, guerras e interferências políticas em diversos países<sup>2</sup>, que segundo eles estavam com a democracia em crise. No entanto, os questionamentos a ordem pretensamente democrática e forte, que deveria ser exemplo para o mundo, muito cedo estava sendo posta em xeque por intelectuais negros. O grande questionamento levantado era “democracia para quem?”.

Ainda em 1903, W.E.B. Du Bois questionava os sentidos da democracia americana para a população negra. Em sua obra “Almas do povo negro” que só veio a ser publicada no Brasil um século depois, em 2021, ele já apontava o não

---

1 Texto publicado originalmente no XII Copene: Democracias, poder e antirracismo. Trabalho apresentado na seção temática “Negritude e Marxismos”.

2 Por exemplo, as guerras no Iraque, Coréia, Afeganistão e Vietnã. Os conflitos entre Israel e Palestina e ainda na instauração de ditaduras militares na América Latina, em casos como o do Brasil.

pertencimento da população negra aos ideais democráticos no país. A partir do questionamento “Como é a sensação de ser um problema?” (DUBOIS, 2021, p. 21), ele nos traz o grande dilema do negro estadunidense no pós-emancipação, que é o não lugar do sujeito racializado dentro de um país dominado pela supremacia branca. Assim, vemos a população negra como uma *outsider* em seu próprio território, ele nos fala que este indivíduo negro “sente sua dualidade – é um norte-americano e um negro; dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio” (DUBOIS, 2021, p.23).

O negro afetado subjetivamente pelas violências raciais de uma nação é posto como um estrangeiro em seu próprio território e a exclusão desse indivíduo intercruza tanto a violência subjetiva como material; ainda segundo o autor, esse não lugar é marcado por uma privação de direitos de cidadão estadunidenses. Nesse processo irreconciliável entre ser negro e estadunidense, essa população vive em seu país como “um proscrito em sua própria casa” (DUBOIS, 2021, p. 22). E o que isso significa? Os direitos básicos de educação, trabalho, moradia, segurança, que deveriam ser estendidos a toda população, se restringem a um determinado grupo racial. Então, os pressupostos democráticos que deveriam atender a todos os cidadãos de um país, acabam não chegando naqueles cidadãos de segunda classe, tornando assim, frágil a ideia de um processo democrático de fato.

Neste sentido, está uma das principais contribuições desse sociólogo e historiador, ele nos traz a ideia de que não existe de fato uma democracia nos Estados Unidos e que esse processo só poderia ocorrer quando se efetive o que chamou de democracia da abolição. Na crítica de DuBois o estado foi um dos responsáveis diretos pela manutenção das violências escravocratas no pós-emancipação, eles deixam de serem escravizados e tornam-se prisioneiros, mão de obra superexplorada e é retirado de si os direitos básicos que garantiriam a liberdade. Assim, qualquer sentido de liberdade democrática é contida com a assinatura da 13ª emenda (DAVIS, 2019, p. 13). Em sua famosa obra “Black Reconstruction” (1935), o autor nos diz:

Desde de 1876, os negros são encarcerados pelos motivos mais fúteis e recebem sentenças longas ou multas e recebem sentenças longas ou multas pelas quais eles são compelidos a trabalhar como se fossem novamente escravos ou criados contratados. A consequente escravidão econômica de criminosos se estendeu para todos os Estados do Sul e levou às situações mais revoltantes. (DUBOIS *apud*



Davis, 2019, p.12).

Assim, a ideia de que não houve um processo democrático de fato para a população negra no território estadunidense é defendida pelo autor, para ele, o processo colonial de exploração dos corpos negros se moderniza impedindo que esses negros gozem de fato dos direitos básicos. Desse modo a emancipação é suprimida por uma série de ataques à liberdade desses grupos, temos o avanço do encarceramento, criminalização da população negra e a intensificação dos linchamentos. Temos em sua elaboração um panorama da modernização dos sistemas coloniais e que só poderia ser modificado se fosse colapsado, a democracia da abolição sugere que essas instituições fossem modificadas, por novas instituições democráticas de fato.

Iniciamos com DuBois, por entender que esse pensador e suas críticas à democracia estadunidense irão influenciar diretamente as reflexões das duas pensadoras que serão apresentadas nesse texto, a saber, Claudia Jones e Angela Davis. Além disso, suas trajetórias são exemplos materiais do espírito antidemocrático estadunidense. Ambas partiram do pressuposto da necessidade de uma mudança radical de sociedade, críticas do capitalismo tiveram suas vidas dedicadas à militância comunista, no entanto, desenvolveram uma sofisticada análise da relação do capitalismo com as opressões de raça, classe e gênero. Em comum, essas mulheres sofreram com a perseguição, encarceramento e, no caso de Jones, exílio. Desta forma nós utilizaremos tanto da história biográfica destas duas intelectuais e militantes, quanto às suas elaborações teóricas que visam pensar as formas de opressão e exploração e como atingem as mulheres negras de forma específica. Outrossim, estamos falando de duas comunistas, que experienciaram a violência do racismo, sexismo e anticomunismo dentro do país.

### **CLAUDIA JONES E ANGELA DAVIS: UMA BREVE APRESENTAÇÃO**

Em uma breve apresentação, Claudia Vera Cumberbatch, nasceu em Trinidad no Caribe e migrou ainda na infância para os Estados Unidos. Jornalista, ativista e militante do partido comunista foi perseguida durante a década de 1950 e exilada do país. Sua trajetória de ativismo foi de idas e voltas no território estadunidense onde nunca conseguiu cidadania plena, foi presa diversas vezes por subversão e teve um papel fundamental na diretoria do Partido Comunista. Foi através dela que os debates

de raça, classe e gênero ganham fôlego dentro do PC. Foi exilada para Londres onde atuou no partido comunista da Grã-Bretanha, escreveu em jornais e publicou textos e poesias. Nunca retornou aos EUA após seu último exílio e faleceu jovem acometida por tuberculose.

Já a trajetória de Davis destoa em alguns pontos da experiência vivenciada por Jones, principalmente no que tange a sua permanência nos Estados Unidos. Sobre ela, em poucas linhas podemos dizer que Angela Yvone Davis conhecida mundialmente após o movimento de libertação “Libertem Angela Davis” mobilizado pelo Partido Comunista e o movimento na luta por direitos civis que exigiam sua libertação após acusação de participação de sequestro, assassinato e associação ao crime. Entrou para a lista dos criminosos mais procurados do país e, assim como Jones, passou pela violência do encarceramento. A acusação durante o julgamento pedia sua morte ou prisão perpétua. Após uma longa batalha pela sua liberdade e ser inocentada, Angela Davis como ativista, pesquisadora e professora universitária, centrou suas análises no sistema prisional, no capitalismo e no racismo. Uma grande filósofa, teórica feminista e marxista é um dos principais nomes do feminismo abolicionista contemporâneo.

### **CLAUDIA JONES E ANGELA DAVIS: A LUTA NEGRA E COMUNISTA**

A presença das mulheres negras na luta revolucionária estadunidense é algo que durante muito tempo ficou relegada a notas de rodapé e um lugar secundário na formação do partido. A historiadora Ashley Farmer (2017) aponta que embora atualmente tenhamos uma boa produção, neste sentido ela se refere a produção nos Estados Unidos, do papel indispensável das mulheres negras na luta revolucionária, estas sujeitas permanecem escondidas no imaginário popular como uma figura singular, uma exceção (FARMER, 2017, p.26). De acordo com a autora, as mídias como televisão, jornais e a própria construção da memória dos movimentos acabou criando uma imagem masculinista do movimento, algo que contribuiu para o apagamento da presença das mulheres negras enquanto militantes comunistas.

Algo que identificamos nos estudos sobre a presença negra na luta revolucionária, na elaboração teórica e atuação política é a ausência do papel das mulheres negras na luta. É necessário recorrer às próprias intelectuais negras para termos acesso aos estudos que apresentam essa leitura interseccional, são elas que

irão teorizar sobre sua especificidade dentro da sociedade estadunidense. Eric McDuffie (2012) argumenta que na velha esquerda surge um “feminismo de esquerda negra”, examinando como as mulheres dentro do Partido Comunista foram responsáveis pelo surgimento da ideia de “tripla opressão”. Foi Louise Thompson<sup>3</sup> que na década de 1930 articula o termo tripla exploração unindo as dimensões de raça, classe e gênero e apontando para a necessidade um olhar específico em torno da mulher negra nos EUA.

No entanto é com Claudia Jones em 1949 que a ideia terá penetração mais forte dentro do partido comunista com a publicação do ensaio “*An End to the Neglect of the Problems of the Negro Woman*”. Fundamentada na tradição marxista, ela desafiou e integrou o nacionalismo negro ao feminismo, focalizando raça e classe como distintivos na opressão experienciadas por mulheres negras. Jones foi fundamental na articulação e definição de um programa para a libertação das mulheres dentro do Partido Comunista. Para ela o marxismo havia falhado na articulação de raça, classe e gênero, de modo que “enquanto o protesto radical negro se desenvolveu nas periferias do pensamento ocidental, as expressões feministas das mulheres negras foram ainda mais marginalizadas”.

Na biografia *Left of Karl Marx* (2007), Carole B. Davies ao analisar o pensamento de Jones argumenta que ela incluiu em sua percepção “uma coalizão anti-imperialista, administrada pela liderança da classe trabalhadora, alimentada pelo envolvimento das mulheres”. Neste sentido, afirmando que embora as mulheres se beneficiassem da revolução socialista, o racismo e sexismo (sistemas coloniais) merecem devida atenção na construção teórica, forçando o partido a reconhecer o paradigma da tripla opressão.

Entendendo a importância dos debates levantados por Jones, bem como sua forte influência dentro do Partido Comunista e na produção das intelectuais do feminismo negro estadunidense que se faz necessário pensar vida, trajetória e produção intelectual dessa mulher negra. Como reflete a socióloga Patrícia Hill Collins, a produção da epistemologia negra é atravessada pela dialética de opressão

---

<sup>3</sup> Louise Thompson Patterson foi uma ativista negra e professora. Um importante nome do movimento Harlem Renaissance. Sua trajetória política é marcada pela luta contra o racismo antinegro e o anticomunismo. Durante o macartismo atuou contra a opressão do Estado, ao lado do seu companheiro e um dos líderes do partido comunista, William L. Patterson. Muito inspirada na ideia de DuBois segue na luta revolucionária. Lembramos ainda que Louise foi uma das primeiras mulheres negras a se matricular na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

e resistência, sendo os processos de experiência do racismo, bem como, as formas de resistir dentro dessa sociedade elementos fundantes desse fazer teórico (COLLINS, 2019). Jones irá pensar a centralidade do capitalismo no que ela chamou de tripla opressão, também, buscará enfatizar a relação do capitalismo com o fascismo e o seu desenvolvimento nos EUA. Por fim, seus escritos contribuem para compreender o que Du Bois (2021) chamou de democracia da abolição, o país vive assim, uma falsa democracia que não abrangeu a população negra, na produção de Jones é possível identificar os fatores dessa abolição incompleta e qual o caminho que precisa ser trilhado para obtermos a emancipação humana.

Caminhamos assim, para a produção de Angela Davis<sup>4</sup>. A escolha se dá pela contribuição dessas teóricas para o pensamento radical negro, pelo desenvolvimento das reflexões sobre a luta anticapitalista e antirracista e principalmente como essas produções identificam o legado da escravização nos Estados Unidos, ou, como denomina diversos intelectuais estadunidenses, o neo-racismo. Sua obra “Mulheres, raça e classe” (2016) é um marco no que se convencionou a chamar estudos interseccionais, ela articula como o legado da escravização perpassa a condição da mulher negra na sociedade contemporânea, por exemplo, os locais de trabalho que seguem o mesmo padrão dos lugares ocupados no período da escravização, também, violências como o estupro estariam ligadas diretamente a “licença para estuprar” que foi dada com as sujeitas escravizadas. Davis nos coloca a pensar sobre como a classe indica a raça, e a raça indica o posicionamento classista dentro da sociedade, de modo que uma análise ortodoxa da classe trabalhadora enquanto uma categoria homogênea não permite pensar as especificidades das opressões que perpassam as mulheres. Muito do pensamento de Davis vem das elaborações de Claudia Jones. Outro elemento de diálogo é que as produções principais se dão no século XX em décadas diferentes, o que nos dá um panorama dos avanços e estagnações da luta revolucionária diante de diversos processos históricos em um século de mudanças significativas.

Estamos tratando de duas revolucionárias que foram perseguidas, quando não exiladas, foram presas e no caso de Davis, chegou a fazer parte dos dez mais procurados pelo FBI. Esse quadro de afinidade nos dá munição para tecer pontos de convergência e divergência dentro do pensamento dessas mulheres negras, bem como, seus processos de luta política e formação intelectual dentro de um contexto de segregação e diversos combates para uma sujeita negra. As duas pensadoras

elaboram um pensamento abolicionista moderno que visa a emancipação humana. Se por um lado suas produções servem para denunciar o sistema de exploração que vivemos, por outro, apresentam possibilidades radicais de luta, assim, os seus escritos representam neo-narrativas de escravos. “Eles são escritos como uma provocação: para desafiar uma pedagogia supremacista e triunfalista da história americana, que simplesmente ensina que a escravidão é relegada ao passado (BONILLA-SILVA, 2020)”.

Estabelecer o caminho da tradição radical negra e o papel das mulheres negras na construção do pensamento socialista antirracista visa contribuir para um olhar interseccional das lutas sociais em prol da luta revolucionária. Vemos nessas intelectuais o alinhamento de pensamentos e métodos que podem enriquecer a historiografia brasileira. Como Silvio Almeida (2021) afirma, que se por um lado o marxismo permite uma compreensão científica da questão racial, também é possível afirmar que “a análise do fenômeno racial abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações mais concreta” (ALMEIDA, 2021, p. 04).

## CONCLUSÕES

Nesse breve texto apresentamos alguns temas que fazem parte de uma pesquisa ainda em andamento, esses primeiros passos em torno de temas como tradição radical, pensamento marxista negro, a trajetória das mulheres revolucionárias, são ainda inquietações iniciais que apresentamos aqui. O tema está longe de ser esgotado e nessas páginas buscamos introduzir algumas questões que estão na ordem do dia no campo da pesquisa marxiana no país. O trabalho em questão ainda será aprofundado para sua versão completa buscando trazer as especificidade de vida e trajetória de Claudia Jones e Angela Davis, bem como, suas contribuições teóricas para o campo marxiano e feminista no que tange as relações entre raça, classe e gênero nos Estados Unidos.

Por fim, justificamos a necessidade de trazermos o pensamento dessas militantes e teóricas negras por percebemos que quando falamos sobre o poder negro e também sobre os comunistas, as imagens que temos atreladas ainda são bastantes masculinas. Nomes de lideranças, fotografias e até nossas referências teóricas.

Rhonda Y. Williams (2008) aponta que há um cenário de mudança historiográfica que se empenha a resgatar e destacar a participação dessas mulheres centralizando suas relações com o ativismo e as propostas radicais das mesmas à política do Black Power. É dentro dessa perspectiva que buscamos ancorar nossa pesquisa. Um trabalho histórico que possa contribuir para o reconhecimento da trajetória das mulheres negras dentro do movimento negro e dentro do partido comunista, colaborando para os estudos transatlânticos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio; (org.). *Marxismo e a questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem Racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade da América*. São Paulo: Perspectiva: 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *A Democracia da abolição: além dos impérios das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Difel. 2019.
- DAVIS, Angela. *The meaning of freedom*. San Francisco: City Lights Bookstore, 2012.
- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIES, Carole B. *Left of Karl Marx: THE POLITICAL LIFE OF BLACK COMMUNIST*
- CLAUDIA JONES. Duke University Press Durham and London 2007.
- DUBOIS, W.E.B. *Almas do povo negro*. São Paulo: Veneta. 2021.
- FARMERS, ASHLEY D. *Remaking black power: how black women transformed an era*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.
- JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.
- MCDUFFIE E. *Sojourning for freedom: Black women, American communism, and the making of black left feminism*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.



ROBINSON, Cedric J. *Marxismo negro: La formación de la tradición radical negra*. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2019.

SANTIAGO, Bruna. *O pensamento de Angela Davis: perspectivas de liberdade e resistência*. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

SHAWKI, Ahmed. *Libertação negra e socialismo*. São Paulo: Sundermann, 2017.



**Capítulo 6**  
**OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: TEORIA**  
**E PRÁTICA DAS RÁDIOS LIVRES NA**  
**AMÉRICA LATINA E EUROPA**  
**Thiago Novaes**

# OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR: TEORIA E PRÁTICA DAS RÁDIOS LIVRES NA AMÉRICA LATINA E EUROPA<sup>4</sup>

**Thiago Novaes**

*Doutor em Antropologia Social (UnB), e-mail: novaes@riseup.net*

## **RESUMO**

O espectro radioelétrico é um bem público ao qual deve ser garantido um acesso complementar, para oferecimento dos serviços públicos, comerciais e comunitários, utilizando-se das tecnologias disponíveis de seu tempo. A presente pesquisa tem por objetivo descrever um conjunto de práticas de rádio que influenciaram o que hoje circunscreve o conceito de rádio comunitária, assumindo como desafio seu contraste com um projeto político autônomo, de desobediência civil, praticado por rádios livres, na Europa e na América Latina. Além de um registro histórico, o artigo pretende uma contribuição à teoria política e às políticas de comunicação de interesse da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Rádio. Relação Humano-Máquina. Liberdade de Expressão.

## **ABSTRACT**

The radio spectrum is a public good, to which complementary access must be guaranteed, in order to offer public, commercial and community, using the technologies available at the time. The current investigation aims to describe a set of radio practices that influence what is known as the concept of community radio, assuming as a challenge its contrast with an autonomous political project, of civil disobedience, practiced by free radio stations in Europe and Latin America. In addition to a historical record, the article intends to contribute to political theory and communication policies of interest to civil society.

**Keywords:** Radio. Human-Machine Relationship; Freedom Speech.

---

<sup>4</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

## 1. Introdução

Podemos considerar que a primeira rádio livre mundial foi operada por Landell de Moura, em 1894, quando conseguiu transmitir sinais por meio de ondas eletromagnéticas, em Porto Alegre. Em 1899, na presença de autoridades internacionais, emitiu voz do Alto de Santana para a Av. Paulista, na cidade de São Paulo. O rádio, no entanto, é considerado oficialmente uma invenção de 1896, de Giullermo Marconi, que realizou o pedido de patente e abriu uma empresa para fabricação e venda de equipamentos. Em 1912, utilizando um dos transmissores de Marconi, o Titanic afundou e a primeira Conferência de Rádio estabeleceu, em resposta à tragédia, que o espectro radioelétrico passaria a ser administrado por governos nacionais. Após as duas grandes guerras, podemos considerar que o espectro se tornou um bem público estratégico. Predominando o modelo comercial de comunicação, em muitos países se desenvolveram iniciativas estatais e comunitárias, com leis e regulamentações específicas, mas de maneira geral, prevaleceu historicamente um afastamento da sociedade civil à apropriação direta do espectro para transmitir e receber sinais de rádio. Assumindo como horizonte tecnológico a apropriação social e massiva da radiodifusão digital, que lições poderiam ser aprendidas sobre a atuação das rádios livres para a abertura de um debate teórico e legislativo em que a liberdade de expressão fosse considerada a partir de cada uma de suas diferentes modalidades de comunicação? E em que medida o debate proposto estaria adequado à realidade tecnológica quando dedicado às possibilidades de gestão democrática, a mais abrangente possível, da infraestrutura das infraestruturas de comunicação social: o espectro radioelétrico?

O presente estudo tem interesse, portanto, na apropriação direta dos meios de comunicação a partir da seguinte reflexão sócio-técnica: considerando o crescente barateamento nos custos dos equipamentos de transmissão, e o papel que a comunicação possui na construção da esfera pública das democracias contemporâneas, de que maneira as experiências das rádios livres poderiam nos auxiliar a pensarmos em formas de ampliação do acesso da sociedade civil à comunicação social, inseridas em um regime de “comando e controle” de gestão que, sob pretexto de evitar “interferências”, obstrui e criminaliza o acesso não autorizado ao espectro radioelétrico?

O tema se mostra atual na medida em que um levantamento de audiência de rádio no país registra que, em 2022, cerca de 83% da população brasileira escutou rádio por quase 4 horas, todos os dias (KANTAR, 2022). Ao falamos em rádio, devemos incluir hoje a escuta que é realizada por meio da internet, que vem aumentando, e as diferentes discussões que envolvem o consumo de informação por meio de plataformas e termos de adesão de serviços gratuitos. Eis alguns dos novos fenômenos sociais que caracterizam a passagem da comunicação analógica para digital, que dá continuidade ao mesmo tempo em que inaugura grande rupturas na forma de produzir, fazer circular e consumir informação nas sociedades pós-industriais.

Ao buscar refletir sobre relações humano-máquina desde uma perspectiva crítica ao modelo de progresso que prevê o avanço de automatismos, quer-se apontar para as possibilidades de desfrute tecnoestético (Simondon, 2014) em que o reparo de transmissores de rádio e demais arranjos técnicos artesanais participariam da construção de sensibilidades pós-midiáticas (Guattari apud Machado, Magri & Masagão, 1986; Berardi, 2005) junto à instalação das rádios livres. Este artigo ambiciona, assim, prestar uma contribuição tanto histórica quanto teórica à apropriação social dos meios de comunicação na virada digital argumentando sobre um posicionamento político e uma estratégica pedagógica voltados para o presente e o futuro da gestão do espectro de interesse da sociedade civil.

## 2. As Rádios Livres

Felix Guattari: “Nós temos uma expressão na França para qualificar a linguagem esclerosada, dogmática de muitos dos militantes: nós dizemos que eles falam uma “língua de pau” (“langue de bois”). Com relativo sucesso, um certo número de experiências de rádios-livres na Itália e na França, tentaram substituir esta “língua de pau” por meios de expressão adaptados aos grupos sociais reais, às minorias, às diferentes sensibilidades. Vocês também têm em mente a criação de rádios-livres, que não estejam nem sob o controle do Estado, nem dos partidos, nem de grupos comerciais?”

Lula: “Nós ainda não estamos a ponto de criar mídias alternativas! Mas penso que chegaremos lá. Somente é preciso compreender que estamos no Brasil, não na Europa. É um outro universo, uma outra formação política, uma outra experiência de luta! Mas acredito que chegaremos lá, pois é a única forma de nos liberarmos da dependência das mídias (comerciais)...” (GUATTARI, 1982, pp. 24-25).

A trajetória das rádios livres, emissoras sem fins lucrativos criadas e mantidas pela sociedade civil organizada, é muitas vezes referenciada na literatura dedicada à comunicação comunitária como um capítulo, uma fase inicial da comunicação popular dos regimes democráticos. No Brasil, rádios livres são eventualmente citadas como parte da história da radiodifusão comunitária, hoje legalizada no país, como “um importante protagonismo da apropriação juvenil, libertária e estudantil do veículo rádio a partir dos anos 1970/80” (MALERBA, 2017, p. 9), ou assim situadas:

As rádios comunitárias podem ser consideradas como um outro momento das rádios livres, pelo menos no Brasil. Elas nascem a partir da organização das rádios livres como movimento e da disseminação destas entre as classes populares, que passam a fazer uso do rádio como veículo de entretenimento e organização social. As rádios comunitárias têm como preocupação fundamental possibilitar o acesso da comunidade ao rádio, para que o veículo seja um instrumento (meio, e não fim) de mobilização e conquistas populares dentro de determinada comunidade (Cavalcanti, 2018).

Na Argentina, as rádios livres também foram criticadas por se apresentarem como “fins em si mesmas”, descritas como próprias de um movimento “anárquico”: “muchas veces, primero se salía al aire y recién después se pensaba en el mensaje” (ULANOSWIKI, 1993, p. 105). A ausência de licenças de funcionamento, no entanto, poderia ser entendida como uma escolha deliberada que, conforme se pretende apresentar, preconizava ao mesmo tempo a potência de um aprendizado tecnoestético (SIMONDON, 2014), de promoção de um imaginário de autonomia (AMORIM, 1995), que optava pela desobediência civil para denunciar e enfrentar o monopólio estatal de controle sobre o uso do espectro (NUNES, 1995; ANDRIOTTI, 2004). A legalização dessas rádios significaria, do ponto de vista de muitas pessoas que dessa participavam, retirar-lhes mesmo sua razão de existir (VIZER & LANDERSMAN, 1989, p. 56).

Embora o ano de 2021 tenha sido celebrado na França como aniversário de 40 anos do movimento das rádios livres, referindo-se, na verdade, ao ano em que foi promulgada a lei que buscava por um limite à proliferação de rádios sem licença no país, muito antes de 1981, rádio Adel, Rádio Porte Océane, FMR, REV 89 e tantas outras já transmitiam na França: na verdade, foi na década de 1920 que os primeiros transmissores começaram a operar nas ondas de rádio com vozes da Normandia. A aventura do rádio na região teria começado, na verdade, em 1922 com Paul Castan, o primeiro locutor da Rádio Torre Eiffel. A expansão do rádio continuaria em 1924,



com Fernand Le Grand, que daria início à poderosa Radio Normandie, transmitindo programas em inglês para o público de Londres. O rádio estava prestes a se tornar futurista.

A primeira rádio livre do Estado espanhol foi a Rádio Maduixa, fundada em Granollers, em 1977, e inspirada nas primeiras rádios livres italianas do biênio 1968-69. Essas experiências foram seguidas de muitas outras, algumas das quais desapareceram por conta própria, ou foram fechadas pela polícia (como a Onda Lluire, de Barcelona ou a Onda Vorde, de Zaragoza); outras ainda estão em funcionamento (como a Irola Irratia, em 107,5 FM de Bilbao). Tendo iniciado seus trabalhos em 2008 como rádio livre, a Rádio Ela operava em 100,0 FM, alcançando uma fiel audiência no entorno do PSOA Malaya, o Palácio Social Ocupado Autogerido, no coração de Madri. Por onde haja mobilização política, o histórico de rádios livres aponta que sempre haverá algum grupo a se utilizar de transmissão local de rádio para se comunicar.

A principal referência quando da eclosão das rádios livres, tanto no Brasil quanto na Argentina, pode ser atribuída às práticas ocorridas a partir de rádios livres europeias, sobretudo na França e na Itália no final dos anos de 1970. Traduzidas como “um dos frutos amadurecidos do Maio de 68” (Cavalcanti, 2018), essas experiências derivavam de um arranjo humano-máquina que entendemos ser capaz de transportar uma luta política situada em um contexto para outro, décadas seguintes. Entre os agentes de intercâmbio dessas experiências, destaca-se Felix Guattari, militante ativo da rádio livre Tomate, que visitou o Brasil no começo dos anos de 1980 e foi referência tanto para a primeira quanto a segunda onda de rádios livres no país: em meados dos anos de 1980, seguido do famoso verão de Sorocaba, em São Paulo, com dezenas de experiências; e após a promulgação da lei de rádio comunitária no Brasil, a 9.612, em 1998, quando se organiza o rizoma de rádios livres brasileiro pela Internet, dando sequência a sucessivas participações de rádios livres no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, no começo dos anos 2000. Embora tenha sido fechada pela polícia federal há alguns anos, ressalta-se, no contexto de chegada das tecnologias digitais de comunicação, a Rádio Muda, sediada por 30 anos no *campus* da Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, que chegou a ter mais de 250 programadores em seu coletivo, responsáveis por cerca de 115 programas diferentes durante a semana. Muitos de seus integrantes desse período participaram ativamente, por anos, na criação de novas rádios e no fomento à experimentação radiofônica. E os resultados desse trabalho certamente continuam a gerar frutos. Não se encerrando

em uma experiência juvenil, as discussões sobre a digitalização do rádio e as novas tecnologias de gestão do espectro têm como fonte privilegiada e pública de informação a pesquisa levada adiante por alguns dos antigos programadores da Muda, hoje espalhados pelo mundo.

O movimento de rádios livres francês, assim como o italiano, que se espalhará por toda a Europa, tem fortes vínculos com práticas alternativas àquelas trazidas por ideologias de esquerda que, desde a revolução russa, de 1917, resultaram na criação dos sindicatos e partidos políticos socialistas e comunistas em vários países. Tal como registra o manifesto da Internacional Situacionista, publicado em 1960, rádios livres se inserem em um contexto de mudança cultural que propõe a transformação na linguagem das formas, em uma prática política que não se interessa pela disputa de audiência para um conteúdo midiático, mas antes se ocupa em colocar as pessoas e suas diferenças em relação, sem separar emissor e receptor (BRECHT, 1932). Deslocando a disputa política como um enfrentamento aos conteúdos de formas antigas, esse *détournement* se apresenta como possibilidade de criação e insurgência contra as sociedades capitalistas que distribuem a miséria material e se organizam por meio do espetáculo (DEBORD, 1994): buscam remediar sua principal ameaça, a atualização da alienação, que faz com que a vida ela mesma seja substituída pela contemplação passiva, pelo consumo da imagem, da representação, tomando o lugar social do realizar e do experimentar. Trata-se de um novo tipo de revolta (TRESPEUCH, 2009, p. 11), distinto da militância na política tradicional, impulsionando um debate sobre temas alternativos àqueles da esquerda ou mesmo da extrema esquerda: afinal, para se utilizar do microfone “não é preciso ser uma “estrela”, basta ser um cidadão” (ULANOWSKI, 1993, p. 107),

Entre os leitores de Brecht, que viam o potencial de transformação social dos meios se diluir na reprodução de uma relação alienadora de consumo de informação, destaca-se Hans Magnus Enzensberger, que escreveu uma crítica contundente aos movimentos de esquerda e seu investimento sobre a transmissão de conteúdos para o público, mantido distante de uma efetiva experimentação sobre os meios de comunicação:

Aquele que entender as massas como objeto da política não as pode mobilizar. Ele quer distribuí-las ao acaso. Um pacote não é móvel. É apenas jogado de um lado para o outro. Marchas, colunas, desfiles imobilizam as pessoas. A propaganda que não libera a autonomia,

mas a inibe, pertence ao mesmo esquema. Ela leva à despolitização (ENZENSBERGER, 2003, p. 16).

A influência de Guy Debord, junto com a revista *International Situacionista*, não se resume à promoção de práticas subversivas, que em certa medida se assemelham à desobediência civil incitada pelas rádios livres. Mais profundamente, essas experiências parecem manifestar um sentimento crítico frente à maneira como se conjugam teoria e prática, buscando reinventar essa relação. Ou seja, ao invés de despropositada, inócua ou errante, a hipótese aqui levantada visa refletir sobre a intencionalidade das rádios livres a partir de seu questionamento total, sobre como se organiza a vida na sociedade do trabalho, a participação democrática, a forma aberta de construir a comunicação local, ao mesmo tempo em que esses experimentos se fazem reconhecer internacionalmente a partir de suas táticas de atuação. Não raro, essas rádios são criadas e mantidas por grupelhos políticos agregados em torno de uma estética de programação e gestão coletiva do meio, algo que os distinguirá precisamente dos esquerdistas (TRESPEUCH, 2009, p. 15). E, diferentemente de uma precariedade ou fragilidade, tanto na Argentina, no Brasil quanto na Europa, a potência transformadora das rádios livres, argumentam, residiria precisamente na facilidade de montagem e manutenção de diferentes emissoras, para recepção gratuita e imediata de milhares de pessoas, de uma nova linguagem, assumindo uma proposta política em que cada programa, cada subgrupo de trabalho se sentisse responsável pela rádio, orientada para uma horizontalidade consensuada com objetivos voltados para a ação direta.

Em sua análise sobre o movimento das rádios livres francesas, Ivan Brscan (2005) argumenta que a luta pela “liberação das ondas mostrou que o poderio econômico é capaz de deglutir toda a iniciativa que teve por base o militantismo e o favorecimento aos oprimidos”, argumentando que nessas iniciativas teria reinado a “pura ingenuidade”. Ou seja, mais forte que qualquer movimento para se “mudar a vida” (TRESPEUCH, 2009, p. 11) ou muito além da “mudança de ritmo” sobre um rádio que reflete “a pulsação de uma sociedade organizada para satisfazer a um máximo de produção e de consumo” (SCHAFER, 1997, p. 30), há que se refletir sobre os riscos a que se expõem os que praticam desobediência civil face ao monopólio da força da aplicação da lei, que tanto promete quanto pratica a regulamentação de ações

consideradas outrora perigosas e subversivas, amparadas pelo mito da interferência nas comunicações<sup>5</sup>.

Rádios livres hoje devem considerar o acesso à Internet, onde todos podem produzir, buscar e consumir informação em um mesmo plano hierárquico. No entanto, ao notar que essa comunicação se realiza em uma infraestrutura dependente de cabos submarinos, pontos de troca de tráfego e endereçamento de sites que estão sob a posse de Estados e iniciativas privadas, a questão sobre a propaganda que não libera a autonomia retorna, reconfigurada em novas e quase onipresentes redes sociais na Internet. Assim disposto, o campo da comunicação social, seja esse de caráter local, regional, nacional ou global, tem crescentemente assumido a Internet como lugar de disputa sobre as antigas formas de narrativa ocupando os novos espaços de exposição social da informação, em um processo de estruturação alienada do que poderia ser chamado de “espetáculo digital”. Se é apenas por meio de infraestruturas próprias que podemos garantir a integridade e autenticidade de nossas comunicações, o que falta para que o espectro se torne um lugar de disputa, a ser reinventado e redirecionado para os interesses da maioria?

### **3. Rádios do Campo, Rádios do Mar**

A rede de escolas radiofônicas Sutatenza, na Colômbia, em 1947, é um projeto reconhecido internacionalmente, um patrimônio da humanidade justamente por permitir a participação social que marcará o ideal de construção dos projetos de rádio comunitária em todo o mundo ao longo das últimas décadas. Um projeto voltado para os moradores de áreas rurais que se utilizou de material didático combinado, de cartilhas e aulas radiofônicas, reduzindo com grande sucesso os altos índices de analfabetismo no país. Um sistema de rádio que operava em diferentes frequências e viabilizava uma educação oficial e eficaz à distância.

Outras experiências expressivas no continente foram registradas pelas rádios mineiras, na Bolívia do anos de 1950 a 1970, e possuem seu legado estudado por vasta literatura de referência. Assim como as rádios livres, o que caracterizava essas rádios de sindicatos era o fato de serem autofinanciadas, não partidárias, autogestionárias, sem publicidade comercial (MILLER, 2005).

---

5 Ver o mito da interferência de David Weinberger: <https://www.salon.com/2003/03/12/spectrum/>

Muito distante da América Latina, a primeira grande estação de rádio pirata foi a britânica Radio Caroline, que transmitia de um navio chamado “Mi Amigo” na costa de Essex, em 1964. A Radio Caroline rapidamente se tornou uma das estações mais populares com uma audiência de um terço do tamanho da BBC, a principal emissora do país. Porém, a mais conhecida experiência de rádio pirata foi a da Radio London, muitas vezes chamada de Big L., que influenciou a maior parte das mudanças na estética das transmissões britânicas. Na Radio London, participavam apresentadores britânicos que adotavam técnicas populares de comunicação dos EUA, marcando um ponto de virada para a BBC, que pela primeira vez enfrentava uma competição e se via desafiada a reavaliar seu estilo de programação. Apesar da Lei de Delitos Marítimos, a Rádio Caroline continuou a transmitir por muito tempo, regada a muito *rock’n roll* e desafiando a proibição do governo e seu monopólio de gestão sobre o espectro, preconizando um movimento amplo de tomada do espectro que se seguiria alguns anos depois em toda a Europa.

O caso britânico é para nós exemplar. No final dos anos 1980, o governo do Reino Unido optou por um plano similar ao praticado na Europa e decidiu combater as rádios piratas oferecendo novas licenças. No entanto, isso resultou no aparecimento de uma nova onda de rádios ilegais à medida que a cena “acid house” vinha à tona. O Broadcasting Act de 1990 incentivou a diversidade no rádio e impulsionou o desenvolvimento do rádio comercial, praticando penalidades mais severas sobre aqueles que insistissem em transmissões não licenciadas, o que inicialmente levou ao declínio das rádios piratas no Reino Unido. No entanto, havia um sentimento social, partilhado, que percebia o Broadcasting Act 1990 como prejudicial às emissoras de pequeno alcance e às rádios comunitárias. Como resultado, houve um aumento no número de emissoras não licenciadas. Em 2007, a agência reguladora de radiodifusão do Reino Unido, Ofcom, concluiu haver uma aceitação pública para as rádios piratas e estimou que houvesse “cerca de 150 estações de rádio ilegais no Reino Unido”.

O serviço de radiodifusão de baixa-potência foi regulamentado nos EUA no ano 2000 e permite o uso de transmissores com até 100W de potência e uma antena a 30m do chão, sendo definido como um serviço educativo sem fins lucrativos<sup>6</sup>. No Reino-Unido, uma consulta pública de 2008 deu início ao estabelecimento de novas

---

6 <https://www.fcc.gov/media/radio/lpfm>

condições para acesso a uma licença de radiodifusão<sup>7</sup>, sendo a mais recente reforma consultada a realizada na África do Sul, em 2019, que enfatiza a efetiva participação comunitária na rádio, veiculando “programas de origem local”<sup>8</sup>. Na América Latina, o conceito de rádio comunitária está estabelecido dentro do escopo da complementaridade dos serviços de comunicação social, que inclui em alguns países a divisão equitativa do espectro para acesso comunitário, estatal e comercial, como Equador, Bolívia, Uruguai e Argentina. No Brasil, a eficácia da lei 9.612 que regula as rádios comunitárias é controversa, e a repressão às emissoras ilegais praticamente extinguiu o funcionamento das mesmas, como a Rádio Muda de Campinas, que teve todos os seus equipamentos apreendidos e sua porta cimentada para impedir a retomada do estúdio.

Em um estudo comparativo sobre o funcionamento de rádios comunitárias em vários países do mundo, a Unesco propõe uma definição que nos ajudará a contrastar conceitualmente com a proposta das rádios livres: “la radio comunitaria es un medio de comunicación que da la voz a los que no la tienen, que sirve como vocero de los marginados y es el corazón de la comunicación y de los procesos democráticos en las sociedades”. Ora, se pudéssemos resumir o caminho proposto para se fazer rádio livre, o primeiro passo seria justamente a tomada de consciência sobre o direito de se comunicar em contraste com a ideia de acesso concedido e mediado para liberdade de expressão. Dito de outra maneira: rádios livres não se relacionam com o Estado de maneira a pleitear uma reforma das leis que este as submete, mas antes seu objetivo é denunciar e renunciar ao sistema de concessões como um todo. Não se trata de rádios fora da lei, mas de rádios contra a lei.

#### 4. A Arte de Fazer Rádio

“Ir em direção às ruas, aos prados, às selvas e campos gelados. Criar a partir de lá. Vire de cabeça para baixo todo o modelo de radiodifusão e você se surpreenderá com as ideias que surgirão de dentro de você”

Murray Schafer

---

7 [https://www.ofcom.org.uk/consultations-and-statements/category-2/regulation\\_cr](https://www.ofcom.org.uk/consultations-and-statements/category-2/regulation_cr)

8 <https://www.icasa.org.za/legislation-and-regulations/community-broadcasting-services-regulations-2019>



Em seu manifesto, o japonês Tetsuo Kogawa nos lembra que o conceito de "radio arte" é bastante antigo, tendo surgido com os futuristas nos anos de 1930, que se utilizavam de emissoras existentes para fazer circular seu conteúdo radiofônico, artístico: "consideravam o rádio como um meio, assim como papel para livro". Acompanhando sua ambição de reflexão estética, data desse período a publicação "La Radia – Manifesto Futurista de Outubro de 1933", no qual Marinetti e Masnata buscavam "ampliar a interface arte-tecnologia, indo além da arte visualmente identificada, para adentrar o campo do não visível, do território abstrato da propagação de ondas, do espectro eletromagnético" (d'UGO JR. & BORTULUCCE, 2019, p. 71). Para Tetsuo, John Cage teria sido um dos primeiros artistas a utilizar a tecnologia de rádio para criar novas peças sonoras em uma arte propriamente performática, mas mesmo ele teria usado o rádio como uma ferramenta, meio para criar sua música e arte sonora. O que entedemos por fazer arte com o rádio é algo distinto.

A radioarte parte da intervenção direta no material que conhecemos como "ondas eletromagnéticas", é uma maneira de "estar envolvido na oscilação", agindo sobre a radiação<sup>9</sup>, transmitindo.

O primeiro livro sobre rádios livres publicado no Brasil (Machado, Magri & Masagão, 1986) traz o seguinte título: Rádios Livres – A reforma agrária no ar. A exemplo do livro pioneiro publicado na França, em 1978, pelo Coletivo Rádios Livres Populares, a publicação brasileira faz tanto uma reflexão sobre as experiências vividas em diferentes localidades do país – sobretudo em São Paulo -, trazendo manifestos e roteiros utilizados por programas de rádios livres, notadamente da Rádio Xilik, da qual participaram os autores. Ao final da obra, assim como na versão francesa, apresenta-se um esquema técnico para construção de transmissores, seguido do Código Brasileiro de Telecomunicações, que não deixa dúvidas sobre o caráter ilegal de uso do espectro sem concessão do Estado.

Mais importante que notar a semelhança estrutural entre os livros é destacar o prefácio da obra brasileira, escrito por Felix Guattari, que lhe emprestou o seguinte título: "As rádios livres em direção a uma era pós-mídia" (Machado, Magri & Masagão, 1986, pp. 10-13). Em sua contribuição para a coletânea, Guattari destaca as diferenças econômicas entre os países europeus e nos países latino-americanos, em especial no Brasil, sugerindo que "as lutas clássicas no campo do trabalho e na arena

---

<sup>9</sup> [https://anarchy.translocal.jp/non-japanese/20080710AcousticSpaceIssue\\_7.html](https://anarchy.translocal.jp/non-japanese/20080710AcousticSpaceIssue_7.html)

política tradicional continuarão a desempenhar um papel importante” (op. cit., p. 10), mas que a “intervenção de uma inteligência alternativa, de práticas sociais inovadoras, como é o caso das rádios livres, parece indispensável à saúde de centenas de milhões de explorados desse continente” (op. cit, p. 10). No meio de seu texto, alerta que não se trata de um “movimento esquerdista, mesmo se são os esquerdistas os primeiros a se engajar corajosamente nessa perspectiva” (op. cit, p. 11), fazendo um apelo para que se evite “o sectarismo e a rigidez”, apontando que seria possível o estabelecimento de negociações com as autoridades, referindo-se, obviamente, ao regime de concessão e “às condições de exercício das novas mídias” (op. cit, p. 11). Porém, o final de seu texto traz uma mensagem premonitória, bastante atual para o contexto digital. Assim escreveu Felix Guattari, em 1986:

Amanhã, os bancos de dados e a cibernética colocarão em nossas mãos meios de expressão e de concertação por enquanto inimagináveis. Basta que esses meios não sejam sistematicamente recuperados pelos produtores de subjetividade capitalista, ou seja, as mídias “globais”, os manipuladores de opinião, os detentores do *star system* político. Trata-se, em suma, de preparar a entrada de movimentos de emancipação numa era pós-mídia, que acelerará a reapropriação coletiva dos meios de trabalho, mas também dos meios de produção subjetiva (op. cit., pp. 12-13).

A visão teórica de Guattari não se descola de sua experiência prática. Bernard Prince e Emmanuel Videcoq (2005) nos contam que em 1980, quando surge a Rádio Tomate, Felix e colegas participam de manifestações, entrando no ar ao vivo na rádio a partir de cabines telefônicas, além de gravarem em fitas-cassete entrevistas com transeuntes e representantes dos grupos organizadores dos eventos. Registram que o transmissor era fácil de ser consertado, e que, por isso, não se furtavam a emprestá-lo. O modelo de organização da grade de programação da rádio poderia ser descrito como de qualquer rádio autodenominada “livre” no Brasil: sem um diretor responsável, cada dia era composto de diferentes programas, e cada responsável por programa deveria viabilizar e realizar seu programa no horário combinado. Consta que quando a Rádio Tomate perde esse caráter de construção coletiva e ao mesmo autônoma da grade de programação, passando a um poder centralizado de gestão do que seria veiculado na rádio, Felix rompe com a rádio (PRINCE & VIDECOQ, 2005). Além do processo associativo compartilhado na gestão dos programas e equipamentos, há ainda outras condições que nos soam importantes para permitir o desenvolvimento de relações políticas não-alienadas com os meios técnicos de comunicação.

## 5. Conclusão

Ao investir sobre relações específicas de apropriação de tecnologias para comunicação e livre expressão, dentro de democracias, o presente artigo pretende ter apresentado um conjunto de experiências de rádio que culminaram na descrição do que se entende por rádios livres. Tornando a disputa sobre o espectro central para a comunicação, o contraste entre diferentes modelos de rádio sugere diferentes modos de fazer política que não necessariamente se opõem, mas refletem interesses e grupos distintos. A rádio arte surge como prática emancipadora e insurgente de tomada do espectro. O rádio se reinventa e reexiste.

## Referências

- ANDRIOTTI, C. D. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.
- BERARDI, F. Les radios libres et l'émergence d'une sensibilité post-médiatique. **Multitudes**, 21, 2005. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/BIFLRL> Acesso em 13 Abr. 2023.
- BRECHT, B. **Teoria do Rádio**, 1932. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171767/radio-Brecht.pdf> Acesso em 14 Abr. 2023.
- BRSCAN, I. M. Rádios Livres – a experiência francesa, 2011. Disponível em: <http://fotosivan-mbrscan2.blogspot.com/2011/01/radios-livres-experiencia-francesa-como.html> Acesso: 10 jan. 2019.
- CAVALCANTI, M. A. P. Resistências nas Mídias a Comunicação Socializada: uma breve história das rádios livres e comunitárias no Brasil. **Periferia**, 10 (2), pp. 258-277, 2018.
- CHARLOTTE, D. La Révolution des Radios Libres en Grande-Bretagne, 2021. Disponível em: <https://libertarianeurope.com/french/la-revolution-des-radios-libres-en-grande-bretagne/> Acesso em 13 Abr. 2023.
- COLLECTIF RADIOS LIBRES POPULAIRES. **Les Radios Libres**. Paris: Maspero, 1978.
- COSTA GÁLVEZ, L. Invisible Revolutions: Free Radio Music Programming in Barcelona, **Westminster Papers in Communication and Culture**, 12(2), pp. 37-51, 2017. doi: <https://doi.org/10.16997/wpsc.226>

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENSZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.

EUROPAPRESS, Radio Kolor canta las 40 tras cuatro décadas manteniendo la esencia comunitaria y asociativa: "La radio engancha", 2023. Disponível em: <https://www.europapress.es/castilla-lamancha/noticia-radio-kolor-canta-40-cuatro-decadas-manteniendo-esencia-comunitaria-asociativa-radio-engancha-202302222085422.html> Acesso em 5 abr. 2023.

GUATTARI, F. **Felix Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

JIMENEZ, C. Antenna Dilemmas: The Rise of an Indigenous-Language Low-Power Radio Station in Southern California. **Journal of Radio & Audio Media** 26(2), pp. 247–269, 2019.

LEWIS, P. M. Radios libres: le point de vue anglais. In: **Rádios livres, 30 ans de FM: la parole liberée?** L'Harmattan, Paris, pp. 209-221, 2016.

KANTAR Ibope Media. **Book de Rádio 2018**. Disponível em: [www.kantaribopemedia.com](http://www.kantaribopemedia.com) Acesso em 10 abr. 2023.

MALERBA, J. P. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. In: GONÇALVES, M.; REBELLO, P. & MOREIRA, S. V. (Ed.), **O Rádio nas bordas – cartografias da radiodifusão comunitária, livre e alternativa**. **Logos**, 24 (1), pp. 8-22, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/30138/21327>

MARCOS, S. Las radios libres en el Estado español, 2011. Disponível em: <https://rebellion.org/las-radios-libres-en-el-estado-espanol/> Acesso em 4 abr. 2023.

MACHADO, A.; MAGRI, C. & MASAGÃO, M. **Rádios livres; a reforma agrária no ar**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MEDITSCH, E. O Elogio do Invisível pelo Mestre da Imagem: Rudolf Arnheim e o poder estético do rádio. In: MEDITSCH, E (Ed.), **Teorias do Rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular. 2005.

MILLER, K. Las radios mineras en Bolivia hoy: mirada diagnóstica a la génesis de la comunicación popular y democrática. **Punto Cero**, 10 (11), Cochabamba, jul., 2005.

NUNES, M. M. **Rádios Livres: o outro lado da voz do Brasil** (Dissertação de mestrado), Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, USP, 1995.

PARRA, F. Relatos sobre rádios livres e comunitárias na Europa e no Brasil por Luiz Fernando Santoro, **Revista Alterjor**, 9 (02), Edição 18, julho – dezembro, 2018.

PRINCE, B. & VIDECOQ, E. Félix Guattari et les agencements post-média - L'expérience de radio Tomate et du minitel Alter. **Multitudes**, 21 (2), 23-30, 2005. doi:10.3917/mult.021.0023.

SIMONDON, G. Réflexions sur la techno-esthétique. In: **Sur la technique**, Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

\_\_\_\_\_. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

\_\_\_\_\_. Réflexions Prealables à une Refonte de L'Enseignement, 1982. Disponível em: [https://monoskop.org/images/4/44/Simondon\\_Gilbert\\_Sur\\_la\\_techno-esthetique\\_et\\_Reflexions\\_prealables\\_a\\_une\\_refonte\\_de\\_l\\_enseignement.pdf](https://monoskop.org/images/4/44/Simondon_Gilbert_Sur_la_techno-esthetique_et_Reflexions_prealables_a_une_refonte_de_l_enseignement.pdf)

SCHAFER, R. M. Rádio Radical. In: ZAREMBA, L. & BENTES, I. (Ed.), **Rádio nova, constelações da radiofonia contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Publica, pp. 27-39, 1997.

TRESPEUCH, A. L'Internationale situationniste: d'autres horizons de révolte. **Matériaux por l'Histoire de Notre Temps**, 94, pp. 10-15, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notre-temps-2009-2-page-10.htm>

VIZER, E. & LANDESMAN, D. Argentina: Radios Libres. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicação**, 32, pp. 54-57, 1989. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/1945/1965>

ULANOVSKY, D. Brevísima historia de las radios libres. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, 44, pp. 104-107, 1993. Disponível em: <https://issuu.com/chasqui/docs/name3d79c4>

D'UGO Jr., R. & BORTULUCCE, V. B. O Rádio na Estética do Futurismo Italiano: o Manifesto La Radia. **Revista Lumen**, v. 4, nº 7, Jan./Jun. – 2019.



**Capítulo 7**  
**PARA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL**  
**NA ESFERA VIRTUAL**

***Simone Brilhante de Mattos***  
***Marcella da Costa Moreira de Paiva***  
***Rodolfo Domingos Ribeiro de Jesus***



## PARA ALÉM DA PROPAGANDA ELEITORAL NA ESFERA VIRTUAL

### **Simone Brilhante de Mattos**

*Professora da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO,  
Campus São Gonçalo e Mestre pelo PPGSD-UFF, Brasil  
jusfederal.brilhante@gmail.com*

### **Marcella da Costa Moreira de Paiva**

*Professora da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO,  
Campus São Gonçalo e Doutoranda no PPGDIN-UFF, Brasil  
marcellacmpaiva@hotmail.com*

### **Rodolfo Domingos Ribeiro de Jesus**

*Mestrando em Direito na Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER, Brasil  
rodolfo.domingos@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo a análise das mudanças ocorridas nas ações comunicacionais no espaço público virtual, ocorridas com os avanços tecnológicos, o uso e deslocamento do espaço político virtual e seus efeitos. Aborda-se as perspectivas de uma nova racionalidade nas interações sociais e suas transformações na construção da democracia, alegada por alguns como um novo Iluminismo e por outros como Obscurantismo. A evolução das tecnologias de informação e comunicação não produziram necessariamente maior qualidade nas informações e na interpretação destas, porém ampliou as fontes de dados informacionais, suas perspectivas e o acesso, resultando em hiperinformação. Tais tecnologias são norteadas pela racionalidade orientada para fins e são utilizadas com determinadas vertentes, e não com neutralidade, por serem elaboradas por seres humanos e à semelhança de seus ideais e sociedades. Neste cenário, em primeiro lugar, serão examinados os aspectos políticos e jurídicos das mudanças paradigmáticas nas propagandas eleitorais virtuais. Em segundo momento, as propagandas eleitorais ocasionaram grandes transformações positivas e negativas no contexto da atividade preventiva e repressiva do TSE, o que acarretou a necessidade de regulamentação na Lei Eleitoral nº 9.504/97, além das

normas regulamentadoras das relações tecnológicas e proteção de direitos. Em terceiro lugar, indaga-se sobre os efeitos das mudanças paradigmáticas na esfera pública e privada no Poder Judiciário, perpassando pela abordagem e reflexão sobre o direito de liberdade e seus limites na esfera pública e privada virtual. Para tanto, utiliza-se o método indutivo e da teoria de Jürgen Habermas, e a contribuição de Andrew Feenberg sobre a filosofia da tecnologia em seu aspecto contemporâneo.

**Palavras-chave:** Propaganda eleitoral. Sociedade da informação. Virtualização. Esfera pública. Tecnologia da informação e da comunicação.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a utilização de um novo espaço público (o espaço em redes) vem sendo implementado em um cenário de transformações tecnológicas. Essas transformações são percebidas na complexidade de sociedades com problemas estruturais, como os econômicos e políticos, que contribuem como mecanismo na utilização de discursos, conectados com uma racionalidade de dominação, desinformação, *fake news*, ódio e desagregação social.

As eleições efetuadas no Brasil nos anos de 2018 e 2020 propiciaram a dinâmica de novos protagonismos verificados através das redes sociais e plataformas virtuais e, neste sentido, o deslocamento das propagandas eleitorais para a esfera pública virtual. O ciberespaço veio com a atuação de várias empresas privadas, como: YouTube, Facebook, Google, WhatsApp dentre outros.

Neste contexto, o objeto deste trabalho se conecta ao estudo das propagandas eleitorais virtuais, suas dimensões e efeitos nos cenários político e social do Brasil. A regulamentação das propagandas eleitorais possui previsão legal na Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965, que conceitua a propaganda eleitoral como “*a elaboração e difusão de partidos políticos e candidatos com o fim precípua de comunicação com a sociedade civil*”. A Lei nº 13.165/2015 alterou o art. 57-A da Lei nº 9.504/1997, que instituiu a propaganda eleitoral na *Internet*. Neste sentido, sabe-se que nos séculos XX e XXI a comunicação se potencializou cada vez mais, principalmente com o advento da *Internet*, e suas mudanças, como a arquitetura de redes de computadores difundindo simultaneamente, em curto espaço de tempo, informações em rede.

O cenário é de mudanças sentidas nos campos político, jurídico e social já em 30/09/2018, quando foi possível assistir, por exemplo, a Reclamação ao TSE de nº 0601478–58/DF, arguindo ilegalidades em propagandas veiculadas em sítio eletrônico, ensejando diversas demandas perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Inúmeros processos foram autuados no respectivo Tribunal referentes às eleições de 2018. Muitos, inclusive, versando sobre questões referentes a propagandas advindas das eleições, dos partidos políticos e sobre *fake news*; outras, sobre contas particulares criadas e usadas nas redes sociais, especialmente no WhatsApp, Twitter e Instagram.

Neste sentido BOROWSKI, 2018 por meio de pesquisas e informações apresenta em sua obra intitulada “As Fake News e o Discurso de Ódio nas Eleições Gerais de 2018”, que já açambarcavam 56% das demandas naquele período eram diretamente relacionadas à propaganda eleitoral e publicações de mentiras direcionadas aos políticos atacados diretamente por tais publicações.

Até que ponto estas transformações e seus reflexos podem influir nos espaços políticos públicos e privados e transformar a democracia?

Consoante salientado por EMPOLI, 2020:

*“Os engenheiros do caos compreenderam, portanto, antes dos outros, que a raiva era uma fonte de energia colossal, e que era possível explorá-la para realizar qualquer objetivo (...).”*

Neste ensejo, STANLEY, 2020, analisa que na atualidade vivemos um senso de normalização da ideologia fascista e da diferenciação do “nós” e “eles”. As ideologias políticas são as mais variáveis possíveis no novo espaço público virtual.

Indaga-se até que ponto a sociedade brasileira é atingida pelos conflitos e demandas nas relações comunicacionais, geradas pelo deslocamento das transformações políticas tecnológicas.

## **2. A PROPAGANDA ELEITORAL VIRTUAL E SEUS ASPECTOS PROBLEMÁTICOS**

O objeto do presente estudo está ancorado nos tipos de propagandas eleitorais tecnológicas e que vieram em crescente ampliação na sociedade moderna. É inegável que a esfera política está imbricada aos meios de comunicação e sua ampliação cada vez mais se verifica no atual contexto.

Este poder da comunicação já vem sendo disseminado há tempos por vários países, como por exemplo, na eleição presidencial estadunidense que resultou na vitória de Barack Obama, em 04 de novembro de 2008, sendo o primeiro candidato político a usar intensamente a *Internet* e as redes sociais. As propagandas políticas fazem parte de interesses políticos e econômicos, utilizadas em benefício de vários segmentos da sociedade.

Observamos que, ao lado da propaganda eleitoral partidária, outro meio de comunicação que passou a tomar o centro das atenções nas eleições políticas foram as chamadas divulgações com conteúdo sem amparo legal e mentiroso, disseminadas nas áreas públicas e privadas.

Estes procedimentos de desinformação passaram a fazer parte de inúmeras demandas ajuizadas no Poder Judiciário e a contribuição de BOROWSKI, 2018, em seu livro chamado “As Fake News e o Discurso de Ódio nas Eleições Gerais de 2018”, possibilita a reflexão sobre as mudanças comunicacionais da política brasileira:

*“Por fim, sob o ponto de vista da Ciência Política, identificamos que a humanidade passa por um processo de mutação para um novo ambiente democrático, cuja arena principal é o ciberespaço. As avaliações iniciais apontam a possibilidade de avanços nas democracias, com a superação de regimes autoritários com maior liberdade de expressão e informação”.*

*(...),*

*“Sob o ponto de vista do Direito, nossa tradição positivista tem inclinação inicial pelo regramento e, especialmente, pela punição dos fatos jurídicos. Com as fake news não está sendo diferente”.*

Nesta arena, a Justiça Eleitoral brasileira vem enfrentando grandes desafios na última década perante o crescimento e utilização tecnológica para divulgação e propagandas no direito político. No sistema normativo do Brasil, vemos inicialmente que a preocupação com a responsabilidade ética da Administração Pública vem sendo destacada pelo legislador constitucional. O art. 37, § 1º da Constituição Republicana de 1988, onde o caráter educativo, informativo e voltado para uma orientação social e ética deve ser concretizado pelos órgãos públicos.

A despeito da questão acima destacada, está sendo comum e naturalizado que governantes e instituições públicas e privadas, vêm se utilizando de procedimentos comunicacionais virtuais com alguns meios astuciosos, objetivando a veiculação de imagens e mensagens que violam os princípios constitucionais e o próprio ordenamento jurídico.

O Código Eleitoral (art. 240 a 256) e as demais leis regulamentadoras dos procedimentos tecnológicos e suas plataformas, fazem parte do arcabouço de tantas outras normas instituidoras das divulgações e propagandas efetuadas e sabe-se que existem resistências quanto aos limites e alcance das aludidas publicações virtuais. Um dos limites apontados nos segmentos políticos e jurídicos se baseia na liberdade de expressão como princípio da democracia brasileira. Os contornos da publicidade e do acesso a informações diante das questões desafiadoras verificadas nas propagandas políticas são os problemas e obstáculos à democracia. É neste contexto que a filosofia da tecnologia poderá contribuir, tanto na política, quanto no Judiciário para a obtenção de respostas que deverão ser verificadas diante das necessidades da atual conjuntura social.

Entretanto, antes de versarmos sobre a filosofia da tecnologia, é pertinente conceituarmos e diferenciarmos os termos e expressões envolvidos nessa temática, quais sejam, liberdade, liberalismo e liberdade de expressão. Neste sentido, a liberdade é compreendida, juridicamente, como aquilo que é de mais vital ao ser humano, pois se coloca como sendo uma aptidão inata que lhe permite ordenar-se e conduzir-se. Todavia, por ser o homem gregário, este deve portar-se de maneira a possibilitar a coexistência e exercício desta juntamente com seus símiles, ou seja, deve relativizar, adequar este seu direito em decorrência de outros que lhe são afetos e partícipes do mesmo grupamento social. Em outras palavras, o ser humano deve, ao integrar um ambiente plural, tornar possível a convivência com outros de mesma espécie a partir do respeito e reconhecimento do outro. É um verdadeiro exercício de dimensionamento de suas possibilidades a fim de atingir um objetivo não mais pessoal, e sim coletivo. Quando falamos em liberalismo, nos referimos a uma filosofia política e moral baseada na liberdade, no consentimento dos governados e na igualdade perante a lei, isto é, ao mesmo tempo em que busca a exaltação, defesa e manutenção das liberdades individuais no contexto social, prega a liberdade parcial, não absoluta do próprio Estado concebido, na tentativa de evitar excessos. Em resumo, sua intenção é reconhecer os direitos das pessoas constituintes daquela instituição política ao mesmo tempo em que se coloca na vanguarda e na luta por restrições ao Estado de maneira a equilibrar o direito e liberdade de ambas as partes. Por último, a liberdade de expressão pode ser compreendida como um direito fundamental presente em nossa Constituição Republicana de 1988, localizada em seu artigo 5º e que está ligada ao direito de manifestação do pensamento, possibilidade

do indivíduo emitir suas opiniões e ideias ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos define esse direito como *"a liberdade de emitir opiniões, ter acesso e transmitir informações e ideias, por qualquer meio de comunicação"*. Importa ressaltar que o exercício desta liberdade não é ilimitado e que todo abuso e excesso, especialmente quando verificada a intenção de injuriar, caluniar ou difamar, pode ser punido conforme a legislação Civil e Penal. Ou seja, a todo ser humano é possibilitado o direito de manifestar sua individualidade nas mais variadas formas, porém essa mesma manifestação deve estar condicionada aos preceitos estabelecidos pela própria coletividade e positivados no ordenamento jurídico, o que não sendo observado, acaba por responsabilizar aquele que agir em desconformidade com os tais.

### 3. UMA FILOSOFIA TECNOLÓGICA

Uma filosofia tecnológica não é uma novidade como reflexão epistêmica que procura desvendar a tecnologia criada pelo homem. Neste contexto, FEENBERG, 1991 traz a reflexão que tanto a ciência, quanto a tecnologia dividem uma racionalidade baseada na observação e nas causalidades naturais, contudo a ciência procura saber e conhecer, e a tecnologia procura controlar. Na modernidade e com o surgimento dos "iluminismos" no século XVIII, ciência e tecnologia passaram a compartilhar uma base racional científica e técnica.

A filosofia já olhava as grandes mudanças tecnológicas em curso em 1850, também chamada, por alguns historiadores, da Primeira Revolução Industrial ou Tecnológica com a mecanização do setor têxtil e metalúrgico, além da expansão dos interesses mercantilistas.

Neste cenário, surge um filósofo chamado Adam Smith, que observa o desenvolvimento mercantilista e seus interesses expansionistas onde a moeda era a riqueza, e não o trabalho. A contribuição deste filósofo e economista é inegável, pois sua teoria estava onde via uma bondade natural do homem onde o progresso econômico era a divisão do trabalho, e o dinheiro facilitará a divisão do resultado do trabalho. Em uma economia de desenvolvimento, válida para os países em desenvolvimento, *"a progressão natural do capital é: agricultura, manufaturas e*



*comércio exterior*". Também é apontado por muitos pensadores como o grande sistematizador da Economia.

O contexto histórico e transformações da tecnologia destacaram-se por um processo de transformações tecnológicas em meados do século XIX até o início do século XX, onde surgiram as inovações tecnológicas com o desenvolvimento das fontes de energia, como o petróleo, do motor de combustão e da fundição do aço, além da difusão do telégrafo.

Neste segmento o processo de transformações tecnológicas já em meados do século XX correspondeu à Terceira Revolução Industrial, também chamada de Revolução Técnico-Científica, iniciou-se em meados do século XX, período após a Segunda Guerra Mundial. Neste momento da microengenharia, com o avanço gigantesco da microeletrônica e o primeiro computador programável. Compreende, portanto, o momento de maior avanço tecnológico, que passou a abranger não só o sistema produtivo mas também voltou-se para o campo científico, transformando as relações sociais e o dia a dia da sociedade.

As invenções criadas nesse período modificaram o campo científico, transformando a medicina por meio da genética com a criação de medicamentos, novas formas de prevenção a doenças, novos tratamentos e novos instrumentos utilizados em laboratórios. Computadores, softwares, o aprimoramento da *Internet*, *chips* e outros produtos eletrônicos facilitaram a vida de milhares de pessoas e impulsionaram um grande desenvolvimento econômico.

Logo, na medida que uma sociedade é tecnológica também passa a ser útil para os segmentos sociais, gerando várias questões apresentadas como consequência desta racionalidade técnica. E neste ponto, necessário a reflexão da filosofia da tecnologia como consciência da sociedade contemporânea, devendo ser sobrestimada sua importância. Neste enquadramento, HABERMAS, 1968 em sua obra "Técnica e Ciência como Ideologia", ao falar sobre a racionalização abordada por Marcuse, apresenta uma a racionalidade tecnológica utilizada como instrumento para uma institucionalização da dominação.

Também é necessário destacar que as transformações e avanços dos processos tecnológicos, dos mecanismos receptores e emissores da informação na aplicação das instituições brasileiras, sejam na arena pública ou privada, tema muito bem apresentado por CASTELLS, 2013 onde o pensador analisa a complexidade do processo de comunicação na era digital. A comunicação tecnológica é um processo

de compartilhamento de significados na esfera das relações sociais em um espaço público e também privado. Este pensador da comunicação tecnológica esclarece que a comunicação interpessoal é distinta da comunicação da sociedade, onde na esfera privada os sujeitos partilham apenas com os receptores, diferentemente da esfera pública ou comunicação de massa onde o potencial da comunicação alcança toda a comunidade.

Mas esta diferença apontada pelo pensador acima citado, espaço público e privado provoca indagações que ecoam sobre a extinção ou mesmo eliminação da privacidade, será que estamos diante de sua reconfiguração, haja vista as pessoas buscarem estratégias de significação e negociação dos novos contornos que ela ganha nos ambientes digitais, espaço público onde todos possuem legitimidade?

Neste contexto, ARENDT, 2007 examina sobre a noção de esfera privada e reflete a oposição entre o privado e o público e entre necessidade e liberdade, diferenciando a privacidade daquilo que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Modernamente estas diferenciações são mais fluidas. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos define esse direito como *"a liberdade de emitir opiniões, ter acesso e transmitir informações e ideias, por qualquer meio de comunicação"*.

Importa ressaltar que o exercício de ambas as liberdades não é ilimitado. Todo abuso e excesso, especialmente quando verificada a intenção de injuriar, caluniar ou difamar, pode ser punido conforme a legislação Civil e Penal. Assim, diante da complexidade das redes virtuais, onde estão inseridos no público também a necessidade de intimidade.

Arendt faz interessante observação sobre a esfera pública:

*"(...) somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna". (ARENDR, 2007, p. 67)*

Neste sentido, percebemos que a arena pública propicia a identificação da realidade por todos, contudo esta apropriação do público pode ocasionar colisão dos direitos no âmbito privado. E é neste espaço de aparecimento de todos, de liberdade de expressão, de proteção a direitos, que também se agudiza colisões de interesses, disputa, dominação e conflitos: social e político.

Percebe-se que o espaço público político vem sendo ocupado por interesses de controle com o objetivo extremo de gerar dúvidas, mentiras e estimular opiniões infundadas e inverídicas baseadas em informações distorcidas. Quase tudo é calculado para ser postado e ter uma boa repercussão. As propagandas eleitorais passaram, desde 2018, a circular em outros espaços virtuais.

Aos poucos os conceitos de público e privado estão mudando e é de extrema importância que se acompanhe essa transformação. O público passou a ter o seu espaço no mundo da informação e do entretenimento e as histórias que antes pertenciam ao domínio da privacidade passaram a fazer parte do imaginário da coletividade.

#### **4. PARA ALÉM DA PÓS-VERDADE NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL: OS PARTIDOS POLÍTICOS**

Acerca dos partidos políticos, é sabido que sua existência está condicionada à agregação, escolha e candidatura de seus afiliados nos contextos eleitoral e político nacional, de modo a possibilitar a realização das eleições nos variados âmbitos (municipal, estadual e federal) conforme os preceitos legais existentes. Neste sentido, é pertinente considerar as disposições do Código Civil de 2002 no que diz respeito às pessoas jurídicas legalmente constituídas, especificamente no que tange à responsabilidade destas pelos atos de seus representantes. Ou seja, por estarem vinculados os envolvidos, a saber, partidos políticos e afiliados, cuja relação entre eles é essencial à participação no pleito, ambos devem submeter-se às Leis Cíveis, Eleitorais e Constitucionais ao mesmo tempo em que suas condutas estejam alinhadas a estas, caso contrário, irão responder solidariamente pelos atos que praticarem.

Neste sentido, é certo colocar aqui que estes atos ilícitos abrangem, também, publicidade e propaganda eleitorais, veiculadas em sentido contrário ao estabelecido. Logo, a partir da leitura do Código Civil de 2002 e da própria legislação especializada, é possível concluirmos que aos partidos políticos cabe a tarefa de agir dentro da legalidade em todos os momentos de seu funcionamento, especialmente em relação ao conteúdo produzido e difundido por seus candidatos, já que a integridade e correta realização das eleições é um dever constitucional deles e que qualquer indício ou ação

que viole qualquer regra deverá ser ferrenhamente combatida, sob pena de sanção, ainda que praticados virtualmente, como no caso das *fake news*.

## 5. CONCLUSÃO

O ciberespaço tem se mostrado cada vez mais necessário à vida, ao trabalho, aos estudos, ao consumo, ao lazer, à inclusão, à informação, à liberdade de expressão, ao exercício da cidadania, ao desenvolvimento da democracia e da transformação social. Sua essencialidade é cada vez mais patente. Todavia, este mesmo espaço tem sido convertido num ambiente de conflitos, de mentiras e dissabores, um lugar utilizado para a propagação de males que afetam a sociedade não apenas no plano virtual mas principalmente trazem repercussões e prejuízos concretos, sentidos fisicamente por todos. O discurso que tem sido difundido e se posicionado contra as leis, as instituições e a ordem jurídica vigente deve ser combatido para que este ambiente seja mais sociável, menos tóxico e mais genuíno. É preciso que se tenha compromisso com a verdade, que sejam certas as afirmações e comunicações para que o efeito a surtir seja positivo e benéfico, para que efetivamente se concretizem os anseios e aspirações sociais buscados e que para tanto é imperativo aos partidos políticos e seus afiliados agirem sempre a favor da lei, da ordem, de maneira a cooperar para a correta realização das eleições constitucionais para que seja possível a todos um ambiente de qualidade e de verdade, alvo maior de um Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS:

ECO, Umberto, **O Fascismo Eterno**. Tradução de Eliana Aguiar, 9ª Edição, São Paulo: Editora Record, 2020.

EMPOLI, Giuliano da. **Os Engenheiros do Caos**. 3ª Edição, Tradução de Arnaldo Bloch, São Paulo: Vestígio, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**. Tradução de Denilson Luís Werle, São Paulo, Editora Unesp, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Na Esteira da Tecnocracia**. Tradução de Luiz Repa, São Paulo, Editora Unesp, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. 2ª Edição. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 (Biblioteca Tempo Universitário, 84 – Série Estudos Alemães).

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa-Portugal. edições 70, 1968.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e Validade**. Tradução de Felipe Gonçalves Silva e Rúrion Melo, São Paulo, Editora Unesp, 2020.

HONNETH, Axel. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Tradução: Rúrion Melo, São Paulo: editora Unesp, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa, São Paulo: Editora 34 Ltda, 2017.

HONNETH, Axel. **O Direito da Liberdade**. Tradução de Saulo Krieger, São Paulo, Editora Martins Fontes, 2015.

LUKÁCS, Gyögy. **O Jovem Hegel e os Problemas da Sociedade Capitalista**. Tradução de Nélio Schneider, 1ª Edição, São Paulo, Editora Bomtempo, 2018.

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”**. 5ª Edição. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre, RS. Editora L&PM, 2020.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Jurisprudência**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/jurisprudencia>>. Acesso em: 01 dez 2020

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Jurisprudência**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/@processrequest>>. Acesso em: 01 dez 2020.

Conjur, 2016. **Corregedor do TSE Suspende Monetização de Perfis – Eleições**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/corregedor-tse-suspende-monetizacao.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2021

WBA.ADV, 2021. **A Liberdade como Conceito de Direito**. Disponível em: <<https://wba.adv.br/publicacoes/a-liberdade-como-conceito-de-direito/>>. Acesso em: 02 ago 2021

Politize, 2016. **Liberalismo, o que é?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/liberalismo-o-que-e/>>. Acesso em: 23 out 2021

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), 2021. **Liberdade de Imprensa Versus Liberdade de Expressão**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/liberdade-de-imprensa-x-liberdade-de-expressao>>. Acesso em: 23 out 2021

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2021. **O Papel dos Partidos Políticos no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/o-papel-dos-partidos-politicos-no-estado-democratico-brasileiro>>. Acesso em: 05 nov 2021

BRANDÃO, Guilherme. Jus, 2014. **Responsividade e Responsabilidade Partidária**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30831/responsividade-e-responsabilidade-partidaria>>. Acesso em: 15 nov 2021

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Brasil Escola. **Partido Político**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/partido-politico.htm>>. Acesso em: 15 nov 2021





**Capítulo 8**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A**  
**AGRICULTURA FAMILIAR /**  
**AGROINDÚSTRIA E O DESENVOLVIMENTO**  
**Felipe Ben Machado**  
**Natalia Pires Coelho**  
**Sabrina Klose Nadalon**

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR / AGROINDÚSTRIA E O DESENVOLVIMENTO**

### ***Felipe Ben Machado***

*Graduando do curso Ciências Contábeis, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.*

*E-mail: felipe1990ben@gmail.com*

### ***Natalia Pires Coelho***

*Graduanda do curso Ciências Contábeis, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.*

*E-mail: nataliapires2001@gmail.com*

### ***Sabrina Klose Nadalon***

*Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, Campus São Borja – RS, Brasil. Professora da URI Campus Santiago.*

*E-mail: sabrina.nadalon@urisantiago.br*

### **RESUMO**

O trabalho apresentado desenvolve uma análise das políticas públicas para a agricultura familiar/agroindústria à luz de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, que buscou através do objetivo geral descrever importância da agricultura familiar e da agroindústria e as principais políticas públicas para o desenvolvimento, efetivando o atingimento dos objetivos específicos de: delinear conceitos e a importância da agricultura familiar e agroindústria para agricultura familiar brasileira; verificar as principais os principais programas e, descrever as principais dificuldades e desafios. A justificativa centra-se na importância da agricultura familiar e agroindústria como sobrevivência alimentar brasileira e desenvolvimento, bem como no crescimento da economia e melhoria nas condições de vida da agricultura familiar local. Ao contextualizar as informações, articulando-as para se chegar às conclusões, ficou evidente que o a Agricultura Familiar e a Agroindústria necessitam contínuos investimentos do Estado já que estas se são as maiores responsáveis pela produção dos alimentos que são

disponibilizados para o consumo da população brasileira, são importantíssimas para o desenvolvimento local e regional.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Agroindústria; Políticas públicas.

#### **ABSTRACT**

This paper develops an analysis of public policies for family farming/agroindustry in the light of a bibliographic, qualitative research that sought through the general objective to describe the importance of family farming and agroindustry and the main public policies for development, achieving the specific objectives of: outlining concepts and the importance of family farming and agroindustry for Brazilian family farming; verifying the main programs and describing the main difficulties and challenges. The justification focuses on the importance of family farming and agro-industry as Brazilian food survival and development, as well as on economic growth and improvement in the living conditions of local family farms. By contextualizing the information, articulating it to reach the conclusions, it became evident that family agriculture and agro-industry need continuous investments from the State, since they are the most responsible for the production of food that is made available for consumption by the Brazilian population, and are very important for local and regional development.

**Keywords:** Family farming; Agribusiness; Public policy.

## **INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar brasileira assumiu o protagonismo na economia do país nas últimas duas décadas, o setor apresenta anos seguidos de recorde de produção. Consequentemente, surge a agro industrialização familiar que busca agregar valor à produção agrícola e melhorar a vida no campo bem como contribuir para o desenvolvimento.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (BRASIL, 2020), a agricultura Familiar é a principal responsável pela produção de 80% dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população. É constituída de pequenos produtores rurais, o setor se destaca pela produção de grandes culturas como milho, trigo e soja.

Da mesma forma, as agroindústrias que se dão por meio dos recursos locais dos produtores (matérias-primas, solo, água, infraestrutura, recursos financeiros etc.) e da força de trabalho do grupo familiar, principais responsáveis pelas estratégias

utilizadas e pelas tarefas desenvolvidas por seus membros permite identificar a diversidade do mosaico espacial que tais estruturas assumem ampliando a capacidade de diagnosticar a realidade e o seu desenvolvimento econômico social (MIOR, 2005).

Logo, o ambiente de negócios, sujeito a mudanças com a suas políticas públicas ou ausência das mesmas, geram oscilações na renda do setor, que devem ser tratadas com uma adequada gestão, influenciando positivamente a estabilidade da renda do produtor e a sua manutenção na atividade.

Nesse contexto, surge a questão de pesquisa, que consiste em entender: Qual a importância das políticas públicas para fomentar e estimular a manutenção da agricultura familiar e agroindústrias?

Buscou, então como objetivo geral da pesquisa, descrever importância da agricultura familiar e da agroindústria e as principais políticas públicas para o desenvolvimento e, como objetivos específicos delinear conceitos e a importância da agricultura familiar e agroindústria para agricultura familiar brasileira identificando os principais programas e, verificar as principais dificuldades e desafios.

Para atender tais objetivos, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca do tema. Pesquisa bibliográfica caracteriza-se de acordo com Gil (2002), entende-se como a leitura, a análise e a interpretação de material impresso ou digital, entre os quais podemos citar livros, documentos, artigos, periódicos, manuscritos, entre outros. Assim, na pesquisa bibliográfica utilizou-se abordagem qualitativa onde buscou-se por meio da leitura e análise de conceitos relevantes contextualizar e articular as informações para alcançar os objetivos propostos.

Assim, entender a importância das políticas públicas para agricultura familiar/ Agroindústria, e, junto a evolução/manutenção da agroindústria brasileira poderá gerar maior capacidade de diagnosticar a realidade, as diferenças e as hierarquias socioeconômica das regiões brasileiras, também produzidas e são reproduzidas no meio rural do país.

Na contemporaneidade, onde a economia é globalizada, as propriedades rurais formando uma cadeia produtiva, é importante conhecer os processos de produção e gestão, além do mercado de atuação e de suas necessidades verificando as oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos que podem influenciar o desenvolvimento dessa cadeia produtiva. Dessa forma, verificar esses fatores e o

papel do Estado, seu funcionamento e suas políticas públicas para a área, são essenciais para o produtor ter sucesso em seu empreendimento.

## DESENVOLVIMENTO

A agricultura familiar é uma variedade de formas de agricultura da terra que são geridas pelas famílias e empregam seus membros como mão de obra para produzir alimentos em pequenas parcelas de terra, com o objetivo de prover meios de subsistência para os produtores rurais e o mercado interno do país. Diferencia-se de outros tipos de agricultura porque a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos são a principal fonte de renda dessas pessoas. (MAZARO, 2020).

“[...] a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. [...] modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado (NEVES, 2012 p. 35-36)”.

A agricultura familiar brasileira constitui grande diversidade cultural, social e econômica, desde a agricultura de forma artesanal até a pequena produção agroindustrializada. Contudo, durante muito tempo não houveram muitas políticas públicas nesse setor, o que só ocorreu em meados do século XX é que se deu início no Brasil a orientação para condução à modernização da estrutura de produção do agronegócio, tendo como foco o aumento da produtividade, incorporação de novas tecnologias, e subsídios fiscais e creditícios na busca para formação de empresas rurais capitalizáveis (FERREIRA, SILVEIRA e GARCIA, 2001).

Assim, pesquisas mostram que as iniciativas do agronegócio são alcançadas por meio dos recursos locais dos produtores (matéria-prima, solo, água, infraestrutura, recursos financeiros etc.)

Claramente, o objetivo da gestão da agricultura familiar e do agronegócio é enfatizar o controle, o que proporciona uma visão das atividades desenvolvidas. Com essa ferramenta, com certeza, as decisões serão tomadas de forma mais confiável e objetiva, promovendo o desenvolvimento econômico e produtivo do agronegócio. O controle gerencial é definido como o processo pelo qual os gerentes garantem que os

recursos sejam adquiridos e utilizados de forma eficaz e eficiente de acordo com os objetivos da organização. Segundo o (ANTHONY & GOVINDARAJAN, 2002), o controle é o processo de determinar a implementação e o cumprimento das estratégias, ou seja, a influência sobre os membros da organização para que adotem a estratégia formulada e inovem continuamente. Existem alguns segmentos ou atividades que são ou podem ser baseados em alta tecnologia para o agronegócio de baixa e média tecnologia, mas ainda não inovadores para o mercado consumidor. As empresas dessas áreas tentam inovar, mas não tão bem quanto as empresas de outras áreas. Eles enfatizam processos, marketing e inovação organizacional, e menos na inovação de produtos. A capacidade de produzir produtos mais complexos advém da assimilação de tecnologias utilizadas em outros setores, mas também da inovação. (BORTOLINI, 2010). As grandes mudanças na área tecnológica, surgiu nas últimas décadas demandando instrumentos e ferramentas que proporcionem uma adequação das exigências externas e condições internas da organização, além da competência humana nessa área para planejar ações estratégicas adequadas as ameaças e riscos que poderá ter na empresa. Nessa busca a informação compõe um recurso essencial para o sucesso e adaptação da atividade num ambiente de concorrência entre os produtores rurais. A correta coleta de informações e sua análise com fins gerenciais e controláveis poderá auxiliar o gerenciador da unidade de produção, entre alternativas possíveis, aquelas que possam melhorar o nível de bem-estar econômico da agroindústria e cada vez mais gerando rendas elevadas para a família. (BORTOLINI, 2010)

Segundo os autores (TORREZAN, CASCELLI & SÁ DINIZ, 2017), demonstrar de que forma agricultores poderão calcular se estão no prejuízo ou lucro, muitos agricultores não tem noção se estão ganhando com seus serviços ou pagando para trabalhar, de fato que certos alimentos tem custos elevados para fazer.

De outra maneira com a inovação da tecnologia alguns agricultores tiveram dificuldades para se adaptar, mas nessa nova era é uma grande chance de aumentar as vendas, vendendo não somente para consumidores locais, mas também, para consumidores de outras cidades, assim expandindo seus negócios, e garantindo mais renda para as famílias.

Neste contexto é imprescindível que os produtores tenham a capacidade de leitura e interpretação dessas exigências do ambiente externo e interno da propriedade. Também as demandas de inovação, novos equipamentos, estratégias



para produzir, gerenciar, legalizar e industrializar os produtos, apresentam-se como importantes e indispensáveis para a continuidade dos negócios, manutenção de sua competitividade e conseqüentemente, à satisfação dos consumidores finais.

Para superar as dificuldades e conhecer o ambiente, os agricultores envolvidos na agricultura e agroindústria familiar devem se organizar em grupos, como associações, cooperativas, sindicatos e redes de economia solidária bem como buscar políticas públicas que auxiliem já que o mercado não se consolida sem a participação do Estado e também necessita de apoio para inovar e gerir essa fonte de economia e trabalho para desenvolver-se.

Logo, as políticas públicas têm importância fundamental na sociedade, pois visam proporcionar de forma igualitária melhorias na vida dos cidadãos e influenciar direta ou indiretamente no modo de viver de cada indivíduo, já que constituem-se como o campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, buscando uma solução ou a melhor solução para os problemas sociais, formatando-se no conjunto de ações do governo que visam produzir efeitos específicos em uma sociedade por meio do que o governo escolhe fazer ou não fazer (SOUZA, 2006).

Entre as políticas públicas atuais, para a agricultura familiar e o desenvolvimento da Agroindústria entendeu-se como principais, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PEAFF - Programa Estadual da Agroindústria Familiar e, o PROAGRO – o Programa de Garantia da Atividade.

Segundo o Manual Operacional do PRONAF e os autores (SCHNEIDER, MATTEI & CAZELLA), o programa visa fortalecer a agricultura familiar, com assistência técnica e financeira, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral é fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda no meio rural e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Os quatro objetivos específicos estão alinhados com os objetivos do programa: abordar as políticas comunitárias em consonância com a realidade dos agricultores familiares; fornece a infraestrutura necessária para melhorar a produtividade dos agricultores familiares; elevar o nível de formação dos agricultores familiares por meio do acesso a novos níveis de tecnologia e gestão comunitária; estimular esses agricultores a encontrar mercados para commodities e produtos. Do ponto de vista prático, o PRONAF conta atualmente com quatro etapas

fundamentais, a saber: Financiamento de crédito e investimentos destinados às atividades produtivas nacionais; Financiamento de infraestruturas e serviços municipais em todas as regiões do país, cuja economia dependa fortemente das unidades agrícolas familiares; Qualificação e profissionalização dos agricultores familiares por meio da capacitação e capacitação dos agricultores, vereadores e equipes técnicas responsáveis pela implementação das políticas de desenvolvimento rural; Financiamento para pesquisa e expansão de áreas rurais visando à produção e transmissão de tecnologia aos agricultores familiares.

A institucionalização do PRONAF e sua propagação em todo o território nacional trouxeram um novo cenário para a disseminação do microcrédito no Brasil, em especial para atividades produtivas rurais, fazendo com que o microcrédito se tornasse uma modalidade de financiamento com o objetivo de oferecer acesso, em condições especiais, a linhas de crédito para pequenos investidores, com intuito de propiciar linhas de crédito a um grupo social específico que, apesar de toda sua heterogeneidade, está presente em todo o território nacional, sobretudo em regiões de baixo dinamismo econômico no sentido de permitir maior acesso do público da agricultura familiar a esta política e, com isso, sua inserção de maneira privilegiada no mercado de créditos (BITTENCOURT, 2003).

O Programa Estadual de Agroindústria Familiar - PEAf, visa em conjunto com outras políticas públicas de agricultura familiar, fomentar a implantação e legalização das agroindústrias familiares disponibilizando serviços nas áreas tributária, de licenciamento sanitário e ambiental com o propósito de regularizar com vista ao desenvolvimento rural sustentável. Conta com ações, que auxiliam os agricultores familiares antes, durante e após o processo de legalização. Sendo elas: apoiar a legalização de agroindústrias familiares que atuam na informalidade, prestar assistência técnica para auxiliar na elaboração e encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais, apoiar a implementação de agroindústrias familiares rurais, conceder o direito de utilizar um selo nos estadual, produtos agro industrializados, gerando a agregação de valor, disponibilizar assistência técnica e extensão rural, apoiar a comercialização da produção através de feiras, pontos de venda e mercados institucionais, qualificar profissionais para atender o público do Programa e confeccionar rótulos (RS, 2012).

Colaborando, (DAMKE, 2017) explica que o PEAf, busca promover novas estratégias e possibilidades que suavizem as dificuldades econômicas das famílias

rurais, ampliando as possibilidades no cenário local e regional e diversificando as fontes de ingresso econômico para esse fragilizado setor da sociedade possibilitando aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, às condições gerais de vida de suas famílias, melhorando a renda, e o desencadeamento de um processo de progresso socioeconômico em nível municipal, estadual e regional.

Outro programa de apoio à agricultura familiar é o PROAGRO, segundo (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL, 2018) é uma política pública que garante o pagamento dos serviços da dívida interna por subsídios, onde a alteração desses contratos é dificultada por fatores naturais, pragas e doenças. Sem métodos de controle generalizados atingindo as plantas. As regras do PROAGRO são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e publicadas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil. O programa é custeado pelos serviços prestados pela União e pelas taxas pagas pelo produtor rural, denominadas adicionais, ou seja, o custo de adesão ao PROAGRO. O programa é administrado pelo Banco Central do Brasil e executado por seus agentes, representados por instituições financeiras autorizadas a operar no crédito rural, que possui contrato de serviço oneroso e é responsável por formalizar a adesão do consumidor ao Plano, faturamento, análise além de procedimentos e determinação de solicitações de fornecimento, em caso de desastres naturais e suas consequências diretas e indiretas.

Percebe-se que, portanto, o investimento contínuo na implantação e implementação de políticas para a agricultura familiar e agroindustrialização poderão fortalecer esse modo de produção promovendo a agregação de valor, geração de renda e emprego impulsionando também a agroindustrialização dos produtos nos estabelecimentos rurais, verticalizando a produção e viabilizando os estabelecimentos rurais familiares o que contribuirá significativamente para o desenvolvimento econômico e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo procurou desenvolver por meio de pesquisas, um conhecimento inovador e por meio deste levar ao entendimento da relação entre políticas públicas, agricultura familiar, e seus resultados no desenvolvimento socioeconômico local.

Percebe-se a grande importância de fomento à agricultura familiar e agroindústrias, bem como a necessidade de um melhor controle de sua gestão, finanças e um resultado positivo para seu empreendimento, pois práticas de legalização, gestão e boas práticas financeiras bem desenvolvidas garantem uma melhor visão do negócio e um maior desenvolvimento.

A agricultura e as agroindústrias familiares exercem importante função no desenvolvimento do país e grande importância socioeconômica, principalmente na geração de empregos no campo, melhor distribuição de renda e ainda contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias o que diminui, a possibilidade de êxodo rural.

Dessa forma, o poder público é demandado a interferir no mercado, seja por meio do PRONAF, PEAf, criando programas que estimulem a produção, oferta e a demanda, atuando diretamente como seguradora, caso do PROAGRO.

Assim, tanto o PRONAF, como PEAf e PROAGRO, são políticas públicas consubstanciadas em normativos legais que objetivam, em suma, o fortalecimento e desenvolvimento de estratégias que permita a manutenção do pequeno produtor no campo e da própria agricultura familiar garantindo e conservando a sua continuidade no espaço agrário brasileiro, incremento da infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo, utilização de novas tecnologia e fortalecimento das formas de gestão das empresas até a cobertura de eventuais prejuízos que o produtor rural possa obter em razão de fatores climáticos.

Logo, a adequada implementação de políticas públicas e a gestão da propriedade rural e toda cadeia produtiva transforma-se em uma importante estratégia para inovação e crescimento e, para a minimização de prejuízos, contribuindo para o equilíbrio de renda do agricultores familiares e economia local e também para permanência e desenvolvimento do campo e do agronegócio demonstrando suas competências e possibilidades como sistema produtivo sustentável e diferenciado capaz de contribuir significativa para a melhoria do Estado e, sociedade como um todo.

Portanto, percebe-se cada vez mais a necessidade de ampliação dos estudos para compreender as dificuldades reais que a agricultura familiar e agroindustrialização percorrem, e também a captação e implementação de políticas públicas de apoio à estas áreas para aqueles interessados em avaliar os efeitos e efetividades das mesmas, e também indicar os caminhos a serem percorridos no

sentido da correção das fragilidades que impedem que a agricultura familiar e a agroindustrialização tornem-se pilares indispensáveis para o desenvolvimento sustentável e o caminho da redução das desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert. N., & GOVINDARAJAN, V Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Economia). UNICAMP, 2003.

BORTOLINI, Gilberto. **Gestão Da Pequena Unidade Familiar Produtora De Leite**. Uma análise do modelo de gestão. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão do Agronegócio da Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos – UNISINOS. 2010. Disponível em [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Mono\\_Gilberto\\_Bortolini.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Gilberto_Bortolini.pdf). Acesso em agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2020). **Agricultura familiar**. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em agosto de 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (Paraná). SISTEMA FAEP. Guia de Seguro Rural e Proagro: ABC do PROAGRO. **Guia de Seguro Rural e Proagro**, Paraná, p.20, 26 ago. 2018. Disponível em [https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/bibliotecas/cartilha\\_seguro\\_rural.pdf](https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/bibliotecas/cartilha_seguro_rural.pdf). Acesso em março de 2022.

DAMKE, Inês. Luana. **Gestão sustentável e capacidade de inovação em agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul**. 2017. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas**. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. da (Org). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001. cap.14, p.479-539.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZARO, Gabriel. (20 de FEVEREIRO de 2020). **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em <https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>. Acesso em março de 2022.

MIOR, Luiz. Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2005.

NEVES, Delma, Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais**: os agricultores familiares em cena. REVISTA NERA, (7), 68–93, 2012.

RIO GRANDE DO SUL- RS. **DECRETO Nº 49.341**, de 05 de julho 2012. Programa Estadual de Agroindústria Familiar. Disponível em <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/06091907-dec-49-341-cria-o-programa-estadual-de-agroindustria-familiar.pdf> . Acesso em março de 2022.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF**, Porto Alegre, v. 1, ed. 1, p. 03, 12 fev. 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

TORREZAN, Renata; CASCELLI, Sônia Ferreira., & SÁ DINIZ, Janaína Abreu **Agroindústria Familiar**: Aspectos a serem considerados na sua implantação. Brasília - DF: Embrapa, 2017.



## ***AUTORES***



**Bruna Gabriella Santiago Silva**

Historiadora. Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa relações de raça e gênero no Brasil e Estados Unidos. É autora do livro "O pensamento de Angela Davis: perspectivas de liberdade e resistência".

**Claudionor Renato da Silva**

Docente e pesquisador na UFJ dos cursos de Pedagogia e Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE).

**Felipe Ben Machado**

Graduando do curso Ciências Contábeis, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho**

Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestra em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública - NUPEGEP/CNPq. E-mail: ohara-scarlet@hotmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/5572716014938501>.

**Francisco Mesquita de Oliveira**

Doutor em Sociologia – UFPE (2010); Mestre em Ciência Política (2003); Licenciado em História - UNICAP (1997). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade Federal da Paraíba (2021 - 2022). Tem experiência em sociologia, com ênfase nos temas ações coletivas urbanas, ONG, terceiro setor e desigualdade social. Atua também na Ciência Política, nos estudos sobre relações entre Estado e sociedade civil, políticas públicas, democracia, participação política, cultura política e cidadania. Professor Associado III no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor permanente nos Programas de Pós-graduação em Sociologia (acadêmico) e Gestão Pública (profissional) da UFPI. Fundador e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea (NEPES/PPGS/UFPI - Certificado pelo CNPq). Coordenou o Programa de Sociologia entre maio de 2014 e maio de 2017;

exerceu a subchefia do Departamento de Ciências Sociais de maio de 2010 a outubro de 2011; foi chefe desse departamento entre novembro de 2011 e abril de 2014 e; conselheiro do Conselho Departamental do CCHL no mesmo período. Bolsista em dois editais da FAPEPI: convênios FAPEPI/CEPRO (2019) e FAPEI/CEPRO/SEPLAN (2021...) para pesquisa e produção de material técnico nas áreas de participação social, saúde e segurança pública no Estado do Piauí. E-mail: [mesquita@ufpi.edu.br](mailto:mesquita@ufpi.edu.br). CV: <http://lattes.cnpq.br/7265838320213992>.

### **Gesica Mayara Souza Sobral**

Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, E-mail: [gesica.bastos@hotmail.com](mailto:gesica.bastos@hotmail.com), Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8455048904517646>.

### **Hanna Aparecida Silva Feitosa**

Pedagoga e mestranda do PPGE/UFJ.

### **Helante Amorim Nogueira**

Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, E-mail: [hellante0711@gmail.com](mailto:hellante0711@gmail.com), Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5659742539305199>.

### **Lucyana Oliveira Barbosa**

Mestra em Gestão Pública – UFPI (2022). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Gestão Pública - NUPEGEP/UFPI. Bacharela em Direito - UFPI (2009). Tecnóloga em Processamento de Dados - AESPI (1998). Pós Graduada em Direito Educacional (FIJ) e Direito Eleitoral (UFPI). Servidora efetiva Técnica Administrativa da Universidade Federal do Piauí (desde 2004). Exerceu a função de Diretora de Administração Acadêmica, da UFPI, de 2017 até 2020. Desenvolveu, ainda, atividades como Coordenadora de Desenvolvimento de Ensino da UFPI, de 2010 a 2017. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais. E-mail: [lucyana@ufpi.edu.br](mailto:lucyana@ufpi.edu.br). CV: <http://lattes.cnpq.br/0641843527199403>.

**Marcella da Costa Moreira de Paiva**

Doutoranda em Direito - UFF.

**Marli Clementino Gonçalves**

Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, E-mail: [marliclementino@ufpi.edu.br](mailto:marliclementino@ufpi.edu.br), Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5870583160701292>.

**Natalia Pires Coelho**

Graduanda do curso Ciências Contábeis, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Campus Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Rodolfo Domingos Ribeiro de Jesus**

Graduando em Direito - UNIVERSO.

**Sabrina Klose Nadalon**

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, Campus São Borja – RS, Brasil. Professora da URI Campus Santiago.

**Simone Brilhante de Mattos**

Mestre em Direito - UFF.

**Thiago Novaes**

Pesquisador de pós-doutorado.

**Waldenilson Teixeira Ramos**

Psicólogo sobre o registro CRP 05/72529. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2022). Atualmente é pesquisador na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), extensionista na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua também como Tutor da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social & Psicologia e Política, atuando

principalmente nos seguintes temas: ética, política, resistência, micropolítica e inclusão. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2268223482149159>.





PROIBIDA  
A PARADA  
DE VEÍCULOS  
DESTE TIPO  
Nesta rua



Editora  
**REALCONHECER**

ISBN 978-658452571-9



9 786584 525719

Beleza do C...

REI DO REAL

OUTLET  
OFERTA